

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FFCH
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS
MESTRADO

ÉRIKA SALDANHA DE PAULA

**O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O
ENFRENTAMENTO A PARTIR DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL**

SALVADOR, BA.
2011

ÉRIKA SALDANHA DE PAULA

**O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O
ENFRENTAMENTO A PARTIR DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Cristina Marcílio Rabelo

**SALVADOR, BA.
2011**

ÉRIKA SALDANHA DE PAULA

**O ABUSO SEXUAL NA FAMÍLIA: UM ESTUDO SOBRE O
ENFRENTAMENTO A PARTIR DE INTERVENÇÃO INSTITUCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Prof. Dr. Gessé Santos Silva

Prof^a. Dr^a. Maria Gabriela Hita

Prof^a. Dr^a. Miriam Cristina Marcilio Rabelo

**SALVADOR, BA.
2011**

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Miriam Cristina Marcilio Rabelo, minha orientadora que acreditou em mim na realização deste trabalho, pelos seus ensinamentos, sua atenção e dedicação.

À Universidade Federal da Bahia, em especial aos professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro.

Ao Centro de Defesa da Criança e do Adolescente- Yves De Rousseau por ter permitido e colaborado com este trabalho.

Aos familiares das vítimas de abuso sexual que depositaram em mim sua confiança para o depoimento.

Ao amigo Gessé pelo incentivo e apoio.

Aos amigos conquistados na trajetória acadêmica e que compartilharam comigo as dificuldades e conquistas dessa etapa: Waneska e Janilson.

Às minhas amigas, pelo incentivo e vibração: Laura, Fernanda, Luciana, Ádia e Içara.

À minha família, em especial a minha mãe, Ilma, (*In memoriam*), a quem dedico minha eterna gratidão pelo ensinamento do valor do estudo.

Ao meu amor, meu companheiro e meu amigo Daniel por acreditar e me incentivar nessa realização.

RESUMO

Este estudo busca compreender como as famílias das vítimas atendidas pelo CEDECA-BA enfrentam o abuso sexual intradomiciliar, considerando que esse tipo de violência contra crianças e adolescentes é praticada mais freqüentemente por pessoas da própria família ou muito próximas desta. Procuramos compreender como os familiares percebem o problema e como constroem a trajetória para lidar com ele. O estudo foi desenvolvido no contexto de um serviço oferecido por uma organização não governamental de referência no atendimento a crianças e adolescentes envolvidas em situação de violência sexual na cidade de Salvador. Utilizou-se a metodologia qualitativa a partir da análise de narrativas dos familiares de vítimas atendidas pelo CEDECA-BA, que procuram a instituição com a expectativa de obterem um cuidado especializado aos seus filhos e orientação na condução do problema, uma vez que tem como realidade o desamparo governamental na solução de seus problemas em geral, e a escassez de recursos financeiros e de informação. O presente estudo objetiva analisar também as representações e ações dos técnicos da instituição CEDECA-BA, através da análise de suas narrativas, acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, quanto às ações de diagnóstico, de encaminhamento e acompanhamento dos casos. Este trabalho visa conhecer o entendimento que as famílias têm do problema e a redes sociais que podem contar, suas expectativas de ajuda, assim como a experiência e transformação do sofrimento pelas quais passam. Trata-se de mais um veículo de discussão e aprofundamento de um tema tão complexo e pouco pesquisado. As narrativas mostraram que há uma certa concentração de famílias matrifocais e de baixa renda na procura pelo serviço especializado do Centro, e que a busca por ele se constitui no desejo de sanar os possíveis traumas sofridos pela criança ou adolescente, e seguir exercendo o papel de protetor destes. O processo judicial, seguido da denúncia, passa a fazer parte deste projeto de superação no atendimento institucional do CEDECA-BA, que considera primordial tal conduta familiar. A motivação que os familiares das vítimas tem para buscar o atendimento destas instituições parte da incerteza de suas vidas diante da escassez de informação e recursos, e este quadro leva-os a recorrerem a uma nova autoridade, que oferece instrumentos que ajudam no enfrentamento às questões conflitantes do ser.

Palavras chave: abuso sexual intradomiciliar, família, enfrentamento.

ABSTRACT

This study seeks to understand how the families of victims treated by CEDECA BA-face sexual abuse in the home, emphasizing the type of violence against children and adolescents that is most often practiced by people of their own family. We seek to understand how family members perceive the problem and how to build the path to deal with it. The study was conducted in the context of a service offered by a nongovernmental organization of reference service to children and adolescents involved in situations of sexual violence in the city of Salvador. We used a qualitative methodology based on the analysis of narratives by family members of victims treated by CEDECA-BA, looking to the institution with the expectation of obtaining a specialist care for their children and guidance in resolving problem, showing the reality of the helplessness of government in solving its problems in general, and the scarcity of financial resources and information. This study also aims to analyze the representations and actions of the technicians of the institution CEDECA-BA, by analysis of their narratives about coping with sexual violence against children and adolescents, regarding the actions of diagnosis, referral and monitoring of cases. This work aims for the understanding that the families have the problem and have social networks that can guide them, their expectations of help, as well as experience and transform the suffering they undergo. It is more a vehicle for discussion and analysis of a topic as complex and poorly researched. The narratives showed that there is a certain concentration of matrifocal families and low income in the demand for specialized services of the Centre, and the quest for it is the desire to remedy the possible trauma suffered by the child or adolescent, and then playing the role of guarding them. The lawsuit followed the complaint becomes part of this project to overcome the institutional care of CEDECA-BA, which considers such conduct primary family. The motivation that the relatives of the victims have to seek the assistance of these institutions of the uncertainty of their lives due to lack of information and resources and this situation leads them to resort to a new authority, which offers tools that help in dealing with issues be conflicting.

Keywords: sexual abuse in the home, family coping.

SUMÁRIO

Capítulo 1 Introdução	11
1.1 Panorama dos estudos sobre família no contexto do abuso sexual	16
1.2 Violência sexual contra Crianças e Adolescentes	18
1.3 Aspectos históricos e conceituais	21
1.4 Da identificação à denúncia	24
1.5 As repercussões na família	27
Capítulo 2 O Cenário das Famílias	
2.1 A análise dos dados	30
2.2 As características das famílias	32
2.3 Dados do abuso sexual	37
2.4 O percurso da ajuda	42
2.4.1 A percepção do problema	44
2.4.2 A experiência do sofrimento	57
2.4.3 As expectativas de ajuda	65
Capítulo 3 O Cenário da Instituição	70
3.1 A Instituição	71
3.2 As Representações	77
3.3 As Ações	
3.3.1 Ações Diagnósticas	82
3.3.2 Ações de Encaminhamento	86
3.3.3 Ações de Acompanhamento	88
3.3.4 Ações de Prevenção	90
Capítulo 4 O Enfrentamento na Relação entre a Família e o CEDECA-BA	92
4.1 A Transformação do Sofrimento	94
4.2 A Avaliação das Estratégias	102
Considerações Finais	106

Referencias Bibliográficas 108

Anexos 113

LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1. Com quem a criança mora	32
2. Distribuição, por sexo, das crianças que sofreram abuso sexual	37
3. Distribuição dos casos segundo a pessoa para quem a criança revelou o abuso sexual	39
4. Quem fez a denúncia do abuso sexual	41
5. Quem acompanhou a criança ao serviço	41

LISTA DE QUADROS

Quadro	Página
1. Distribuição dos agressores de acordo com o tipo de relação que este tem com a criança	38
2. Resumo dos casos	43
3. Resultados da revelação	58

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado investigou o abuso sexual intradomiciliar, a partir de um serviço de atendimento de referência para estes casos, o CEDECA-BA. O foco foi a experiência dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que buscaram o CEDECA e suas estratégias de superação a partir do apoio institucional. Como o abuso sexual é um fenômeno que percorre os contextos públicos e privados, esses diferentes contextos foram abordados e discutidos: desde as percepções dos familiares das vítimas do abuso sexual, que as acompanham ao atendimento do Centro, até o serviço de atendimento. Fazendo parte de uma linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia – UFBA, este trabalho vem ampliar o conhecimento e avançar nas investigações sobre esse fenômeno que é complexo, amplo, prevalente e danoso.

É complexo porque acontece numa teia de relações familiares que não estão elucidadas pela literatura e que, talvez não sejam jamais passíveis de uma completa compreensão, tanto por questões metodológicas quanto éticas. É amplo porque atinge todos os países, todas as etnias e classes sociais, e apesar de ser mais evidente nas classes menos favorecidas, pressupõe-se que seja um crime ainda mais subnotificado nas classes mais altas, que evitam a exposição e o julgamento social e legal associado. É prevalente porque é um fenômeno que ocorre de forma mais freqüente do que a sociedade supõe. É ainda um fenômeno danoso porque acomete tanto suas vítimas quanto suas famílias; podendo ocasionar uma série de conseqüências adversas ao desenvolvimento, sejam físicas, comportamentais, afetivas, de aprendizagem ou psicopatológicas; além de desarticular redes sociais, desestabilizando o cotidiano das famílias e interferindo na formação dos indivíduos.

A escolha pelo tema desta dissertação partiu do desdobramento de um estudo proposto em um projeto de pesquisa¹ em que participei no período de 2006 a 2007. A pesquisa buscava compreender qual o entendimento de moradores de

¹ Projeto “Religião, Sexualidade: Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Núcleo de Estudos em Ciências Sociais e Saúde (ECSAS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com o apoio da Fundação de Assistência e Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

bairros populares acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes através de encontros focais mediados por agentes religiosos, a fim de promover ações de enfrentamento e prevenção do problema em parceria com o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-BA). Deste projeto nasceu um produto final confeccionado por nós pesquisadores, a partir dos dados coletados em campo - uma cartilha informativa que visa orientar para a prevenção e o enfrentamento à violência sexual intradomiciliar os pais e responsáveis de crianças e adolescentes de baixa renda.

Esta experiência no trabalho com o tema permitiu-me verificar que havia muito segredo em torno dos casos conhecidos, devido ao constrangimento que esse tipo de violência acarreta, além do grande sofrimento que acomete às vítimas e seus familiares que têm precárias condições de apoio institucional. Sendo assim, senti-me inspirada a pesquisar como se dá o enfrentamento dessa violência por parte dos familiares das vítimas que puderam contar com a assistência da organização não governamental CEDECA-BA. Assim, meu envolvimento enquanto pesquisadora, através do contato com famílias de classe popular na discussão do tema fez surgir o desejo de investigar e melhor conhecer sua relevância, complexidade e relações, e assim poder contribuir para a ampliação dos estudos, e conseqüentemente, maior oferta de medidas de prevenção e enfrentamento.

O objetivo principal deste trabalho é estudar como os pais e familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que as conduziram ao atendimento institucional constroem sua percepção do fato e sua trajetória de lidar com o problema a partir do atendimento na instituição de apoio às vítimas e seus familiares, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA-BA.), ONG que abarca ações, campanhas e políticas sobre abuso e exploração sexual, existente desde 1991. Meu recorte baseia-se no fato de que são estes pais ou responsáveis² que estruturam os projetos de vida da família, e que os reelaboram para adequá-los à nova realidade após a experiência da violência, através da educação que transmitem aos seus filhos. E também por ocuparem lugar fundamental na mediação da família com a comunidade ou a sociedade mais ampla, em situações de violência³.

² Considerados aqui os não agressores no abuso sexual intradomiciliar.

³ A mediação da família nas classes trabalhadoras é discutida na literatura, e tem sido demonstrado que, nesses casos, os pais realizam o processo de mediação com a sociedade (Sarti, 1994 e 1996; Woortmam, 1987; Souza, 1995; Zaluar, 1985 e Salem, 1980).

Os questionamentos que suscitam este estudo erguem-se em face à magnitude das violações de natureza sexual, cometidas contra a criança e o adolescente, e à complexidade da intervenção sobre tal problemática, particular e especialmente, no contexto da assistência institucional.

Nesta lógica, questionam-se quais representações balizariam as ações de enfrentamento dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes. O necessário exercício do recorte metodológico conduz estas interrogações mais amplas à pergunta de investigação específica desta pesquisa: quais as representações dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual acerca deste problema? Quais as principais ações realizadas em termos de intervenção de eventos de abuso sexual contra crianças e adolescentes por estes sujeitos, a partir da mediação de determinado contexto institucional? As estratégias institucionais de enquadramento e interpretação do sofrimento convergem com àquelas que orientam os sujeitos no seu cotidiano, e particularmente em um cotidiano profundamente alterado pela dor?

O presente estudo objetiva analisar também as representações e ações dos técnicos da instituição de apoio CEDECA-BA acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Especificamente, busca conhecer as noções, opiniões e valores tanto dos familiares de vítimas como também destes técnicos acerca do problema em foco. Dos primeiros, como percebem e lidam com a situação e dos últimos as ações de diagnóstico, de notificação, de encaminhamento e acompanhamento dos casos. A estratégia metodológica adotada para tal fim envolveu uma breve etnografia da instituição, visando caracterizar as perspectivas de seus agentes e daqueles que são assistidos por ela. Usamos como fontes de dados: narrativas de familiares de vítimas na trama da violência, bem como de técnicos da referida instituição; e anamneses dos casos acompanhados por esta. Tomando em consideração testemunhos dos familiares das vítimas acompanhadas pela instituição, refletirei sobre a percepção destes acerca do problema. Assim, este trabalho lida com a perspectiva de adultos acerca da violência sexual contra as crianças e os adolescentes. Estes últimos serão os únicos que não terão voz em nenhum momento do trajeto, pois não fazem parte do universo de análise deste trabalho.

A proposta de estudo lançada nesta dissertação cumpre a função de contribuir para a ampliação da discussão sobre formas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Uma vez que dá voz à família em

que vive e se desenvolve a criança e o adolescente violentados sexualmente, serve também como instrumento de avaliação do serviço prestado pela própria instituição, possibilitando a sua reflexão sobre as demandas provenientes do contexto social das famílias atendidas. Por fim, com este estudo abre-se uma porta importante para o entendimento que as famílias têm do problema e a redes sociais com que podem contar, suas expectativas de ajuda, assim como a experiência e transformação do sofrimento pelas quais passam. Trata-se de mais um veículo de discussão e aprofundamento de um tema tão complexo e pouco pesquisado.

Esta pesquisa se orienta para uma análise sociológica no plano da micro-política, enfocando o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes⁴ por parte dos familiares das vítimas, a partir da assistência institucional do CEDECA- BA. Por outro lado, pesquisar o enfrentamento à violência sexual praticada contra a criança e a adolescente é se deparar com interrogações que ultrapassam o campo da sociologia, exigindo interdisciplinaridade. A tentativa é compreender o ser humano nas relações sociais que estabelecem em sociedades específicas, em tempos, também, específicos. As dimensões complexas exigem que recorramos a conceitualizações da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social, no que diz respeito ao entendimento da família, das redes sociais, da ruptura e da superação de crises. Essa multirreferencialidade analítica possibilita a ampliação dos níveis de compreensão sobre a forma como a família lida com a violência sofrida, como se dá a interpretação da agressão vivida, como a família recebe as estratégias institucionais de enquadramento e interpretação do sofrimento que lhe são oferecidas, e a forma como os circuitos de sociabilidade se apresentam e se modificam a partir dessa experiência.

Os estudos sobre a violência sexual contra a criança e o adolescente no Brasil são restritos, sendo poucos aqueles que adotam uma abordagem sociológica. E embora se reconheça a gravidade do problema, a ausência de dados dificulta uma maior precisão sobre contornos da violência sexual no âmbito doméstico. Trata-se de uma problemática que representa um dos temas-tabus da nossa sociedade, afinal falar sobre sexo ainda é uma barreira, principalmente quando se apresenta sob a forma de violência praticada por familiares. A afirmação de GUERRA (1985: 15) corrobora esse pressuposto:

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente define crianças como os indivíduos de até doze anos incompletos e adolescentes os de doze a dezoito anos.

"O estudo das relações violentas entre pais e filhos sempre é tratado com certo pudor. Este é mais um dos 'temas malditos', na medida em que, ao abordá-lo, se está desvelando uma face que a família tem todo o interesse em manter oculta, preservando assim sua imagem de 'santuário'".

Desta maneira, busco contribuir para a discussão do enfrentamento à violência sexual a partir da análise de narrativas dos familiares de vítimas atendidas pelo CEDECA-BA, em sua maioria mães sem marido ou companheiro e de baixa renda que procuram a instituição com a expectativa de obterem um cuidado especializado aos seus filhos e orientação na condução do problema, diante da dolorosa e desnorteadora revelação do abuso sexual intradomiciliar. Essas mães inicialmente desconhecem como lidar com o fato, pois têm como realidade o desamparo governamental na solução de seus problemas em geral, e a escassez de recursos financeiros e de informação, o que gera, inclusive, descrença em serviços como o disque denúncia. O depoimento de Maria Jose⁵, mãe de uma menina abusada sexualmente, ilustra isso:

"Parecia um pesadelo, não dá nem pra descrever. A gente não sabe o que fazer, se denuncia, se vai lá e diz um bocado de desaforo (ao agressor), se fica quieta e tenta esconder. Era final de semana, então a gente não podia fazer nada. Eu fiquei muito angustiada até chegar segunda-feira, porque era final de semana, eu não sabia pra onde eu ia, pra quem denunciar, na época tava divulgando muito aquele número 100, mas também não atendia, e ali também eu ia ter que fazer denuncia anônima que não ia servir pra nada. E aí no momento lembrei do CEDECA, não sei nem por que, não sei da onde eu tinha ouvido falar, aí eu olhei na lista telefônica e quando foi segunda-feira eu liguei, conversei com João (atendente) e ele me orientou o que eu deveria fazer, me encaminhou pro DERCA⁶ aí eu prestei queixa. E minha filha continua sendo atendida aqui."

Apesar dessa violência se realizar independente do nível de instrução, raça/etnia e credo e a compreendermos como uma prática que não está circunscrita a uma classe social, no âmbito do atendimento feito pelo CEDECA-BA há predominantemente casos oriundos de camadas populares e de pessoas de cor negra. Sendo assim, nesta pesquisa estaremos trabalhando com este recorte, mas vale ressaltar que não empreenderemos uma análise acerca da associação entre raça/etnia e violência, o que pediria delimitação de amostra e reflexão teórica além do campo de análise em que nos movemos.

⁵ Por motivos éticos, este e todos os nomes referidos nesta dissertação são fictícios.

⁶ Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Criança e o Adolescente.

Desta forma, o enfoque adotado para esta pesquisa busca situar o tema de forma mais pertinente à análise de uma sociedade fortemente marcada por desigualdade social e por precárias fontes de apoio institucional em relação às questões que afetam os indivíduos envolvidos em situações de violência no contexto urbano. A violência aqui é considerada como a que se define a partir dos processos sociais que a determinam, e provoca rupturas na dinâmica familiar de quem a sofre, como defende Hannah Arendt (1994) e Alba Zaluar (1985 e 1994), a exemplo da desorganização do cotidiano da família e modificação do seu papel agregador gerados pela violência sexual contra crianças e adolescentes.

1.1 Panorama dos estudos sobre família no contexto do abuso sexual

Muitos estudos têm se dedicado a diferentes aspectos deste fenômeno complexo que é o abuso sexual, e há uma grande diversidade de teorias sobre a violência na família, cujo ponto central é tentar compreender as suas causas, restando pouco interesse sobre a família vítima da violência urbana como tema de estudo, tampouco sobre a forma como ela lida com a violência que se desenvolve no seu próprio interior (Guerra e Azevedo, 1995 e Guerra, 1998)⁷. Nessa mesma direção, pode-se dizer que pouco tem sido discutido acerca dos significados e dos impactos das experiências para as famílias que a vivenciam dos meios e recursos que dispõem e encontram para superá-la, havendo uma concentração maior de autores em trabalhos que denunciam a vitimização de crianças e adolescentes nas agressões sexuais⁸. Este estudo busca, portanto, compreender como a família lida com a violência sexual, uma violência em geral provocada pela atuação de pessoas próximas, na maioria dos casos de sua própria vizinhança ou círculo de parentesco, ou que tem como autor alguém de “dentro” (pai, padrasto, irmão da vítima, por exemplo).

⁷ As principais referências em torno das quais se orienta o estudo do tema serão discutidas mais detalhadamente nos capítulos de discussão dos resultados da pesquisa.

⁸ Estes estudos desempenham um papel fundamental na exposição da realidade, o que provoca as autoridades públicas, sobretudo na área de Segurança Pública e Saúde, a realizarem intervenções para a mudança deste quadro preocupante, porém de pouca eficácia para a adoção de medidas de prevenção dentro do núcleo familiar, seja ele vítima ou autor das agressões.

Os maus tratos, dentre os quais se inclui o abuso sexual, têm sido considerados por diferentes autores como um problema de saúde pública, tanto por suas conseqüências em termos psicossociais quanto pela freqüência com que ocorrem (Caminha, 1999; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005), constituindo-se também como um problema social e psicológico (Kristensen, Flores, & Gomes, 2001). Apesar do elevado índice de violência nas ruas, que amedronta e aprisiona as pessoas em suas casas, é justamente neste local que ocorrem eventos potencialmente traumáticos envolvendo inúmeras crianças e adolescentes - naquele ambiente que deveria ser o mais protetor. Ainda que seja dada maior visibilidade à violência urbana, o lar continua sendo a maior fonte de violência (Kristensen, Oliveira, & Flores, 1999; Roque, & Ferriani, 2002). O abuso sexual, que pode ocorrer tanto fora quanto dentro de casa, tem ocorrido predominantemente dentro das famílias, caracterizando-se, inclusive, por longa duração (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005).

O abuso sexual intradomiciliar, a prática mais comum das violências sexuais, pode ser vista como uma questão de oportunidade, devido ao grau de proximidade do agressor com a vítima, seja ele familiar ou vizinho desta, o que facilita não só sua abordagem para com a vítima, como também dificulta a suspeita perante sua pessoa. Isto pode tornar a vítima vulnerável a sofrer a violência de forma continuada (AZEVEDO; GUERRA, 1988). O abuso sexual praticado por um adulto conhecido da vítima dificulta as ações de enfrentamento, pois traz conflitos que muitas vezes calam os envolvidos. A criança sente medo de retaliação por parte do agressor e confusão quanto aos seus sentimentos para com ele. A família sente-se constrangida em revelar o fato em meio público, e a mãe, em especial, geralmente teme expor seu companheiro ou perder o provedor do lar quando ele é o agressor⁹. Há ainda a insegurança da família para a denúncia do caso, pois muitas vezes o tratamento que ela recebe da segurança pública é inadequado, causando mais constrangimento. Assim, a violência que ocorre dentro da família, continua, em geral, a ser encarada por esta como algo a ser resolvido no seu interior, pois, exteriorizá-la é expor o particular a um público institucionalizado.

As mulheres, crianças e adolescentes do sexo feminino têm sido as principais vítimas da violência intrafamiliar no Brasil, apesar dos avanços conquistados em nível jurídico. Estas personagens têm sido consideradas

⁹ AMENDOLA, M.F. Mães que choram. In: PRADO, M. do. C. C. de A. (Coord.). *O mosaico da violência*. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.p.262-286.

cidadãos de segunda categoria, numa sociedade patriarcal (Meneghel, 1995). O pátrio poder, segundo Minayo e Assis (1994), é um dos mais pesados padrões culturais da sociedade ocidental e torna os pais donos da vida e da morte das crianças. A violência doméstica é um componente da violência cultural da sociedade, a qual prefere negar sua existência ou mantê-la circunscrita a determinados espaços (Meneghel, 1995). Essa tendência a negar a violência é reforçada pela impunidade, pelo fracasso dos órgãos responsáveis, assim como pelo silêncio dos envolvidos, sejam eles vítima, familiar, agressor ou profissional (Araújo, 2002; Furniss, 1993).

1.2 Violência sexual contra Crianças e Adolescentes

A violência é um fenômeno complexo, assumindo múltiplas expressões¹⁰, que passa por determinações macro-estruturais, sugerindo abordagens sócio-econômicas que se entrelaçam e compõem uma rede de diferentes significados, sujeita a traduções e re-traduções culturais, segundo tempos e lugares. A violência também se realiza no jogo das relações interpessoais, presente no cotidiano, envolvendo afetos, emoções, símbolos, ancorando-se na micro-política das relações entre poder e cultura, diferenciando-se por identidades sociais dos atores.

Michaud (1989) define que: *“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.”* (Michaud, 1989:10-11).

O autor chama a atenção ainda para a dificuldade de se chegar a uma definição que sintetize a natureza dos fenômenos de violência em suas tão diversas manifestações e atribuições sociais específicas, destacando o valor da síntese das abordagens sociológicas, cujo objetivo deve ser a compreensão da violência como um fenômeno social.

A violência pode ser compreendida a partir de aspectos sociais e culturais que envolvem aspectos como a desigualdade, a dominação de gênero e de

¹⁰ Ver Michaud (1989), Mafessoli (1987), Girard (1990), Arendt (1985), Tavares Santos (1995), entre outros.

gerações (Habigzang, Koller & Azevedo, 2005). Uma de suas causas principais refere-se à dinâmica familiar. Infância e adolescência são períodos do ciclo de vida em que o indivíduo desenvolve suas competências cognitivas, afetivas e sociais e, nesse período, a família desempenha um papel primordial nesse processo. A dinâmica da família propicia as condições para o desenvolvimento das competências comportamentais; aos pais, além do provimento de bens e sustento dos filhos, cabe a educação, a transmissão de valores morais, culturais, sociais entre outros (Brito & Koller, 1999).

A *World Health Organization* (1999) conceituou violência sexual como todo ato, tentativa, comentários ou insinuações sexuais não desejados, ações para comercializar ou utilizar, de qualquer outro modo, a sexualidade de uma pessoa mediante coação por outra pessoa, independentemente da relação desta com a vítima, em qualquer âmbito. Considerando de forma ampliada o fenômeno do abuso, incluem-se atos em que o contato físico direto não ocorre como no exibicionismo, voyeurismo e assédio, até a relação sexual propriamente dita, com intercurso genital ou anal. A violência pode ocorrer em diferentes âmbitos, incluindo a residência da vítima. Abusos cometidos fora do lar e por pessoas desconhecidas da vítima são classificados como extrafamiliares enquanto abusos cujos perpetradores possuem laços de parentesco ou função de cuidado, independente de laços consangüíneos, são classificados como abusos intrafamiliares. Estes últimos envolvem quebra de confiança com figuras parentais e/ou de cuidado, que deveriam promover segurança, conforto e bem-estar psicológico à criança ou adolescente (De Antoni & Koller, 2002).

A violência doméstica pode ser considerada um problema histórico que só passou a ser visto assim a partir da evolução dos direitos da criança e do adolescente (Day et al., 2003). A falta de proteção jurídica à criança e a utilização de severas punições físicas caracterizavam o período que antecedeu o século XVIII. Somente a partir do século XIX, sob a influência de John Locke e Rosseau, que a criança passa a ser objeto de investimento afetivo, econômico, educativo e existencial.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei sancionada em julho de 1990, contribui para a proteção integral da criança e do adolescente. Em seu artigo 5º (ECA, 1990), define: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou

omissão, aos seus direitos fundamentais”. O ECA impulsionou políticas e práticas contra a violência, na defesa das pessoas em desenvolvimento. Além disso, pesquisas na área de abuso infantil foram intensificadas no Brasil com a publicação do ECA (Amazarray & Koller, 1998; Habigzang & Caminha, 2004). A partir do momento em que esta lei passou a vigorar, crianças e adolescentes passaram a ser considerados juridicamente como sujeitos de direitos (Ribeiro, Ferriani, & Reis, 2004). Entretanto, um grande número de crianças e adolescentes ainda sofre diferentes formas de violência, caracterizando uma violação de direitos sociais e individuais, direitos humanos universais, regras sociais e familiares (Faleiros, 2003).

Dentre as formas possíveis de violência contra crianças e adolescentes, destaca-se a violência intrafamiliar, que pode ser classificada como: (1) abuso físico; (2) abuso emocional ou psicológico; (3) abuso sexual; e (4) negligência (Caminha, 2000). O abuso físico caracteriza-se, principalmente, por atos que geram dor e desconforto na criança (Caminha, 2000), enquanto o abuso emocional ou psicológico inclui todos os comportamentos que possam causar medo, frustração, experiências de temor quanto à própria integridade física e psicológica, ameaças verbais com conteúdo violento ou emocional (Benetti, 2002). A negligência é caracterizada pela falha em prover as condições mínimas de sobrevivência e atenção às necessidades básicas da criança, de afeto, alimentação, educação, supervisão e cuidado (Benetti, 2002). Já o abuso sexual, inclui tanto atividades que tenham contato físico como manipulação de genitais e intercurso sexual como situações de exibicionismo e voyeurismo, em que não há contato físico direto. Belsky (1993) e Habigzang e Caminha (2004) salientam a ocorrência simultânea destes diferentes tipos de violência em função da dinâmica e do fluxo entre eles. Crianças vítimas de abuso sexual são também vítimas de negligência, abuso emocional e abuso físico. O abuso sexual pode ocorrer tanto com pessoas desconhecidas da vítima quanto com pessoas conhecidas e familiares. Esta última situação tem sido a mais freqüente e pode envolver mãe, pai, madrasta, padrasto, tios, avós, primos, irmãos, etc. Dentre as formas de violência doméstica, destaca-se o abuso sexual como tendo uma grande incidência em nossa sociedade (Amazarray & Koller, 1998; Habigzang & Koller, 2006).

Na literatura sobre o assunto, as definições de abuso sexual incluem atos e jogos sexuais, relações hétero ou homossexuais, desenvolvimento adiantado do

abusador em relação à vítima e a não compreensão e consentimento desta última (Habigzang & Caminha, 2004). O principal fator demarcador de abuso sexual é a relação de poder estabelecida e da qual se utiliza o abusador. Michaud (1989) ressalta a importância da interação que nem sempre decorre de uma situação de equilíbrio entre os sujeitos. E se assim for, configura-se a condição para manifestação de um ato violento, considerando a imposição da vontade de alguns em relação a outros, quer seja contra um povo, uma classe ou mais especificamente um indivíduo, levando-se em conta sua identidade - que no nosso estudo se expressa na medida em que a criança e o adolescente se constituem em sujeitos a partir de determinada identidade social e padrões de comportamentos próprios. Consideramos a existência de uma relação de poder na prática da violência sexual, que quando intradomiciliar é pautada em hierarquias que separam o adulto e a criança dentro da família e que delimita atributos diferenciados quanto à autoridade e obediência e quanto aos papéis sociais desempenhados por cada um.

A Bahia ocupa o segundo lugar no país em número de denúncias de violência sexual contra criança, segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. O estado possui 10.424 registros de denúncia entre maio de 2003 e agosto de 2009. Especificamente quanto às denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, a Bahia tem notificado um número cada vez maior delas. Flores e Caminha (1994) ressaltam que o fato de haver crescente número de registro de casos deve indicar uma maior atenção ao tema e não um aumento real da incidência, já que este é um fenômeno histórico (Habigzang & Caminha, 2004). Mesmo com o aumento das denúncias, os números são apenas estimativas já que muitos casos permanecem guardados em segredo pela complexa dinâmica do abuso sexual e por fatores socioeconômicos, já que as classes mais favorecidas tenderiam a evitar a denúncia e a exposição social que esta implica.

1.3 Aspectos históricos e conceituais

A violência é um fenômeno complexo. Os critérios para definir o que é violência também estão relacionados ao contexto cultural de cada sociedade, em cada período da sua história, como saliente Michaud (1989):

"É preciso estar pronto para admitir que não há discurso nem saber universal sobre a violência: cada sociedade está às voltas com sua própria violência, segundo seus próprios critérios e trata seus próprios problemas com maior ou menor êxito."(Michaud, 1989: 14)

O abuso sexual tem sido considerado como uma das formas mais danosas de violência contra a criança e o adolescente. O fato de envolver quase sempre pessoas do universo afetivo da vítima, além do silêncio que geralmente se instaura sobre essa relação abusiva, parecem ser os aspectos que mais contribuem para a confusão de sentimentos e idéias em torno dessa experiência, que pode, em níveis diversos, prejudicar a saúde psíquica da criança. Esta prática parece ser antiga e vem sendo cada vez mais revelada, exigindo atenção do poder público e dos profissionais de várias áreas.

Reconhecido por Freud¹¹ (1992 apud Machado, 2006), seja no seio da família, seja fora dela, o abuso sexual era uma realidade incontestável no final do século XIX e início do século XX. Contudo, nesse momento havia apenas uma preocupação em compreender o desenvolvimento dos processos mentais que levavam ao adoecimento da pessoa, ou seja, questões de saúde, não estando ainda presente uma preocupação maior relacionada aos direitos da criança.

Um esclarecimento sobre os aspectos legais e de saúde envolvidos na problemática do abuso sexual é empreendido por Furniss (2002). Segundo ele, uma atenção cada vez maior ao abuso sexual nas últimas décadas, está relacionada, principalmente, a dois fatores: (1) o crescente movimento dos direitos da criança e, (2) o crescente conhecimento e preocupação com a saúde, inclusive a saúde mental, da criança. Esses dois aspectos reportam a, no mínimo, dois tipos de profissionais diferentes: aqueles da área jurídica e aqueles da área de saúde,

¹¹ A partir da teoria freudiana acerca da sexualidade infantil, referida às primeiras evidências do complexo de Édipo, a criança deixa de ser vítima da sexualidade do adulto, conforme a teoria da sedução e passa a exercer um papel ativo de sujeito que dispõe de sexualidade e de um desejo dirigido ao genitor do sexo oposto. Nesse momento, a atenção é desviada da realidade do abuso sexual dentro da família e se volta para um desejo incestuoso, realidade psíquica, da criança (Freud, 1992 apud Machado, 2006). É importante ressaltar que esta forma de ver o problema parece ter influenciado fortemente a visão dos terapeutas, outros profissionais e cidadãos, e até hoje provoca confusão sobre a compreensão do envolvimento da criança no abuso sexual. Este é muitas vezes visto como sendo fruto do interesse da criança e como uma experiência que lhe proporciona prazer em vez de problemas. Sabe-se, hoje, que o prazer eventualmente sentido pela criança não ameniza o problema, pelo contrário, pode agravá-lo na medida em que tende a aumentar a culpa e a ambivalência de sentimentos em torno da experiência.

os quais precisam atuar em conjunto para que possa haver uma intervenção mais eficaz e menos danosa para a criança.

Com a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a partir das mudanças sociais e políticas ocorridas no último século, é estabelecido um novo paradigma no Brasil para abordar a infância e os problemas que afetam crianças e adolescentes. Estes passam a ser considerados sujeitos de direitos que devem ser assegurados com prioridade absoluta pela família, pelo estado e pela sociedade. Assim, a violência contra as crianças, na sua maioria, intradomiciliar, tende a deixar de ser um assunto privado da família e passa a ser um problema que diz respeito a toda a sociedade. Mas o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ainda hoje está distante de concretização, pois a sua efetivação ainda é um desafio, já que depende da correlação entre a eficácia jurídica e a eficácia social, ou seja, vir a ser produtiva de efeitos, ter aplicabilidade a partir da incorporação social. Portanto, neste sentido, está em processo de construção. O ECA também não foi satisfatoriamente incorporado nas práticas dos agentes de segurança, de saúde, de educação e dos operadores do direito¹², o que demonstra a fragilidade do sistema de garantia de direitos frente à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Há, inclusive, uma dificuldade relacionada à falta de definição dos termos que aparecem: maus tratos, tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor, ficando a critério da sensibilidade de cada profissional, ou cidadão, o julgamento sobre as situações das quais toma conhecimento, se estas se encaixam em alguma destas categorias de tratamentos.

Como já mencionado antes, devido à sua complexidade, existe uma grande dificuldade na definição do que seja violência, e como não podia deixar ser na definição de abuso sexual. Uma interessante discussão sobre o assunto é proposta por Martins (2002) que destaca a diversidade de definições que até o momento tem tido muito mais uma função de orientar a prática profissional do que a busca de uma validade conceitual. Em trabalho que abrangeu uma pesquisa bibliográfica e discussões em oficinas com estudiosos da temática do abuso sexual, Faleiros e Campos (2000) constataram uma grande imprecisão terminológica que atribuem ao recente desvelamento, à complexidade e à diversidade do problema. Após rica discussão dos aspectos envolvidos, e tomando como base a natureza da relação que se estabelece no abuso sexual, os autores

¹² O Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil investiga este tema.

propõem que este seja definido como um relacionamento interpessoal sexual parafilico¹³.

Mas é interessante estarmos atentos à diversidade do tipo de relação que se estabelece entre o agressor e a criança e o tipo de impacto que pode ter, seja o próprio ato, seja a sua descoberta/revelação, sobre a criança e a família. Neste trabalho, adotaremos a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), já mencionada acima, que considera o abuso sexual da criança como sendo o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ela não compreende completamente, para a qual ela não é capaz de dar consentimento informado, ou que viole as leis ou tabus sociais. Abuso sexual infantil é evidenciado por esta atividade entre uma criança e um adulto ou outra criança que, pela idade ou desenvolvimento, está numa relação de responsabilidade, confiança ou poder, sendo a atividade realizada com intenção de gratificar ou satisfazer as necessidades da outra pessoa¹⁴.

Trata-se, portanto, de uma definição mais normativa que não faz referência explícita às conseqüências, embora estas estejam implícitas, quando é referido que o ato não respeita o nível de desenvolvimento da criança, sua imaturidade biopsicossocial, podendo, portanto, provocar-lhe, no mínimo, confusão a respeito da confiança que pode ter no adulto e dos papéis sociais aí envolvidos, e o que nos remete a pensar sobre as suas conseqüências na estrutura familiar.

1.4 Da identificação à denúncia

A criança pode exprimir a violência sofrida através do seu comportamento, dos seus sintomas ou dos seus desenhos (Gruyer, Fadier-Nisse & Sabourim, 1991). Há um conjunto de sinais indicativos, que podem ser físicos ou comportamentais, como traumatismos e lesões diversas na genitália e/ou anus, sangramentos, corrimentos vaginais ou secreções penianas, infecções urinárias, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, infecções crônicas de garganta, dores abdominais, distúrbios do sono, pesadelos, mudanças repentinas de comportamento e de humor, transtornos alimentares (anorexia, bulimia),

¹³ Etimologicamente, parafilia significa para = desvio; filia = aquilo para que a pessoa é atraída (Faleiros e Campos, 2000).

¹⁴ Traduzido pela autora, disponível em <<http://www.who.int/violence-injury-preventions/childabuse/>> em 29/07/09.

comportamento agressivo, mau desempenho escolar, baixa auto-estima, medo, fuga de casa ou da escola, comportamento sexual exacerbado (masturbação compulsiva, manipulação de outras crianças, exibicionismo), entre outros. Nos relatos dos familiares entrevistados nesta pesquisa os sintomas preponderantes entre as vítimas foram o comportamento agressivo, o mau desempenho na escola, e a curiosidade sexual excessiva como afirma Luzia, mãe de um menino abusado por um colega:

“[...] ele tava na escola e teve que sair, ele ficou super agressivo e sem atenção pra fazer as atividades. Aí ele começou a bater, aí ele começou a subir no banheiro, entendeu?”

Comportamentos sexualizados freqüentes são os sintomas evocadores dos abusos sexuais, como voyeurismo ou exibicionismo, a exploração ou agressão sexual em relação a outras crianças, bem como a busca por um contato erótico e solicitação de carícias genitais. Configura-se como uma forma de tentar elaborar a experiência vivida, passando de uma posição passiva para uma posição ativa (Rouyer, 1997). Esse é um aspecto importante, pois o comportamento sexualizado da criança é comumente interpretado, pelo adulto, como sendo algo inerente a esta, geralmente chamada de “criança ousada”, e as histórias que conta tende a serem vistas como conseqüências dessa maneira de ser, o que dificulta a identificação do abuso sexual.

Um modo de ter mais clara a ocorrência do fato é através da revelação da violência sofrida feita pela vítima. Segundo Furniss (2002), as crianças geralmente revelam¹⁵ diretamente ao profissional ou a algum outro adulto fora da família, que se torna a pessoa de confiança. A criança também pode revelar indiretamente, através de um amigo ou companheiro da escola. Pessoa de confiança é um conceito amplamente utilizado por esse autor para se referir à pessoa ou profissional em cuja presença a criança manifesta os sintomas ou faz uma revelação parcial consciente e intencional.

O mesmo autor aponta que as revelações intencionais são mais freqüentes nos casos de crianças mais velhas e adolescentes, que revelam em ambientes e a profissionais do “mundo do meio” (p. 206), isto é, entre o lar onde estão assustados demais para revelar, e o mundo externo, onde não conhecem as pessoas e não esperam ser ajudados. Isso leva os professores da escola e da

¹⁵ A revelação neste trabalho é referida como uma das possíveis formas de descobrir o abuso sexual, aquela na qual a própria criança verbaliza sobre o que aconteceu.

creche e outros profissionais do sistema educacional ao centro do trabalho de revelação. Outro aspecto relevante a ser considerado é que as revelações iniciais pelas crianças são, muitas vezes, apenas revelações parciais. Para Myers (1998 apud Yozwiak, Goldim & Marsil, 2004) a revelação total do abuso vai depender de como a pessoa para qual a criança confia o abuso reage, acolhe e o grau de importância e credibilidade que dá ao que ela vai comunicando, assim, a criança pode sentir-se segura ou não para continuar revelando até que a história inteira seja contada.

Conforme os estudiosos observam, a relação da vítima com o abusador tem grande influência sobre a revelação: quando este é um membro da família é menos provável a revelação e o relato pode conter bem menos detalhes do que quando o abusador é mais distante da família (Sheaf et al, 2002 apud Yozwiak, Goldim & Marsil, 2004).

Por ser um tipo de violência que ocorre no âmbito mais privado da vida da criança ou adolescente, alguns autores (Furniss, 2002; Ferrari e Vecina, 2002) têm apontado para a importância da escola no desempenho desse papel de identificar e denunciar o abuso sexual, uma vez que é a instituição mais presente na vida da criança, depois da família e, portanto, em condições de ter uma participação fundamental na sua proteção.

Mesmo sendo uma medida de proteção à criança ou ao adolescente vitimado pelo abuso sexual, a denúncia ainda não se consagrou como tal entre as medidas de enfrentamento a esse tipo de violência bastante silenciada. Isso se deve ao fato de suscitar constrangimento e conflito às vítimas e seus familiares, como também não resultar em punição do agressor em grande parte dos casos. Mas é importante ressaltar que a denúncia permite o conhecimento de casos não revelados, o que possibilita maior mobilização das esferas públicas.

Nos últimos anos os crimes sexuais estão ganhando maior visibilidade a partir da divulgação de campanhas, tanto governamentais como não governamentais, voltadas para a defesa de crianças e adolescentes, da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1989, que os considera sujeitos de direitos quanto à prioridade absoluta e proteção integral¹⁶, e da maior veiculação de casos pela mídia. Com esta questão sendo lançada no debate

¹⁶ Azevedo e Guerra (2000) conceituaram o fenômeno da violência doméstica como transgressão do direito das crianças, e estas devem ser tratadas como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

público, reforça-se a necessidade de denúncia dos casos, assim como se coloca a demanda por novas estratégias de enfrentamento para o problema.

1.5 As repercussões na família

Como resultado da dinâmica familiar, a violência tem sido uma constante na vida social contemporânea, chegando a ser apontada como um dos elementos da crise da família (Gelles, 1995)¹⁷. As variadas teorias acerca da violência na família trazem pouco consenso sobre o tema, e, em geral, não contemplam estudos sobre a forma como a família lida com a violência intradomiciliar (Guerra e Azevedo, 2000). Essas questões são importantes na medida em que podem possibilitar uma melhor compreensão de como se organiza a vida familiar, a partir de esclarecimentos acerca das relações entre família e violência.

O caráter de ruptura é uma questão marcante nesta dimensão da relação entre família e violência, por ser constituinte de mudanças não esperadas no cotidiano familiar (Silva, 2000). Esta ruptura se dá a partir do momento em que há a ocorrência de um evento não programado, de caráter traumático como a agressão sexual, que promove o rompimento da família com os seus projetos de continuidade de uma perspectiva, previamente elaborada e esperada, sobre o cotidiano. Assim, acarreta em mudanças não aguardadas no ciclo da vida familiar, como a alteração dos papéis sociais de seus integrantes no seio familiar, que entram em choque com expectativas e desejos constituídos anteriormente.

Os familiares entrevistados neste trabalho relatam a grande surpresa e imensa dificuldade de lidar com o problema inicialmente. Foram relatados sentimentos de angústia, desespero e dor. E expressões como “eu fiquei sem chão” ilustraram tal fase. Para Silva (2000), as ações dos indivíduos no mundo social são estruturadas para a manutenção e a estabilidade das perspectivas de vida. Se essas perspectivas são abaladas por algum evento que não pode ser explicado e apreendido de imediato, instala-se uma incerteza que paralisa suas ações ou até provoca a redefinição destas ações. Este processo pode ser entendido como uma ruptura do entendimento do indivíduo sobre o curso dos

¹⁷ Ver GELLES, 1995.

fatos, já que não houve uma correspondência entre o que é esperado socialmente e o que de fato ocorre, ficando o indivíduo, momentaneamente ou não, incapaz de reagir ao inesperado.

Assim, a violência foi vivida pelos entrevistados como uma ruptura, uma experiência que contrariou suas expectativas e projetos e, por isso mesmo, um evento que mudou suas vidas, implementando novas preocupações, novas posições sociais e por isso novos sentidos, novas rotinas, novas redes sociais, a partir de intervenção institucional.

As famílias entrevistadas também mostraram que o recurso ao atendimento institucional convive com a tentativa de guardar segredo sobre o caso, tanto que o acontecimento do abuso sexual dificilmente chega a ser comentado no ambiente de trabalho ou vizinhança, ou mesmo, em muitos casos, no ambiente religioso do qual fazem parte; o que acarreta em um isolamento social, predominantemente da mãe da criança vitimada. Isto porque o medo de julgamento muitas vezes é maior do que a expectativa de ajuda por meio de sua rede social. O abuso sexual contra crianças e adolescentes desperta na sociedade uma dura cobrança sobre os pais da criança, sobretudo em relação à mãe - figura familiar de maior responsabilidade pelo cuidado e proteção do filho. Esse tipo de violência é encarado socialmente como algo imperdoável que deveria ser evitado pela família, principalmente se a violência foi cometida por um parente.

Em pesquisa junto a famílias de camada popular de Salvador, Bustamante (2009) observa que o cuidado com a criança é construído com base em referências à espontaneidade, já que em geral provém de situações eminentes e que exigem respostas imediatas. E a espontaneidade, neste caso está associada à idéia de que o cuidado é uma atividade própria da “natureza feminina”, e está relacionado com o projeto mais amplo de tornar a criança um adulto capaz de lidar com a realidade da vida em sociedade. Assim, diante da frustração de ter falhado no seu papel de cuidadora da criança, sentimentos de culpa e vergonha provocam na mãe a necessidade de esconder o problema, e a fazem recorrer a uma instituição especializada no trato com o problema. Ao ver-se responsabilizada, ao mesmo tempo em que desorientada diante da nova situação, busca acolhimento e compreensão para si e ajuda terapêutica para a criança. Desta maneira, pensa evitar julgamentos de seu papel enquanto mãe e culpabilização pela violência

sofrida pelo filho, como veremos adiante quando trataremos dos resultados da pesquisa e dos relatos dos entrevistados.

A essa mãe a instituição oferece ajuda para tratar do trauma da vítima, explicação sobre a violência sofrida, e conseqüentemente a expectativa de punição do agressor, e com isso, justificará e reforçará seu papel de protetora da criança, afastando a sensação de negligência que possa pairar tanto em sua consciência como nas das pessoas à sua volta. Nesta situação a intervenção institucional oferece categorias que funcionam como explicações sobre o sofrimento da criança e seus sintomas, e as expectativas de melhora são colocadas exclusivamente no trabalho da psicóloga. A mãe (cuidadora) faz sua parte levando a criança para que seja tratada.

Acreditamos neste trabalho que a expectativa dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual quanto ao atendimento pelas instituições especializadas pode revelar muito sobre a trajetória de busca para este apoio, no modo como se relacionam entre si no entendimento e enfrentamento do problema. A motivação que os familiares das vítimas têm para buscar o atendimento destas instituições parte da incerteza de suas vidas diante da escassez de informação e recursos. E este quadro leva-os a recorrerem a uma nova autoridade, que oferece instrumentos que ajudam no enfrentamento às questões conflitantes do ser. Estas são indagações importantes a serem respondidas nos capítulos de discussão dos resultados da pesquisa.

CAPÍTULO 2

O CENÁRIO DAS FAMILIAS

2.1 A análise dos dados

Considera-se neste estudo que a abordagem qualitativa em pesquisa responde a questões muito particulares ao focalizar um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, procurando atingir o conhecimento de um fenômeno histórico, significativo em sua singularidade (Minayo & Sanches, 1993), o que se faz pertinente para a análise das concepções de violência sexual e das estratégias de enfrentamento.

Neste trabalho, a narrativa foi priorizada como método de estudo, considerando que se constitui como uma forma importante de esquematização da experiência do sujeito (Bruner, 1997a). Considerou-se que a análise da narrativa é bastante apropriada para a compreensão dos significados e dos atos assumidos frente à violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que através da linguagem o sujeito organiza sua experiência.

Sendo assim, a entrevista foi o principal instrumento desta pesquisa, a partir do qual se estabelece uma interlocução, uma relação dialógica com os entrevistados. Optou-se por utilizar como instrumento de coleta de dados a entrevista semi estruturada, resultante da combinação de um formulário de identificação previamente estabelecido e de um roteiro de perguntas formuladas previamente. O registro de informações em diário de campo ajudaram a complementar, ampliar e esclarecer os diferentes aspectos do tema, além de fornecer uma visão geral das vivências dos sujeitos com o CEDECA.

As entrevistas foram realizadas com os pais ou familiares responsáveis das vítimas de abuso sexual, sendo que estas deviam estar em atendimento psicossocial na referida instituição. Foram realizadas 15 entrevistas, sendo que os casos foram identificados, inicialmente, pela consulta aos registros do Serviço Social e do Setor de Psicologia do CEDECA. Os registros são prontuários de atendimento que contêm informações gerais sobre os casos atendidos, como: tipo de agressão sofrida, idade e sexo das vítimas, estado civil dos pais, situação econômica; além de dados sobre o agressor: idade, sexo e relação com a vítima.

A escolha por entrevistar pais ou familiares responsáveis traduz o objetivo desta pesquisa de compreender como a família constrói sua percepção do fato e

lida com o problema a partir do atendimento institucional das vítimas, uma vez que são eles que estruturam os projetos de vida da família, e que os reelaboram para adequá-los à nova realidade após a experiência da violência, além de que muitas vezes são os únicos da família a saberem como a violência ocorreu. Sarti (1999) considera que a família, seja qual for sua composição e sua organização, é o filtro através do qual se começa ver e a significar o mundo, e este processo inicia-se ao nascimento e prolonga-se ao longo de toda vida, a partir dos diferentes lugares que se ocupa na família. Para a autora, a família continua detentora dessa função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas, e se define, portanto, pelos indivíduos unidos pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações.

É importante lembrar que durante a realização deste trabalho, foi notória a complexidade da natureza deste assunto pela mobilização emocional que requereu dos entrevistados, que, muitas vezes, tiveram dificuldade em falar sobre certos temas relevantes para a pesquisa. Mas não houve comprometimento na coleta dos dados, pois foram oferecidos a estes familiares garantia do sigilo das informações, condições de tempo para se reestruturarem emocionalmente para a fala e liberdade de escolha na abordagem das questões.

A realização das entrevistas ocorreu nas instalações do Centro, em sala reservada, por ser considerado pela pesquisadora um ambiente menos constrangedor para a fala¹⁸, inclusive porque a instituição promove a quebra do silêncio. Além disso, no Centro, foi aproveitado o momento em que os pais ou responsáveis traziam os filhos para o atendimento psicossocial, gerando economia de tempo e conforto para estes, uma vez que aguardavam nas instalações o término da atividade.

A entrevista, que resulta em dados de natureza discursiva, foi realizada em blocos temáticos, considerados eixos orientadores correspondentes aos objetivos deste trabalho. O roteiro da entrevista (Anexo) visou conhecer o **evento problema** e as **reações emocionais** que provocou, compreender o **percurso da ajuda** seguido pelos familiares e como se configurou o **enfrentamento**, como também compreender as **mudanças** ocorridas na família após a experiência de um de seus membros ser vítima de agressão sexual

¹⁸ Evita-se, assim, a possível presença de outros membros da família ou da vizinhança, que, em muitos casos, estavam envolvidos.

Mesmo sendo privilegiadas análises de natureza qualitativa, os dados quantitativos foram considerados, visto que podem assumir papel complementar à análise qualitativa e, neste caso, possibilitar a elaboração de um perfil mais geral do fenômeno. Mas diante do grande volume de informações geradas a partir dos dados colhidos pelo questionário, decidiu-se fazer uma descrição mais sucinta dos resultados, não sendo possível, no escopo desse trabalho, utilizar técnicas estatísticas mais complexas, como seria desejável.

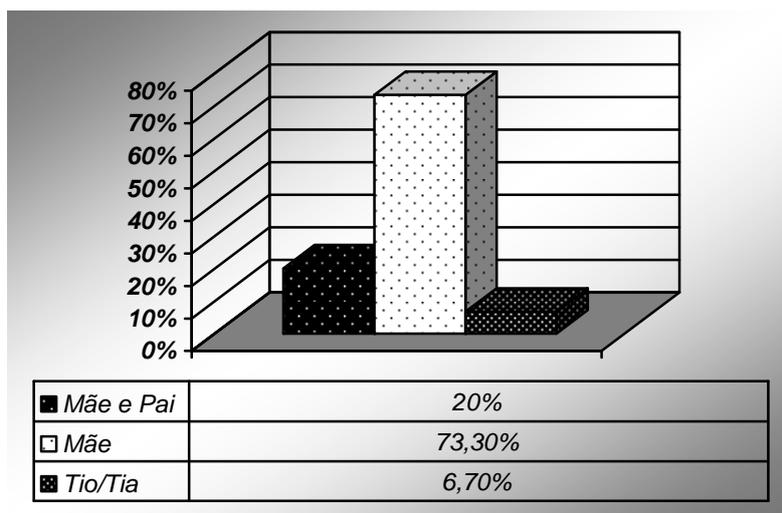
2.2 As características das famílias

Entre os informantes da pesquisa, a maioria foi constituída de mães, já que é muito comum, não só entre as famílias atendidas no CEDECA mas, de um modo geral, na de classe trabalhadora, a ausência da figura masculina do núcleo familiar Fonseca (1987). Vale lembrar que as mulheres têm se mostrado cada vez mais atuantes na cena pública, ao fazerem reivindicações de direitos aos poderes constituídos, ou à justiça. Diante da inexistência ou da precariedade dos serviços governamentais para o enfrentamento e a prevenção da violência contra criança e o adolescente, as mães têm atuado diretamente com manifestações de protesto. Por todas essas razões, a mãe assume o papel de representante de toda a família, sendo a maior força para o enfrentamento da situação de violência que se apresente. (ALMEIDA, 2000).

Para que fosse possível caracterizar melhor os núcleos familiares, foram criadas algumas categorias considerando os membros¹⁹ responsáveis pelas crianças e adolescentes perante o CEDECA como os principais cuidadores destes. A figura 1, a seguir, mostra as configurações e freqüências encontradas.

Figura 1: Com quem a criança mora

¹⁹ Considerou-se pais biológicos e adotivos no mesmo grupo. Padrastos não foram considerados como familiar responsável.



Fonte: Pesquisa de campo

Dentre os agrupamentos familiares que os dados permitem configurar, constata-se que o mais freqüente é aquele de famílias que podem ser classificadas como matrifocais, que correspondem a 11 casos (73,3% do total). O número de famílias com a presença dos dois genitores corresponde a 03 casos (20%) Estes percentuais ilustram a predominância da família composta por mulheres sem cônjuge com filhos em relação ao modelo de família composta pelo casal e filhos. Este está deixando de ser o único modelo de legitimação de uniões diante das diversas respostas culturais para a satisfação da necessidade sexual e da reprodução que pautam a organização familiar²⁰. Tendo em vista também que é marcante a tradição cultural que delega à mãe o papel de cuidar dos filhos, podemos concluir que por esta razão estes ficam aos cuidados prioritariamente das mães.

O estudo do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes partiu, primeiramente, da análise dos dados referentes à identificação dos entrevistados, obtidos no início da entrevista, visando dar condições de análise do perfil sócio-demográfico destes para o alcance do objetivo proposto aqui.

²⁰ Mas é importante ressaltar que mesmo diante da diversidade de formas a que a família assume hoje, esta instituição ainda é um dado universal, pois desempenha funções de unidade econômica de produção e consumo, lugar privilegiado do exercício da sexualidade entre parceiros autorizados, lugar de reprodução biológica, da criação e socialização dos filhos (Hértier, 1989)

Verificou-se que a idade média dos entrevistados foi de 40 anos, variando entre 27 a 81 anos. O predomínio da etnia negra entre os pesquisados se deve ao fato de que a cidade de Salvador é a que possui o maior número de afrodescendentes do mundo. Os habitantes negros, no país, respondem por 46,1 % da população brasileira. Na região Nordeste, a população negra responde por 40,4% da população negra total do país, sendo 40,2% do sexo masculino e 40,6% do sexo feminino (IBGE, 2007). Deste modo, era esperado que a maior parte da população estudada, de fato, fosse afrodescendente.

O número de filhos dos participantes em sua maioria foi de apenas 01 filho, sendo a maioria também a situação de não convivência marital. Houve um quadro bastante relevante de mulheres solteiras que se declararam ser responsáveis sozinhas, financeira e afetivamente por seus filhos, o que inclui tarefas como alimentar, cuidar, educar os filhos, cuidar da casa, respondendo, portanto, por todas as necessidades da família. Segundo dados do IBGE (2007), os domicílios chefiados por mulheres, na capital soteropolitana, são mais numerosos em relação aos de todo o território nacional (31,6%) e em relação aos da região nordeste que é de 25,9% (IBGE, 2007). Entre as famílias entrevistadas, o número de moradores no domicílio foi em sua maioria de dois, constituídos de mãe e filho, que corresponde a 07 casos. Outros domicílios apresentam de forma expressiva as avós maternas como moradoras fixas das residências, que ajudam não só afetivamente, mas também financeiramente na criação da criança, que corresponde a 04 casos.

Todas as famílias entrevistadas neste trabalho pertencem à classe popular, e o que se observa no contexto brasileiro e soteropolitano é que as famílias mais atingidas por essa problemática pertencem a essa classe social. Mas é preciso lembrar que esses dados referem-se apenas aos casos denunciados e que as pessoas de maior poder aquisitivo tendem a não denunciar para evitarem exposição, e, além disso, dispõem de mais recursos e podem recorrer a outros profissionais. Vale ressaltar que há uma grande desproporção entre o percentual de famílias que têm uma renda maior e aquele das famílias que possuem um menor poder aquisitivo na população em geral.

Quanto à profissão/ocupação das mães, a maior parte possui um baixo nível de qualificação profissional, e a que se destaca é a de empregada doméstica. É interessante constatar a contradição que esse dado expressa, pois mostra que a profissão que mais se destaca compreende tarefas relacionadas ao cuidado da

casa e dos filhos ou da segurança dos outros, enquanto a própria família fica vulnerável.

Isso se dá porque muitas mães se vêem obrigadas a deixar suas casas e filhos diariamente para enfrentar longas jornadas de trabalho, e passam a ser confiantes em uma rede de solidariedade deixando seus filhos aos cuidados de outra pessoa, seja da própria família ou da vizinhança, o que pode apresentar risco de violação. Pacheco (2005) afirma que *“...devido às condições adversas e a um cotidiano marcado pela carência de recursos, ainda hoje, a cooperação familiar e as redes sociais de ajuda mútua continuam sendo essenciais para a subsistência dos pobres. Os laços de parentesco e amizade são valiosos pontos de apoio nos momentos de dificuldade e na busca de estratégias de sobrevivência.”* (Pacheco, 2005, p. 60)

Em geral, a pessoa que assume a responsabilidade do cuidado de outras crianças e que não constitui ela mesma a agressora, desconhece a possibilidade de que seus entes possam violentar a criança, ou, quando sabe desta possibilidade, acredita ser capaz de protegê-la (Furniss, 2002). Contudo, a literatura a respeito de violência sexual na infância aponta que a ocorrência da violência sexual está justamente no convívio com as pessoas que se conhece e em quem se confia.

Assim, o papel da família, representado pela mãe, de proteger os seus membros de qualquer situação de risco é profundamente comprometido diante do desamparo institucionalizado (Oliveira & Prado, 2003). Em países em desenvolvimento, em que os serviços públicos como escolas e creches são extremamente precários, a sobrevivência dos mais pobres se apóia muito mais nos recursos pessoais que conseguem mobilizar e nas estratégias que conseguem desenvolver do que nos recursos disponibilizados pelo Estado (Pacheco, 2005). Neste contexto, a família assume uma função vital enquanto um grupo social complexo, que estabelece seus próprios padrões de comportamento, comunicação, regras e crenças; em função de sua convivência, nela cada membro desempenha um papel específico, com o objetivo de preservar a unidade familiar. E os papéis parentais de cuidado podem ser comprometidos a depender de como esses padrões estabelecem-se, o que tornaria algumas famílias vulneráveis ou propensas à violência sexual de crianças e adolescentes (Oliveira & Prado, 2003).

A literatura e os discursos, de modo geral, que apontam as mães de crianças violentadas como cúmplices dos agressores, como uma massa amorfa,

não as distingue entre si. A culpabilização desmedida e massiva de forma indireta no caso da genitora, e direta, no caso da vítima quando menina (Saffioti, 2005), estigmatiza as mulheres como coautoras e culpadas pelas violências sofridas (Narvaz, 2005). O que provoca o desvio da responsabilidade do verdadeiro agressor, voltando-se contra a mulher silenciando-a, tornando-a parte da rede que sustenta a dominação e a exploração. Diante desta realidade, a violência que ocorre dentro da família, continua, em geral, a ser encarada por esta como algo a ser resolvido no seu interior, pois, exteriorizá-la é expor o particular a um público institucionalizado, seja via imprensa, seja via denúncias em órgãos especializados, o que acarreta constrangimento e insegurança.

Vale ressaltar, que as análises sobre o assunto voltadas à realidade social em que estas mulheres e seus parceiros estão inseridos apontam que para mulheres de camadas mais pobres, o rompimento da relação matrimonial se torna bastante difícil devido à necessidade de garantia das condições de sobrevivência (Pacheco, 2005). Mas como mostram os dados desta pesquisa, a revelação do abuso sexual pode sim provocar mudanças na composição da unidade familiar. Dentre as mulheres pesquisadas, 05 das que residiam com os agressores sexuais das suas filhas, 04 delas vieram a se separar em decorrência da revelação da ocorrência da violência, como relata Marli:

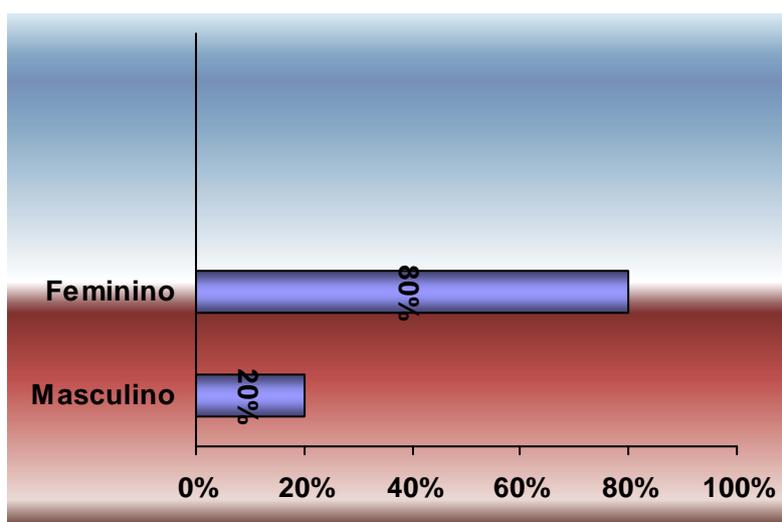
Ela tinha uns 12 anos. Ficou acontecendo desde os 10 anos. Senti muita raiva dele (seu marido, pai da vítima). Decidi denunciar na DERCA na segunda, no dia seguinte quando eu soube. Eu guardei em segredo, não falei nada pra ele, eu só contei pra minha sobrinha porque ela me viu chorando. Eu pedi pra não contar pra ninguém pra não chegar ao ouvido dele. Eu fui fazer a denúncia com minha filha, meu irmão e minha sobrinha. Meu marido só veio saber quando me mudei. Eu tinha um dinheiro no banco, tomei o resto na mão do meu irmão, procurei uma casa, juntei e comprei a casa. Pedi ao meu marido pra ir ao interior resolver um problema no nosso terreno que o pessoal tava colocando animal dentro e, aí aproveitei que ele foi pra me mudar pra cá, só eu e ela. Quando ele chegou de viagem, o pessoal já falou com ele no caminho que eu tinha ido embora. Sair de casa foi uma decisão minha. Não queria que rissem dela, e eu não queria mais viver naquele local.

Somente em um caso estudado houve a transferência da guarda da criança ou adolescente a outro familiar, devido à falta de confiança da mãe da vítima na história contada por esta sobre o abuso sexual praticado pelo padrasto.

2.3 Dados do abuso sexual

Conforme já era previsto, por ser largamente divulgado na literatura sobre abuso sexual, a grande maioria das crianças e adolescentes vitimados (80%) é do sexo feminino, corresponde a 12 casos. Contudo, um percentual importante, 20% dos prontuários analisados, correspondente a 03 casos, refere-se a crianças do sexo masculino, como pode ser observado na figura 2, que segue.

Figura 2 – Distribuição, por sexo, das crianças que sofreram abuso sexual



Fonte: pesquisa de campo

Podemos observar então que estamos diante de um fenômeno para o qual a questão da diferença de gênero, com suas assimétricas relações de poder, desempenha um papel fundamental, embora não exclusivo. As crianças, principalmente aquelas de menor idade, apresentam uma condição existencial de dependência física e emocional em relação ao adulto, muito semelhante para os dois sexos. Contudo, em se tratando do abuso sexual, podemos constatar que os meninos não parecem ser tão vulneráveis quanto as meninas. Além da questão do

gênero, pois, um outro elemento relevante a ser considerado, é constituído pela categoria idade.

Neste estudo notamos que o número de crianças abusadas sexualmente, na amostra considerada, é muito maior entre as de menor idade. Mas para estabelecermos se subsiste uma relação entre número de crianças abusadas e faixa etária, o que poderia trazer alguma luz sobre aspectos do desenvolvimento da criança ligados à preferência dos agressores, seria necessária uma pesquisa com um universo mais amplo e um recorte longitudinal. Se as vítimas são na sua maioria de sexo feminino, em relação aos agressores²¹ a totalidade é do sexo masculino, das mais diversas faixas etárias, conforme os dados permitiram constatar, entre 14 e 72 anos. Agrupando as faixas etárias acima dos dezenove anos (66,7% dos casos), pode-se constatar que é na fase adulta que se encontra o maior número de agressores, sendo que 70% têm idade abaixo dos quarenta anos de idade. Esses resultados são compatíveis com os encontrados por Azevedo e Guerra (1988), que mostram o predomínio da faixa etária do agressor de 30-39 anos, bem como dos resultados encontrados por Habigzang, Koller, e Azevedo (2005) em que a maioria dos agressores (52,2%) tinha idade entre 31 e 40 anos.

As pessoas que abusam sexualmente de uma criança não possuem um perfil homogêneo ou um tipo específico, mas um aspecto recorrente é a proximidade com a criança ou adolescente na convivência cotidiana, seja dentro da sua própria casa, seja no ambiente da família, como se observa na tabela 1 seguinte.

Quadro 1: Distribuição dos agressores de acordo com o tipo de relação que este tem com a criança

Tipo de Relação	N.º casos
Pai	03
Padrasto	02
Vizinho	05
Profissional da Escola	02
Outros familiares	03

Fonte: Pesquisa de campo

²¹ Consideramos também os agressores não denunciados, mas que são suspeitos pela família da vítima de cometerem o abuso sexual.

Os vizinhos representam o maior grupo (33,3% dos casos), seguidos pelo pai (20% dos casos), pelo padrasto e por um profissional da escola (13,35% cada um). Outros familiares conhecidos representaram no total de 20% dos casos, enquanto que abusadores desconhecidos não aparecem entre eles. Esses dados indicam por que o abuso sexual é um tipo de violência que ocorre com agressores que se situam no interior da estrutura familiar, e por esse motivo é freqüentemente silenciada, pois a revelação do abuso sexual é, às vezes, percebida como uma ameaça que pode levar à desagregação da família, com a saída do pai e do padrasto, em vez de considerar o abuso a causa da desagregação.

A forma como o fato do abuso sexual veio à tona é uma informação importante, uma vez que nos dá condição de conhecer como se configuraram as reações e medidas adotadas pela família. Furniss (2002) define a pessoa para quem a criança revela, direta ou indiretamente, o abuso sexual como sendo a “pessoa de confiança” desta, que na neste estudo correspondeu a um familiar na grande maioria das vezes, como pode ser visto na figura seguinte.

Figura 3: Distribuição dos casos segundo a pessoa para quem a criança revelou o abuso sexual



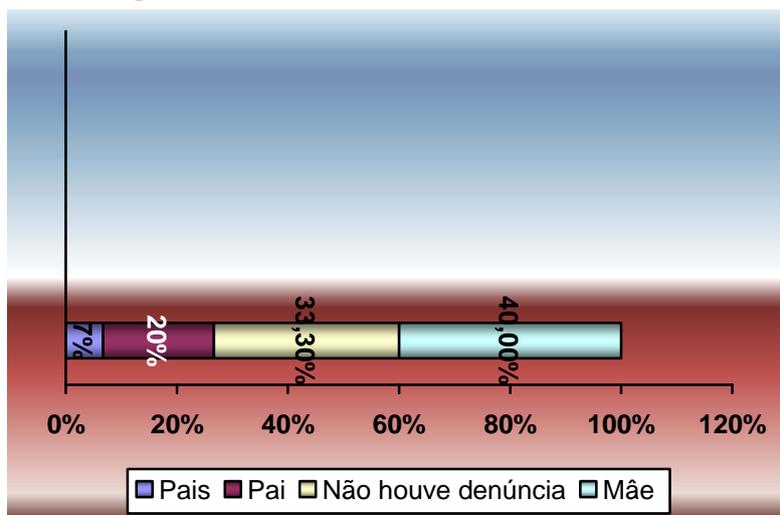
Fonte: Pesquisa de campo

Considerando os casos em que a criança ou adolescente revelou espontaneamente, foi possível constatar que a mãe é, de longe, a pessoa mais procurada, correspondendo a 07 casos (58,3% do total). As revelações restantes foram para outros não familiares, como babá ou amigo. O fato de a agressão sexual durante a infância ser perpetrada, na maioria das vezes, por pessoas que a criança conhece e em quem confia (Drezett, 2000), dificulta que a criança revele o que lhe ocorre e o processo pode se prolongar até a idade adulta. Diversas são as razões que impedem, ou ao menos protelam, a revelação da violência, tais como: medo de que o agressor se vingue; medo de que a revelação concretize ameaças como prisão e afastamento do agressor, que muitas vezes é amado pela criança; culpa, em geral provocada pelo agressor que coloca a criança como cúmplice da violência, entre outras. Por isso o abuso sexual praticado por um adulto conhecido da vítima dificulta as ações de enfrentamento, pois traz conflitos que muitas vezes calam os envolvidos.

O incipiente processo de solidificação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nas esferas sociais e jurídicas, como discutido anteriormente, o medo, a vergonha e a falta de informação das vítimas e seus familiares, assim como também a omissão da sociedade, a impunidade que cerca os casos, o despreparo da polícia no trato com o problema e a dificuldade da formulação dos inquéritos diante da exigência da materialidade do crime (dados concretos inscritos nos corpos) representam entraves no enfrentamento à violência sexual e faz com que o problema tome dimensões alarmantes (VIGARELLO, 1998).

Diante destas dificuldades se faz pertinente uma reflexão sobre a denúncia, que embora possa trazer à família constrangimento e conflitos, e ainda não resultar em punição do agressor, possibilita o conhecimento de casos ocultos, não revelados, podendo resultar em maior mobilização das esferas públicas.

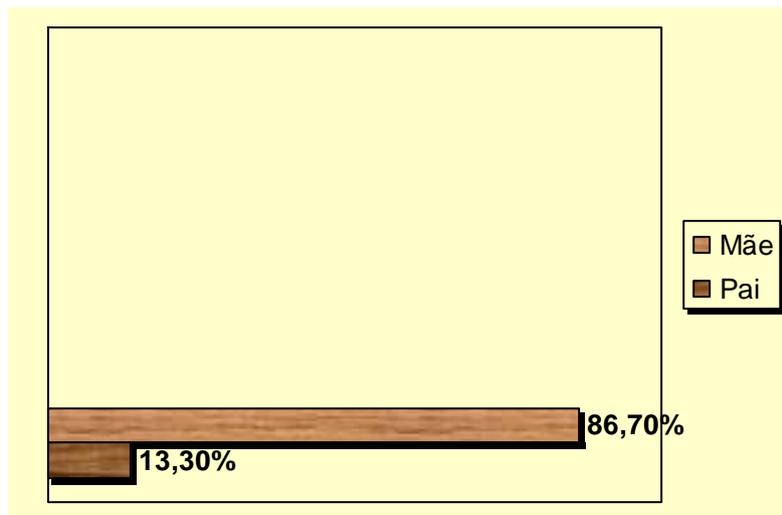
Segundo os dados desta pesquisa, na maior parte dos casos (66,7%), que corresponde a 10 casos, a denúncia foi feita contra o agressor. Nesta situação, o papel da mãe mais uma vez se revela fundamental, sendo a responsável pela denúncia em 06 casos (40% do total), como podemos ver na figura 4:

Figura 4: Quem fez a denúncia do abuso

Fonte: Pesquisa de campo

O pai aparece em segundo lugar com 03 casos (20% do total) e junto com a mãe em 01 casos (6,7% do total). O pai, segundo Sarti (1996), desempenha culturalmente o papel de guardião da família no âmbito social, aquele que assegura a honra e a proteção, enquanto a mãe seria a responsável pelo âmbito doméstico. Diante desses dados, observa-se que os pais, nestas situações de abuso sexual dos filhos, não são efetivos nesse papel de mediador entre a família e o mundo externo, pois neste momento sua presença não é muito relevante inclusive no momento do acompanhamento ao serviço: em 02 casos (13,3% do total), enquanto 13 casos de mães (86,7% do total). Devemos levar em conta que em 03 casos (20% do total) os pais são os próprios autores dos abusos, o que anula o seu papel de protetor. As mães, portanto, revelam ser as grandes protagonistas quando se trata de tomar as medidas de proteção para os filhos. Também é importante lembrar que o fato de muitas mães preferirem guardar segredo quanto a violência, para evitarem constrangimento, exposição e responsabilização sobre si próprias, faz com que os pais fiquem de fora desta estatística, ou seja, incapacitados, quando eles não são os agressores, de ocuparem a posição de proteção e mediação na família. Uma ulterior confirmação disso se encontra nos dados da figura 5, a seguir:

Figura 5: Quem acompanhou a criança ao Serviço



Fonte: Pesquisa de campo

Esses resultados ilustram o que foi referido por Smith (1973 apud Fonseca 1987), sobre a estreita segregação de papéis conjugais que, entre outras coisas, delega à mulher a responsabilidade pelas crianças; são as mulheres, enquanto mães, que se tornam o centro das relações familiares e sociais²². É principalmente uma rede de solidariedade e proteção feminina, que pode incluir mães, tias, avós e vizinhas, que permite que o abuso seja identificado e denunciado e que assegura o cuidado e o acompanhamento da criança. No próximo capítulo, uma análise qualitativa de alguns casos permitirá um aprofundamento dessa problemática através de situações concretas.

2.4 O percurso da ajuda

Esta sessão responde a um dos objetivos deste trabalho, trata de conhecer o evento problema e os aspectos que delinearão a procura por ajuda institucional. Para isso, pretende-se realizar uma análise qualitativa de três casos de abuso sexual que foram acolhidos nos serviços especializados do CEDECA-BA, dentre os que analisamos nas sessões anteriores. Para facilitar a visualização de cada

²² Embora o abuso sexual se caracteriza, conforme mostram os dados deste estudo, como um acontecimento marcado pela questão de gênero - o gênero masculino é predominante entre os agressores, enquanto o feminino predomina, tanto em relação às vítimas como em relação às pessoas que cuidam e protegem as vítimas, não empreenderemos uma análise acerca da associação entre gênero e violência, pois seria preciso uma delimitação de amostra e reflexão teórica além do campo de análise em que nos movemos.

caso, foi elaborado um quadro, resumindo algumas informações que possam caracterizá-los melhor e, dessa forma, facilitar a compreensão do que vai ser discutido em seguida.

Quadro 2 - Resumo dos casos

	Caso Luzia	Caso Antonia	Caso Benedita
Criança ou adolescente ²³	05 anos, menino	13 anos, menina	6 anos 9 anos, meninas
Família	Reside com a mãe e avo materna; é filho único	Reside com os avos paternos, um tio e um primo; é filha única	Reside com a mãe, padrasto e uma irmã
Agressor	Colega, 09 anos	Padrasto, 37 anos	Irmão, 15 anos
Tipo de abuso	Tentativa de penetração anal, sexo oral	Penetração vaginal, sexo oral, carícias	Penetração vaginal, toques na genitália
Local do abuso	Garagem do prédio da vítima	Residência do abusador	Residência de ambos
Revelação	Espontânea para a mãe	Contou ao primo	Contou após ser questionada
Denunciante	Não houve denúncia	Pai	Mãe
Atendimento Psicossocial	Há um ano e meio em atendimento	Há um ano em atendimento	Há três anos, de forma não contínua
Parentesco da informante com a vítima	Mãe, 39 anos	Tia, 55 anos	Mãe, 38 anos

O resultado da análise das narrativas levou-nos às seguintes categorias:

- a) Percepção do problema: inclui a descoberta e primeiras reações, os significados a ele atribuídos e identificação das razões.
- b) Experiência do sofrimento: abrange todas as conseqüências da revelação do abuso sexual relatadas pelos cuidadores e as dificuldades de superação.
- c) Expectativas de ajuda: inclui o encaminhamento à instituição de apoio, os motivos para a procura desta e as tensões entre as partes.

²³ As idades que constam neste quadro referem-se às idades que as crianças possuíam quando ocorreu a revelação da violência.

2.4.1 A percepção do problema

Para entendermos as maneiras pelas quais os pais e familiares das vítimas atendidas no Centro percebem o abuso sexual sofrido, verificou-se a necessidade de contemplar a percepção da violência sexual, as formas dessa violência, os sentimentos/emoções desencadeados a partir da descoberta da vitimização sexual, as causas atribuídas à violência sexual pelas participantes, bem como a avaliação quanto à gravidade da violência sexual que estes familiares tem acerca do problema. A análise da percepção do problema foi realizada a partir de categorias identificadas nas falas das entrevistadas, capturadas em toda a entrevista.

Foi possível verificar que, para as entrevistadas, a violência sexual contra crianças e adolescentes é um evento capaz de causar danos na vida das vítimas e seus familiares, ocorrendo em uma etapa do desenvolvimento em que a vítima se encontra incapacitada de agir adequadamente ou de se defender, representando uma invasão e uma violação da integridade a que tem direito (Furniss, 2002). Vejamos como se configura a percepção de violência sexual entre as entrevistadas nos casos a serem analisados aqui.

Caso Luzia. O filho de Luzia sofreu abuso sexual de um menino mais velho que frequentava o prédio onde eles moram. Este menino é filho de uma empregada doméstica que trabalha para uma vizinha de Luzia. Esta considera que o abuso sexual ocorreu por duas vezes, sendo que a última vez aconteceu no momento em que ela e o pai da criança estavam no hall do prédio conversando, enquanto seu filho e o menino brincavam na garagem:

“... o meu mundo caiu porque Felipe só tinha cinco anos! Hoje ele já sabe o que é uma relação sexual e ele só tem seis anos... Como aconteceu isso eu tive que anteciper porque ele teve acesso ao ato em si, entendeu, que foi praticado com ele, então eu tive que dizer pra ele porque que a relação “natural” não é de homem com homem e sim de um homem com mulher, e as outras coisas ele vai descobrir lá na frente, mas por conta dessa situação eu tive que falar com ele de coisas que eu achava que ainda não era o momento.”

“Ele (o menino maior) devia saber que o que ele fez foi muito errado, por ser o meu filho uma criança e disso poder trazer trauma pra ele.”

Caso Antônia. A sobrinha de Antônia sofreu abuso sexual do padrasto de forma continuada, não tendo apoio da mãe, e esta acusa a filha de ter seduzido seu marido. Por causa disso, a adolescente passou a morar com Antônia como forma de garanti-lhe a integridade:

“Ele cometeu um crime porque ela é de menor. E se ele como padrasto não soube respeitá-la, achei que a gente devia assumir cuidar dela. Lá em casa, a gente achou que devia trazer ela pra um atendimento psicológico pra ela se abrir, se tratar, curar as feridas”.

Caso Benedita. As suas duas filhas foram abusadas por seu filho. O garoto usava de ameaça para praticar a violência contra elas no período em que ficaram sozinhas em casa. Ele foi morar com o pai, que não acreditou no fato:

“No Juizado de Menor, a psicóloga que fez o atendimento dele disse que isso pode acontecer em qualquer família, que eu não devia denunciá-lo. Isso pra mim foi uma ofensa, porque não aceito o que meu filho fez! .”

“Elas (as vítimas) sofreram muito! Isso trouxe muita confusão pra cabecinha delas. Uma mistura de sentimentos, que deixou elas bastante frágeis e desnorteadas. Você não imagina como o abuso mexe com elas até hoje.”

O entendimento de Benedita acerca da avaliação psicológica reflete um momento de transição social em que um novo paradigma, o da proteção integral à infância, começa a ter força, atribuindo novas significações ao que anteriormente não era “nada demais”.

Para as três entrevistadas, a violência sexual é marcada pelo envolvimento de crianças e adolescentes que são imaturas e indefesas, o que a torna uma prática proibida e um crime. De fato, uma característica marcante da infância e da adolescência é que se trata de períodos do processo de desenvolvimento, que confere a estes sujeitos condição peculiar oriunda da necessidade de cuidado e proteção (Furniss, 2002).

Foi possível verificar que, para as entrevistadas, os aspectos mais significativos da violência sexual contra a criança e o adolescente referem-se ao potencial de danos desse evento e ao conceito de criança e de adolescente, como seres inocentes e vulneráveis, parecendo ser esse o aspecto preponderante para imprimir o caráter de violento ao ato sexual. A vulnerabilidade é caracterizada pela dificuldade de reação ou de compreensão do que ocorre às vítimas.

A construção do conceito de violência sexual é recente, tendo a mediação mais efetiva da mídia e de profissionais da saúde, do direito e da educação, especialmente no que se refere ao impacto dessa forma de violência.

Dentre as formas de violência sexual identificadas a partir das respostas das entrevistadas estão mexer/tocar, sexo oral e a relação sexual via ânus ou via vagina, conforme quadro 1 acima.

Para as entrevistadas a intenção sexual do contato se diferencia de um carinho natural nas relações entre pessoas conhecidas e queridas. Assim, nos relatos a violência sexual contra a criança e o adolescente significa o contato por penetração ou por meio de toque sexualmente intencionado nesses sujeitos imaturos e/ou indefesos:

“Uma coisa é curiosidade de criança sobre sexualidade, outra coisa é um de 9 pegar um de 5 e praticar um ato sexual. Pra mim são coisas diferentes.”

Luzia, mãe

“Ele fez tudo com ela, foram pra cama, e não foi somente uma vez. E ela sem poder se defender, morrendo de medo contar, coitadinha.”

Antônia, tia

Ele se aproveitou das meninas, chantageou elas. O ato foi completo, com penetração. Me dói muito lembrar do que ele fez, porque além de serem apenas crianças, eram suas irmãs.

Benedita, mãe

As entrevistadas também destacaram o caráter intrafamiliar como o mais recriminado da violência sexual contra crianças e adolescentes, quando o agressor é um familiar consangüíneo ou alguém que possui laços de parentesco com a vítima:

“E revoltante ele que deveria ser o responsável por ela se aproveitar da situação.”

Antonia, tia

“Ele não teve amor a mim nem às irmãs dele.”

Benedita, mãe

O que caracterizou toques e insinuações como violentos entre as entrevistadas foi a intencionalidade sexual do contato. Provavelmente as interpretações das mães acerca disso estão perpassadas pelos discursos oficiais veiculados em campanhas na mídia ou mesmo a partir do contato com o CEDECA.

A literatura tem indicado que mães de crianças vítimas de abuso sexual, ao tomarem conhecimento da situação de abuso de seus filhos, podem apresentar uma variedade de manifestações, que podem incluir ansiedade, depressão e estresse pós-traumático. Além disso, a reação frente à revelação pode ser de apoio e proteção ou, ainda, de evitação, indiferença ou ambivalência. Vejamos como se configuraram as reações, bem como os sentimentos e emoções desencadeados pela violência sexual nos casos analisados neste trabalho.

Uma das entrevistadas diz ter tido uma enorme surpresa com a descoberta, uma vez que não desconfiava da violência sexual por conta, inclusive, da falta de percepção de sinais indicativos acerca da violência sexual:

“Eu fui pega de surpresa com o que aconteceu com ele. Eu não desconfiava, porque aconteceu assim... foi criança com criança. Como Felipe era sozinho e Joaquim tava sempre por lá, eu deixava ele brincar, e não passou pela minha cabeça que esse tipo de coisa pudesse acontecer, eu deixava à vontade, ele brincava lá em casa, descia lá em baixo e brincava, e eu sempre descia acompanhando...”

Luzia, mãe

Outra entrevistada expressou a desconfiança da família de que a adolescente pudesse estar sofrendo violência sexual do padrasto:

“A gente lá de casa já imaginava pelo comportamento dela. No dia do casamento da mãe de Renata eu e minha irmã fomos, e eu percebi ela muito triste. Depois eu comecei a notar que tinha algo errado entre os dois quando eles se cruzavam aqui. Meu marido um dia viu ele cochichando no ouvido dela e me chamou a atenção da intimidade dele com a menina. Daí começamos a prestar mais atenção”

Antonia, tia

E a terceira entrevistada, pelo fato de ser casada com um homem violento, que a agredia física e sexualmente, ao notar alguns sintomas nas filhas cogitou ser ele o agressor:

“Quando eu comecei a notar as meninas estranhas, eu achei que podia ser o pai delas maltratando e abusando. Não me passou pela cabeça que podia ser ele.”

Benedita, mãe

As emoções e sentimentos experimentados pelas entrevistadas denotam tristeza e confusão quanto a forma de proceder, afetando-as sobretudo fisicamente:

“Eu nem acreditava que aquilo tava acontecendo, meu coração disparou, eu fiquei dois dias achando que eu ia ter um troço. Eu comecei a menstruar e fiquei um mês menstruada, aí eu fui pro médico, achei que era mioma, achei que era um monte de coisa, aí o ginecologista fez um exame e disse que eu não tinha nada, que eu devia ter passado por uma situação emocional difícil que dá um disfunção hormonal. Até hoje eu tô com disfunção hormonal.”

Luzia, mãe

“Esse período foi terrível. Eu não dormia, chorava todas as noites, pedia a Deus sabedoria pra lidar com isso. Foi muito difícil segurar a revolta de todo mundo.”

Antonia, tia

“Quando eu fiquei sabendo me senti impotente, atordoada. Não queria acreditar. Preferia a morte do que essa notícia. Me senti traída. Eu estava doente na época e piorei.”

Benedita, mãe

Essas alterações físicas podem ser entendidas a partir de uma compreensão da dimensão do corpo nas relações sociais. Becker (1997) demonstra, a partir de uma perspectiva fenomenológica, em seu estudo sobre experiências de ruptura, como o corpo é o primeiro mediador das experiências do indivíduo no mundo e como, por isso mesmo, tanto as doenças podem gerar uma desorientação social, na medida em que rompem com os hábitos sociais ‘encarnados’, como outras experiências podem ter efeitos sobre o corpo, rompendo sua consistência. Do mesmo modo, Schutz (1962) insiste que o corpo é a origem das coordenadas que delimitam as relações interpessoais, sendo o que possibilita a existência de qualquer reciprocidade. Dessa forma, o corpo carrega as marcas da dimensão social, sendo o lugar de um saber socialmente “encarnado”.

As reações imediatas das entrevistadas configuram-se como as primeiras medidas adotadas de proteção e enfrentamento à violência sexual. Duas das entrevistadas relataram ter como impulso se dirigirem ao agressor:

“Minha filha mais velha contou o que ele fazia com elas, e quando perguntei pra ele se era verdade me disse que elas estavam inventando coisas com o nome dele. Mas como ela contou em detalhes então eu não tinha como duvidar. Fui pra cima dele que precisou minha irmã acudir.”

Benedita, mãe.

“No momento eu fiquei muito abalada, fiquei com muita raiva dele, eu fui falar com ele e ele negou. Fui conversar com a mãe dele e ela ficou arrasada. Ela chamou o menino na hora que o menino tava com ela pra perguntar pra ele na minha frente, e ai ele afirmou uma parte da história e outra parte ele negou. A parte que ele machucou Felipe ele disse que é mentira.”

Luzia, mãe

É importante ressaltar que o depoimento de Luzia esboça a justificativa para o garoto de idade maior que a do seu filho ter feito o que fez, considerado por ela como abuso sexual. Para ela, o tio do garoto é co-responsável, pois exibia vídeos de pedofilia na internet para o sobrinho. Isso teria levado o menino a crer que aquela prática era aceita socialmente:

“(...)porque assim... eu tenho a impressão... esse menino que fez o negócio com ele... coincidiu com a data que a mãe dele comprou um computador, que ela comentou comigo que tava comprando um computador, e aí esse menino contou pra gente que o tio dele de 18 anos mostrou pra ele os filmes de pedofilia na internet. Aí depois a mãe dele foi contar pra minha mãe que ela falou assim: “mas como você foi fazer isso com criança? Não se faz isso com criança! Ele falou: “faz sim mãe, eu vi na internet.” Então por isso que eu acho que ele mostrou cena de pedofilia pro menino. “Foi justamente nesse período que aconteceu.”

Luzia, mãe

Foi a partir das falas das três entrevistadas, como a de Luzia acima colocada, que foram identificadas e analisadas as razões apontadas como atuantes na ocorrência da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para Antônia, a violência sexual contra a criança ou o adolescente é causada por fatores referentes ao próprio indivíduo que pratica a violência, como a necessidade sexual masculina. Já para Benedita é pelo histórico de desestruturação familiar. Luzia também apontou a causa contextual como atuante na ocorrência da violência sexual.

Quando houve a colocação da necessidade sexual masculina, apontou-se ser próprio da natureza masculina uma maior necessidade sexual. Em sociedades patriarcais, como a brasileira, os valores e as prerrogativas culturais que definem o papel sexual masculino são o poder, a dominação, a força, a virilidade e a superioridade. (CECRIA, 1997; Schraiber, D'Oliveira & Couto, 2006). Mais que receptividade, a acessibilidade feminina que representa, no imaginário, uma das características que definem o papel social e sexual feminino (como também a submissão, a passividade, a fraqueza e a inferioridade) conduz à idéia de que os homens têm direitos sexuais sobre a mulher, independente de quem seja (CECRIA, 1997). A dominação masculina inclui, em sua ideologia, a dominação de geração e de classe, vez que o uso das mulheres como objetos é legitimado ou enraizado na cultura. Assim, mesmo as crianças, sobretudo as meninas, constituem objetos sexuais:

“A mãe de Renata arrumou um namorado e botou logo dentro de casa, e depois casou. Renata tinha uns 10 anos... A mãe dela trouxe ele aqui, me apresentou. Eu falei que ela tinha que ter cuidado porque Renata estava ficando mocinha.”

Antônia, tia

A noção de direito à integridade física, sexual, social e emocional de mulheres e crianças é algo muito recente e encontra muita resistência na sociedade de modo geral. É comum a justificativa da necessidade sexual exacerbada do homem diante dos crimes sexuais, isso quando a vítima de violência sexual não é apontada como a responsável por ter despertado, por meio de suas atitudes

lascivas, o incontrolável impulso sexual masculino. Depois de despertados, esses desejos não seriam impedidos nem mesmo por barreiras geracionais ou consangüíneas. Percebe-se que recai sobre a menina parcela da responsabilidade pela violência (Narvaz, 2005; Saffioti, 2005).

A culpabilização da criança aumenta de acordo com a idade; quando mais velha, maior a chance de ser acusada, ou por ter atraído o desejo do agressor, ou por ter consentido com os contatos sexuais. A genitora pode se culpar, ser culpabilizada ou ainda culpar a criança pela insinuação sexual, embora a criança ou adolescente, pela própria etapa desenvolvimento, seja considerada perante a legislação incapaz de compreender a complexidade da relação e o impacto sobre sua saúde física e mental:

“ Ela diz que a culpada foi a filha. As duas se agrediram porque ela acusou a filha, xingou, e Renata perdeu o respeito. A mãe não tinha diálogo com ela. Ela disse agora que tem certeza que foi a filha que seduziu o marido dela.”

Antônia, tia

Uma das causas da violência sexual contra crianças e adolescentes apontada por uma mãe entrevistada foi o histórico de desestrutura familiar.

Eu acredito que ele fez isso com as irmãs por causa do que ele assistiu o pai fazer comigo. Ele era violento, me estuprava na frente das crianças.

Benedita, mãe

As explicações para a violência sexual provavelmente influenciam o cuidado com a criança após a vitimização e a busca de ajuda. Acreditar que qualquer criança ou adolescente possa ser violentada pode constituir um fator protetor, desde que se adotem mecanismos de cuidado e redução de vulnerabilidade. Contudo, ainda não faz parte de nossa cultura prevenir, orientar ou ensinar às crianças que não permitam ou que comuniquem alguém tocá-la intimamente ou exigir ser tocado.

Como medida de proteção, Antônia e Luzia decidiram pelo afastamento do agressor às vítimas, já no caso de Benedita seu filho continuou a morar na mesma residência que as irmãs por três anos ainda:

“Nessa época a gente morava junto, o pai dele ainda tava lá em casa... Mas depois do que ele fez não deixei que ele ficasse sozinho mais com elas. Avisei que era pra elas ficarem longe dele. Quando ele fez 18 anos botei ele pra fora, não tava mais suportando o jeito agressivo dele. Aí ele foi morar com o pai que já tinha saído.”

Benedita, mãe

“Eu fiquei vários dias sem saber o que fazer, sem saber como contar pro meu irmão, e tentando impedir que ela tivesse contato com o padrasto. Esse aí ficou louco quando ela ficou lá em casa, porque ele perdeu o terreno, o controle sobre ela. A partir do momento que ela me contou ficou fortalecida e impediu o acesso dele a ela.”

Antônia, tia

“A mãe dela sabe, botou ele pra fora de casa depois. Renata passou a morar comigo.”

Antônia, tia

“A mãe dele continuou sendo diarista do prédio, eu apenas pedi, falei que não queria ver o filho dela mais aqui, porque eu sou moradora e não queria ver Felipe preso em casa porque o outro tá brincando lá em baixo. Se ela como diarista de um apartamento lá do prédio quer trazer o menino pra casa da patroa ela traz, agora não quero ver ele mais circulando no prédio, mas assim... porque aconteceu varias vezes de Felipe querer brincar e chegar lá e o menino ta lá em baixo e eu não deixar. Porque a porta tava aberta, qualquer momento eles iam querer fazer de novo, porque eles também tiveram prazer na situação, também teve descoberta na situação, então eu não ia deixar isso acontecer, porque quem nunca foi criança? Quem nunca quis ver o pinto do menino? Uma coisa é curiosidade de

criança sobre sexualidade, outra coisa é um de 9 pegar um de 5 e praticar um ato sexual. Pra mim são coisas diferentes, e até hoje é super difícil, super difícil a relação, ela continua lá, mas assim... fazer o que, né?”

Luzia, mãe

É importante ressaltar que Luiza, no trecho de sua fala acima, ao se referir ao medo da continuidade do abuso expressa na sua fala embasamento pelo discurso do Centro nas orientações e no seu entendimento da situação acerca do que o ato provocou nos meninos.

Após um ano do ocorrido, Luzia procurou a proprietária do apartamento que a mãe do agressor estava trabalhando para impedir a circulação dele, e só assim teve êxito:

“No momento do abuso eu não cheguei a conversar com a proprietária do apartamento que ela trabalha porque eu não confio, somos vizinhas há muitos anos e eu não confio naquela pessoa porque ela é fofoqueira. Esse ano como ela tava insistindo em levar o menino pra deixar no prédio, então eu fui falar com a proprietária. Foi quando finalmente eu parei de ver o menino lá. Tem dois meses que eu falei com ela.”

Luzia, mãe

Fazer a comunicação do fato aos outros responsáveis pela criança ou adolescente preponderou entre os casos analisados neste estudo, como meio de dividir a responsabilidade e buscar o apoio deles:

“O pai da criança ficou sabendo. Ele ficou muito chocado, eu percebi que ele ficou muito triste, ficou chocado, mas não sabia o que fazer. Ele perguntava pra mim o que eu queria que ele fizesse.”

Luzia, mãe

“O pai dela precisava saber, e achei que quem tinha que contar era Renata. Depois do dia das mães ela contou ao pai quando foi passar o fim de

semana com ele. Na mesma hora ele me ligou pedindo ajuda porque não queria fazer justiça com as próprias mãos. Quando Rita (mãe da vítima) soube ficou em estado de choque. Renata contou depois de ter contado há 15 dias pro pai.”

Antônia, tia

Em relação a avaliação da gravidade da violência constatou-se que, para as mães a violência sexual é um evento de extrema gravidade, principalmente quando envolve contato físico entre as genitálias da vítima e do agressor. A gravidade da violência também passou pela assimetria de força, poder ou desenvolvimento entre vítima e agressor, bem como pela traição da confiança que a participante depositava no agressor. A noção de gravidade para as entrevistadas considera as conseqüências físicas, emocionais e sociais da violência, sendo freqüentemente mencionadas em seus depoimentos:

“Foi muito grave o que ele fez, né, porque as meninas além de serem crianças, são irmãs dele. Não dá pra aceitar uma coisa dessas nunca! Eu não podia esperar que meu filho abusasse de suas irmãs. Poxa, somos todos da mesma família! Como é que eu vou achar que isso é normal, que acontece? (...) Minhas meninas ficaram perturbadas com isso, mudaram de comportamento, tenho tido muito trabalho com elas. A mais velha anda se envolvendo com quem não presta, não se preserva, não preserva seu corpo, controlar ela tá sendo difícil. ”

Benedita, mãe

“O caso mais grave assim é quando há a penetração. Acho que mexe mais com a cabeça delas (as vítimas) porque é mais forte, então eu acho que fica seqüelas gravíssimas no psicológico e no corpo. Quando não penetra eu acho menos grave, mas que também deixa seqüelas. Também acho grave como aconteceu com a minha sobrinha, que o marido da mãe que deveria cuidar da menina como sua filha faz uma coisa dessas.”

Antonia, tia

“Acho grave porque meu filho é uma criança né, e ele (o abusador) não deveria ter feito o que ele fez porque abusou dele porque ele é uma pessoa indefesa, não entende as coisas. Eu acredito que em todo os casos fica seqüelas, que pode aparecer agora ou mais tarde, no futuro.”

Luzia, mãe

Podemos comparar as noções de gravidade que se desprendem das narrativas das mães com aquelas presentes no discurso da Psicologia. Assemelham-se quando o critério baseia-se no tipo de contato físico com o agressor, no qual a penetração é considerado o ato mais grave. Há pesquisadores como Rocha (2004) e Azevedo e Guerra (2000), que adotam a escala de Russel (1986), abrangendo três níveis de gravidade: muito grave – tentativa ou relação sexual forçada ou sexo oral; grave – contato genital com ou sem penetração, contato com os seios ou tentativa de contato, seja forçado ou não; menos grave – beijo sexual forçado, toque sexual intencional nas nádegas, coxas, pernas, seios e genitais cobertos, forçados ou não. Embora bastante utilizada, a escala de Russel considera unicamente a natureza do contato sexual, independente dos danos e conseqüências que possam causar, e independente dos envolvidos e da natureza do vínculo entre eles, no que diverge das narrativas das mães acerca do assunto, que consideraram tratar-se de uma forma de violência perpetrada na infância ou na adolescência que possui como principais agressores pessoas em quem a criança ou adolescente confia e com as quais convive, de modo que o relacionamento afetivo e parental entre vítima e agressor não foi subestimado.

Por este motivo, a avaliação da gravidade da violência entre as mães foi além dos aspectos físicos, priorizando, na ausência dos sinais físicos, o estado emocional da vítima e a natureza da relação vítima-agressor. A gravidade da violência sexual, na perspectiva de Faleiros e Campos (2000), depende fundamentalmente do nível de intimidade, dos papéis de autoridade, de responsabilidade de proteção e afeto do agressor com a vítima, do nível de violência física utilizada e de suas conseqüências. As autoras consideram que, por seu caráter íntimo e relacional, a violência sexual se reveste de uma extrema gravidade e, no caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, esta adquire particularidades que a tornam muito mais complexa e grave, dado seu impacto nas estruturas psíquicas e sociais das vítimas.

A avaliação da gravidade acerca da violência sexual estava intrinsecamente relacionada à integridade moral da criança ou adolescente. A violência sexual contra a criança foi considerada um evento grave por todas as participantes. Além do contato físico entre as genitálias, o sentido de gravidade, considerou, também, a relação desigual entre vítima e agressor, seja assimetria de força, poder ou desenvolvimento. Como colocado na análise do conceito de violência sexual, as entrevistadas destacaram a questão da maturidade emocional dos envolvidos, questão pertinente ao conceito científico de violência sexual contra crianças. O conceito de gravidade também incluiu o fato de que o agressor dispunha de confiança da genitora, e que se tratava de alguém próximo que transgrediu os limites da relação e da confiança nele depositada.

Neste trabalho buscou-se apresentar os significados mais estáveis e algumas diferenças de sentido que se fizeram presentes nesses discursos. Cabe ressaltar que o significado não é estático e atemporal, não se encerra com o desfecho deste trabalho; os significados e sentidos são dinâmicos, seguem sendo influenciados pelas situações, pelo correr do tempo e podem, deste modo, ser ressignificados (Bruner, 1997a). Assim, cada participante foi considerada como pessoa que elabora seus próprios sentidos acerca da violência sexual contra a criança, os quais emergem impregnados, carregados de impressões do grupo social em que se inserem. Os discursos representam a tensão dialética da constituição da subjetividade (indivíduo e sociedade); são discursos complexos e, por vezes, contraditórios que retratam a complexidade do tema abordado.

2.4.2 A experiência do sofrimento

Esta sessão trata da experiência do sofrimento vivida pelos pais e familiares de vítimas a partir da revelação do abuso, que se configura como ponto de partida para a procura destes por ajuda institucional. Para darmos conta da compreensão e análise deste aspecto na trajetória do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes por parte dos pais e familiares destas, continuaremos analisando qualitativamente as narrativas dos três casos abordados na sessão anterior. A experiência do sofrimento neste estudo compreende as dificuldades de manejo dessa nova realidade na dinâmica familiar, assim como as conseqüências

que este tipo de violência acarreta para a família, conforme pode ser visualizado no quadro 2:

Quadro 3 – Resultados da revelação

Família	Dificuldades	Conseqüências
Luzia, 39 anos, mãe	Culpabilização, medo em relação à continuidade do abuso sexual.	Refere-se a mudanças quanto à orientação da criança após a descoberta do abuso, pois relata ter tido que antecipar as conversas sobre sexualidade. Considera que não houve outras mudanças referentes ao cuidado com a criança, porque antes já havia um cuidado muito grande dela com o filho
Antônia, 55 anos, tia	Controlar a revolta dos familiares, impedir avanço da sexualidade da adolescente, insatisfação com o desempenho ineficaz da justiça	Desestruturação familiar com separação dos cônjuges e mudança de residência da vítima para a casa da tia
Benedita, 38 anos, mãe	Impedir a continuidade do abuso sexual, lidar com a discriminação por parte dos vizinhos aos seus filhos, mudança de comportamento das filhas.	Desestruturação familiar, com separação dos cônjuges e expulsão de casa do agressor (filho)

A descoberta da violência sexual na família pode ser entendido como uma ruptura do entendimento do indivíduo sobre o curso dos fatos, já que não há uma correspondência entre o que é esperado socialmente e o que de fato ocorre, ficando o indivíduo, momentaneamente ou não, incapaz de reagir ao inesperado (Silva, 2000). As ações dos indivíduos no mundo social são estruturadas para a manutenção e a estabilidade das perspectivas de vida, e quando essas

perspectivas são abaladas por algum evento que não pode ser explicado e apreendido de imediato, como a violência sexual intradomiciliar, instala-se uma incerteza que paralisa suas ações ou até provoca a redefinição destas, configurando-se uma desorientação. A vivência da agressão sexual obriga a família a se defrontar com situações para as quais não se encontrava preparada, trazendo uma noção de futuro como algo incerto e amedrontador, que ameaça seus projetos de continuidade.

São muitas as expectativas sociais acerca da família, que tem a importância dos filhos como continuadores e herdeiros dos pais, o seu espaço como um lugar de amor e de proteção, e a importância do amor materno (Salem, 1980). Esses valores definem o ideal da família popular brasileira, e quando algum deles se faz ausente, isso pode ser vivido como uma ruptura (Silva, 2000). A ruptura se dá no momento em que se estabelece o descompasso entre as expectativas sociais e culturais e a vivência concreta da agressão sexual vivida pela família, e expressa a não realização de expectativas sociais com relação ao curso da vida, provocando um sentimento de caos. As posições ocupadas pelo filho e também pela mãe na família, e que constituem o sentido desta, perdem a finalidade no primeiro instante remontando todo o sofrimento diante da revelação da violência sofrida, pois representam a fragilidade dos papéis sociais estabelecidos na família. Ao romper com projetos e expectativas, a violência põe em questão o próprio sentido de continuidade. Essa desorientação é agravada frente à ausência, à precariedade ou à impossibilidade de amparo social.

Dessa maneira, os relatos das entrevistas apontam a existência de dificuldades importantes a serem enfrentadas a partir da descoberta da violência sexual pela família das crianças e adolescentes vitimadas, que incluem culpabilização da mãe como principal cuidadora da criança; conflitos familiares quando a violência é intradomiciliar; desamparo institucional e de recursos para mediar o problema.

O relato de Luzia mostra o quão sofrida pode ser a culpabilização da genitora pela ocorrência da violência sexual: “... o pior pra mim, sabe o que foi, foi buscar apoio nas pessoas próximas e as pessoas me julgarem: ‘onde você estava que você não viu? A culpa é sua!’ Pra mim foi assim... eu pensei que eu fosse morrer.”

Eu falei com meu irmão, e ele falou assim: “mas você estava fazendo o que que não viu?”. Eu fiquei assim... sabe, coisas assim que... eu não sabia o que tinha doído mais, de ver meu filho sendo submetido àquela situação ou a maneira que me julgaram...”

Luzia tende a se posicionar como uma pessoa sozinha, que sofreu muito com o fato de não ter encontrado apoio na sua família: *“Ninguém se envolveu. Só minha mãe que tava comigo o tempo todo. O pai é ausente, e nem pôde fazer nada porque Felipe pediu pra eu não contar pra ele, então ele nem pode falar nada com o nosso filho.”*

A percepção dos sujeitos acerca do lugar que ocupam na sociedade direciona-se ao entendimento do modo como constroem suas identidades discursivamente, na relação com os outros, e às funções sociais que assumem para si mesmas ou tendem a atribuir a outros (Oliveira, Guanaes e Costa, 2004). Esse discurso da mãe vem a salientar a importância que o CEDECA teve nesse processo, como um ponto de apoio imprescindível diante da solidão no trato com o problema, como veremos no capítulo 4.

As conseqüências informadas por Luzia aconteceram no nível do cuidador. A principal conseqüência na sua relação com o seu filho, foi ter que tratar sobre sexualidade antes do tempo previsto por ela: *“... a partir daí eu tive que começar, pra mim eu antecipei coisas. Então eu mostrei pra ele através de desenhos o que é uma relação sexual. Então eu não sei quando esse tipo de conversa começaria, não sei qual seria a idade certa, eu não sei, como aconteceu isso eu tive que antecipar porque ele foi... ele teve acesso ao ato em si, entendeu, que foi praticado com ele, e as outras coisas ele vai descobrir lá na frente, mas por conta dessa situação eu tive que falar com ele de coisas que eu achava que ainda não era o momento.”* As mudanças na família parecem ter ocorrido mais na dimensão psicológica, aumento do nível de insegurança e de preocupação com o filho. Podemos dizer que esta situação também representa uma transição não normativa, cujas mudanças podem ser identificadas mais no nível da pessoa da mãe. Esta tem que lidar com mudanças internas, na visão de si mesmo como cuidadora, nos seus limites no desempenho do seu papel, e mudanças na sua visão de mundo que passa a ser concebido como um lugar muito mais perigoso do que acreditava ser.

O discurso de Antônia centrou-se principalmente na descrição da relação entre a família dela e a família nuclear da adolescente; o que representou a descoberta do abuso sexual para a família dela; e a grande insatisfação com o desempenho ineficaz da Justiça. A estrutura familiar da vítima mudou completamente, acarretando mudanças na organização familiar de Antônia. Após a revelação, a adolescente foi morar com a tia para impedir a continuidade do abuso, mas o padrasto foi colocado para fora de casa, embora a mãe da vítima acreditasse ser esta a responsável pelas investidas do marido.

As transições que eventos violentos provocam tendem a aumentar o risco de desregulação dos afetos e a probabilidade de que relações íntimas mudem em direção negativa, pelo menos, temporariamente (Cowan, 1991). Como foi observado na reação da mãe da adolescente violentada por seu padrasto, ao romper a relação com a filha e desfazer o núcleo familiar. No caso de Antônia a revolta e todos os sentimentos negativos foram dirigidos contra o agressor, mas sempre buscando um esforço de não provocar no pai da vítima, seu irmão, reações extremadas de vingança perante o agressor.

O sentimento intenso de raiva é uma reação muito comum no pai da criança ou adolescente abusados sexualmente, como foi identificado por Furniss (2002) na sua longa experiência com essa problemática. Segundo este autor, os pais tendem a transformar seu desamparo e sentimentos de culpa em uma raiva geralmente assassina contra o agressor. Essa raiva pode ser tão esmagadora e o ódio tão poderoso, que estes correm o risco de perder o controle, tentando encontrar e atacar fisicamente o agressor. Esta situação foi comum no caso trazido por Antônia: *“O mais difícil foi segurar a revolta do meu irmão.”*

Quanto às práticas de cuidado, vale ressaltar que Antônia destaca o imenso cuidado que passou a ter com a sobrinha para impedir o desenvolvimento precoce de sua sexualidade. Sua sobrinha Renata demonstrou grande interesse afetivo por um primo que residia na casa de Antônia, e chegou a se envolver com ele mesmo sendo mais velho que ela e casado. Antônia relatou o quanto isso era preocupante: *“Ela começou a se envolver emocionalmente por ele e ele se deixou envolver também. Eu tive que ser muito dura com eles, afastei ele lá de casa, contei aos pais dele e a meu irmão, pai de Renata, a mulher dele também ficou sabendo e veio conversar conosco. Eu tô policiando Renata. Meu marido reclama que eu me envolvo muito, mas eu não consigo ficar inerte a tudo isso.”*

Antônia expressa que sua família está insatisfeita com a morosidade da Justiça no trato com o caso, pois até o momento nenhuma medida foi tomada contra o agressor. Preocupa-se com a impunidade e com a possibilidade de estarem vulneráveis a um ato de vingança do abusador: *“Minha família não está gostando da morosidade dos órgãos competentes, mas isso é uma insatisfação do povo brasileiro em geral. Ele (o agressor) ainda está aí sem nenhuma citação formal pela Justiça, porque nem todo mundo foi ouvido ainda. E ele tá por aí, tendo contado, ligando. Tenho medo da impunidade, e ele continuar importunando. Isso tá me preocupando.”*

O caso de Benedita tem uma particularidade em relação aos outros, o fato de ser o agressor um parente consaguíneo. Este se constituiu uma violência sexual praticada por um irmão contra suas duas irmãs de menor idade que ele. A partir dos relatos acerca da dinâmica familiar, que revela violência física, psicológica e sexual entre os pais, vê-se que essa família vivenciou vários eventos estressores no seu cotidiano, e a revelação do abuso sexual se configurou como um evento limite de estresse.

Estes dados parecem convergir com a hipótese de Cowan (1991) de que enquanto a família tenta se adaptar às mudanças decorrentes de um acontecimento inesperado, como a revelação do abuso sexual vivenciado por um ente próximo, em busca de uma reorganização qualitativa tanto da vida interna quanto do comportamento externo, algumas delas podem estar vulneráveis a sofrer outros conflitos devido a todas as mudanças que esta situação tende a provocar. A maioria das famílias conseguiu resgatar um novo equilíbrio enquanto, em uma delas, houve rupturas mais graves, com pouca possibilidade de retomar o equilíbrio. O caso de Benedita revela a vulnerabilidade diante do abuso sexual das filhas, evento desencadeador de grande transtorno emocional, agravamento de fortes conflitos na relação do casal, provocando a desagregação do núcleo familiar.

Benedita contou que ainda tentou administrar toda essa situação para não colocar em risco a continuidade da família, mas as dificuldades foram se agravando com o passar do tempo, o que não lhe deu escolhas, a não ser afastar o marido e pai agressores: *“(...) eu já não agüentava mais tanta violência, tanto medo. Primeiro me separei, depois botei meu filho pra fora.”* As conseqüências se aproximam daquelas descritas por Gottman (1991) como características das mudanças caóticas, nas quais a continuidade da família fica ameaçada.

As dificuldades vivenciadas por Benedita abarcam o enfrentamento de novas e delicadas situações relacionadas a seus filhos, tanto externa como internamente. A mãe relata que após o caso ter sido divulgado na mídia, seus filhos foram vítimas de discriminação pela vizinhança:

“ (...) eles jogavam cocô na minha porta, e disseram que as crianças não podiam brincar com os filhos deles. Minhas filhas sofreram muito com isso: a vergonha, a rejeição e a falta de entendimento daquela situação deixaram elas muito perturbadas. A mais velha começou a apresentar depressão, começou a ter insônia e quando conseguia dormir tinha pesadelo. Tentou até se suicidar. A mais nova não tá dando valor à vida, ao seu corpo. Está muito rebelde, se envolveu com um traficante (de drogas) e isso tem complicado ainda mais a nossa vida.”

Todos esses fatores vão influenciar na produção de significados em torno do abuso sexual e na posição assumida pelos cuidadores diante deste acontecimento. Como esta violência vai ser experienciada depende portanto da rede de significações que se tece em torno do abuso em cada um dos sistemas onde este acontece e é descoberto. O posicionamento de cada cuidador, contudo, é multideterminado, não depende somente da interpretação do fato, mas leva em conta outros interesses, entre os quais o mais importante, conforme os casos analisados neste trabalho, foi a defesa daquele membro que se encontra mais vulnerável.

Como foi visto na análise dos casos abordados nesta sessão, uma mesma violência pode produzir vários tipos de danos e mudanças na rotina da família, portanto estes devem ser considerados correlacionados entre si. É necessário ressaltar que as mudanças não são definitivas, elas se caracterizam como processos e tendem a assumir formas diversas ao longo do tempo.

A desregulação dos afetos é uma das principais conseqüências para as pessoas envolvidas (vítimas e pais), desencadeando comportamentos agressivos, verbais e físicos, principalmente dos pais (sexo masculino), contra o agressor ou mesmo contra o cônjuge, o que pode ampliar enormemente os resultados negativos do abuso sexual para a criança ou adolescente. Neste estudo que abrangeu casos em que o agressor era uma das pessoas que integram o núcleo familiar da vítima, foi identificado como é delicada e bastante complexa a experiência do sofrimento após a revelação da violência sexual. Um dos principais

problemas relacionados ao abuso sexual envolvendo a criança e o adolescente são as eventuais tragédias familiares provocadas a partir da revelação do abuso, que trazem, muitas vezes, a consequência de a criança passar do papel de vítima ao de culpada, devido à falta de provas materiais, quando resta apenas o seu testemunho contra aquele do agressor (Morales e Schramm, 2002). Todos esses conflitos familiares, na maioria dos casos não são resolvidos, e levam os indivíduos à interpretação de que a trajetória se divide em dois momentos: antes e após as agressões. O impacto dos conflitos familiares delas decorrentes configurou uma série de rupturas, dos projetos familiares e das redes sociais.

A ruptura com as redes sociais também se constitui como mudança no âmbito pessoal. Se a família media a passagem dos indivíduos do seu núcleo para a sociedade mais ampla, esse processo se dá também através das redes sociais. Para Both (1976), a família se relaciona com redes de relações complexas, interagindo com as instituições da sociedade, o que lhe permite lançar mão de diversas estratégias para lidar com dilemas vividos. No caso da violência, a família exige a intermediação das relações pessoais para as diversas possibilidades de resolução de conflitos. Tal mediação é mais importante ainda quando se trata de classes trabalhadoras.

Estudos sobre o contexto de classe trabalhadora (Sarti, 2003; Zaluar, 1985; Souza, 1995; Tapparelli, 1996 e Woortman, 1987) demonstram como são importantes as redes de solidariedade. Assumem um papel crucial na medida em que ajudam a situar o lugar dos indivíduos no mundo e a realizar funções que deveriam ser providas por instituições públicas de saúde, previdência ou amparo à velhice e à infância. Na realidade, o processo de adaptação ao mundo urbano e à vida cotidiana é sempre mediado pela família e suas redes sociais. A família é envolvida por redes de obrigações e lealdades mútuas, formadoras dos valores que moldam o modo de vida dos sujeitos, fundamentando seus laços de relações e de identidade. E é através dessas relações que as famílias de classe popular obtêm alguns recursos disponíveis na sociedade.

As redes sociais, conforme analisa Both (1971), constituem-se do ambiente imediato da família, que não é isolada, mas interage com redes de relações mais complexas e externas. Através das redes sociais, compostas por parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, o núcleo familiar interage com muitas instituições da sociedade. Em bairros populares, as redes exercem uma

função de ponto de apoio para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade. Hita e Duccini (2008) mostram que a formação de uma rede se estabelece por meio de critérios de confiança que definem aqueles que pertencem a ela, ao passo que delimita os que não fazem parte dela. Pertencer a uma rede exige corresponder aos seus critérios de pertencimento, ao menos em parte, ou tornar-se vítima da fofoca e da estigmatização interna. O que não corresponde – ações inadequadas ou modos antissociais - pode gerar risco de isolamento e falta de apoio, o que atenua a situação de vulnerabilidade.

A quebra da lealdade e da reciprocidade, construídas na convivência cotidiana, a partir da fofoca e da estigmatização dos casos de violência sexual, constitui a principal justificativa para o rompimento da família vitimada sobretudo com os vizinhos, o que justifica o fato das mães de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual em muitos casos não mencionarem o fato em público, optando pelo silêncio. Os casos de Luzia e Benedita ilustram este fato.

Luzia isolou-se dos vizinhos, amigos e familiares para não deixar que a notícia do abuso pudesse provocar mais culpabilização sobre ela: *“As pessoas querem saber pra julgar, fazer seu próprio julgamento, aí eu preferi me afastar.”* Benedita rompeu a relação com os vizinhos por conta da rejeição que demonstraram aos seus filhos após o conhecimento do caso através da mídia, como já exposto anteriormente.

É importante lembrar que a análise dos efeitos da violência sexual na família abarca os aspectos pertinentes à realidade brasileira, como a morosidade judicial, a freqüente impunidade dos agressores, a carência de auxílio financeiro e assistencial às vítimas e familiares, entre outros.

2.4.3 As expectativas de ajuda

Como vimos, a violência é vivida como uma ruptura²⁴ do ordenamento e das expectativas de continuidade projetados pela família, como também da estruturação das relações familiares. Esta ruptura traz conseqüências importantes na estrutura familiar, interferindo no lugar que os filhos ocupam na organização da família e no seu papel no ordenamento do cotidiano, na elaboração dos projetos

²⁴ As rupturas produzidas implicam mudanças que entram em choque com expectativas e desejos, elas não são aguardadas como etapas do ciclo da vida familiar. (SILVA, 2000).

de futuro, na perspectiva de transmissão de valores, de melhoria das condições de vida e de retribuição nos ciclos das gerações. O que provoca desestruturação e desconstrução do papel social da família, afetando assim a convivência familiar (Silva, 2000).

A superação significaria aí a possibilidade de reelaboração de expectativas e o reposicionamento na vida, a partir da incorporação da experiência frustrante a outras experiências, recebendo, com isso, novas significações. As estratégias para a superação do abuso sexual adotadas pela família constituem-se nos recursos utilizados para lidar com a nova situação de ruptura e na reconstrução dos projetos futuros após a experiência da violência, para passar a dimensionar a própria reconstrução da vida familiar.

Na literatura, a família é apontada como elemento chave não apenas para a "sobrevivência" dos indivíduos, mas também para a proteção e a socialização de seus componentes, transmissão do capital cultural, do capital econômico e da propriedade do grupo, bem como das relações de gênero e de solidariedade entre gerações. Representando a forma tradicional de viver e uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, a família operaria como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas (Carvalho e Almeida, 2003). E essa nova realidade trazida pela revelação da violência sexual que traz desestruturação e muitas vezes ameaça de extinção se faz temporária, devido a família deter uma plasticidade e uma enorme capacidade de mudança e de adaptação às transformações nela suscitadas, pela sua persistente relevância como espaço de sociabilidade, de solidariedade e de proteção social.

Há um esforço da família na tentativa de trazer a vida para o contexto sócio-cultural de antes, mesmo após o rompimento das expectativas de continuidade e futuro constituídas anteriormente. E os recursos utilizados pela família popular para dar conta da superação configuram-se no campo das relações interpessoais com suas redes sociais; e no apoio buscado nas instituições, como entidades não governamentais, agências públicas, sistema judiciário, e a religião.

A mediação mais importante neste caso deveria ser a da Justiça, mas o que se vê é um quadro de desamparo institucional, marcado pela inacessibilidade. As organizações não governamentais participam deste processo como alternativa

encontrada pelos atores envolvidos com a violência sexual para a convivência com os processos judiciais, para a viabilização da punição aos culpados e para o atendimento psicossocial, como relata Antônia: *“Na mesma hora que meu irmão soube, ele me ligou pedindo ajuda porque não queria fazer justiça com as próprias mãos. Meu marido e minha filha falaram com ele pra ele se acalmar. Foi quando ele viu o site do Cedeca e resolveu vim logo aqui. Meu irmão descobriu o site do Cedeca e veio no dia seguinte com a filha. Eles orientaram que fosse dar a queixa. Deram queixa, ela fez o exame de corpo de delito. Renata já está sendo atendida aqui.”*

Luzia conta que veio ao CEDECA por diversos motivos: 1) para se certificar se era correto classificar os episódios relatados como abuso sexual por se tratar de um ato praticado entre duas crianças; 2) para buscar amparo por se sentir solitária na condução do cuidado ao seu filho; 3) para viabilizar algum tipo de punição à criança e ao tio desta, adulto considerado por ela coresponsável pelo abuso:

“A princípio eu não procurei o Cedeca pensando logo no tratamento psicológico do meu filho, e quando eu percebi que tinha achei muito bom. Mas meu irmão veio com tanta força que cheguei a pensar que não: foi normal²⁵! Então eu não vim querendo que tivesse o atendimento, eu queria que me dissessem: “Calma a gente vai te ajudar! Realmente aconteceu! Realmente o que aconteceu está errado! Não foi legal o que aconteceu com o seu filho e a gente vai lhe ajudar!”. Assim nesse sentido isso foi pra mim o maior conforto que eu podia esperar.”

“Agora veio o conforto de justamente ter um ombro amigo, de ter alguém que me dissesse que meu filho tinha sofrido e que iam me ajudar a superar esse trauma. Eles me acolheram, acho que em duas semanas meu filho já estava em atendimento. Foi tudo muito rápido.”

²⁵ Luzia refere-se à forma enfática com a qual seu irmão tratou da questão tentando convencê-la de que se tratava de curiosidade infantil acerca da sexualidade, e que por isso ela não deveria dar importância ao fato. Ele recusou-se a continuar ouvindo as queixas e as angústias da irmã.

“Eles me disseram que não teria a possibilidade de abrir um inquérito (...) porque eu acho que assim, como até hoje eu acho que o menino não poderia sair impune, não que ele tivesse que ser julgado, mas ele deveria saber não só pela mãe dele, não só por mim, mas por alguém ele deveria saber que isso foi errado. A mãe dele na minha opinião devia denunciar aquele irmão que fez aquilo, eles deviam saber que o que eles fizeram foi muito errado. Então o Cedeca disse que esse tipo de caso não vai a julgamento, isso eles não fazem porque foi com outra criança, o que eles queriam é que esse menino viesse também pra eles darem apoio.”

Para esta mãe a instituição oferece ajuda para tratar do trauma da vítima, explicação sobre a violência sofrida, e conseqüentemente a expectativa de punição do agressor, e com isso, justificará e reforçará seu papel de protetora da criança, afastando a sensação de negligência que possa pairar tanto em sua consciência como nas das pessoas à sua volta.

Famílias pobres denunciam a violência na expectativa de que haja uma intervenção judicial efetiva e rápida. Algumas desejam que o agressor seja repreendido e, apesar de permanecer no lar, cesse as investidas sexuais contra a criança, como foi o caso de Benedita, que denunciou seu filho pela violência sexual cometida contra suas irmãs, também filhas dela: *“Eu quis denunciar, mesmo com a assistente social aqui do Centro me dizendo que eu poderia reconsiderar. Pra mim justiça começa dentro de casa.”*

Benedita tem contato com o Centro há cinco anos, marcados por períodos de atendimento psicossocial das filhas e participação dela no grupo de apoio aos pais que tiveram filhos violentados sexualmente – o Grupo Girassol, hoje com as atividades suspensas. Essa convivência prolongada deu a ela condições de conhecer o funcionamento do serviço oferecido e as dificuldades enfrentadas pela organização não governamental para a sua manutenção: *“A troca de profissionais atrapalha tudo. O grupo enfraqueceu com essa troca, a gente tem que conhecer cada um de novo e eles o nosso problema. As atividades ficam paradas e acaba que as pessoas se desinteressam. Quando sai um e entra outro advogado a gente fica meio sem suporte.”*

O que se percebe, então, é uma busca de amparo institucional para mediar os impactos resultantes da experiência de violência, mas sendo a fragilidade financeira das organizações não governamentais uma realidade, como também a situação de demora ou indefinição dos processos instaurados contra os agressores, o não atendimento dessas expectativas conjugadas pode ser motivo constante de tensões.

Acreditamos nesta pesquisa que a expectativa dos familiares de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual quanto ao atendimento pelas instituições de apoio revela muito sobre a trajetória de busca para este apoio, no modo como se relacionam entre si no entendimento e enfrentamento do problema, que é algo delicado e bastante complexo, apresentando alguns entraves importantes à sua realização. A motivação que os familiares das vítimas têm para buscar o atendimento destas instituições parte da incerteza de suas vidas diante da escassez de informação e recursos²⁶. E este quadro os levaram a recorrerem a uma nova autoridade, o CEDECA, que oferece instrumentos que ajudam no enfrentamento às questões conflitantes do ser, da qual trataremos no próximo capítulo.

²⁶ Segundo Britto (2006), é na periferia que mais ocorre registros de casos de violência sexual na cidade de Salvador.

CAPÍTULO 3

O CENÁRIO DA INSTITUIÇÃO

Os questionamentos que pautam o estudo descrito neste capítulo procuram dar conta da complexidade da intervenção sobre o abuso sexual contra crianças e adolescentes, particular e especialmente, no contexto da assistência institucional. Assim, pretende-se responder a duas questões complementares: 1) quais são as formas de pensar e de agir dos técnicos do CEDECA-BA acerca do abuso sexual; 2) quais discursos e práticas são veiculados pelo CEDECA-BA acerca do enfrentamento deste tipo de violência. Estas perguntas estão relacionada às ações, mediadas por representações, promovidas pelos agentes da atenção e da assistência do CEDECA-BA, em circunstâncias de eventos violentos experienciados pelas crianças e pelos adolescentes.

Este capítulo trata de um estudo de representações e ações dos técnicos da instituição de apoio CEDECA-BA acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A estratégia metodológica adotada para tal fim centra-se na incursão etnográfica de uma instituição não governamental de referência no atendimento a casos de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes na cidade de Salvador. Usamos como fontes de dados as narrativas de técnicos da referida instituição; e a literatura acerca do tema produzida pela própria.

A escolha do CEDECA-BA para a coleta de dados partiu do reconhecimento, como referência histórica, da longa trajetória desta instituição no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. No âmbito da proteção à infância e à adolescência, redes de apoio comprometidas com esta temática apareceram como um forte movimento em prol da cidadania desse grupo, resultante da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990. (MINAYO, 2006, p. 53-4). Embora se destaque a efetiva participação do setor e o fomento das suas iniciativas nesta direção, os estudos temáticos têm salientado dificuldades e deficiências das mais diversas naturezas no que tange os serviços para o enfrentamento da violência. Alguns deles demonstram que tais resistências vinculam-se à ordem das racionalidades e mentalidades, como também das questões de ordem prática ou dos recursos materiais.

As representações são aqui tomadas como indissociáveis das práticas (ANADÓN E MACHADO, 2003), assim a análise das mesmas recairá necessariamente sobre as ações que as sucedem. Especificamente, tratam-se das ações de diagnóstico, de encaminhamento, de acompanhamento e de prevenção por parte dos técnicos frente aos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, mediadas pelas representações, as quais serão contempladas neste estudo.

As visitas ao CEDECA-BA visavam o conhecimento da instituição: seu discurso e suas práticas acerca do enfrentamento deste problema, para dar conta dos objetivos propostos neste trabalho. Por meio de entrevistas semi-estruturadas e anotações em diário de campo, foi possível dialogar com os técnicos da ONG que desempenham funções diversificadas, tais como assistente social, psicóloga, advogada, que atuam no contato direto com as crianças, adolescentes e suas famílias vítimas de abuso sexual intrafamiliar.

No âmbito das representações, para organizar e analisar os discursos dos técnicos acerca do problema e sua condução usei as seguintes categorias: a) abuso sexual intradomiciliar, b) intervenção com as vítimas, c) enfrentamento, d) responsabilização dos abusadores, e) prevenção. No plano das ações, por sua vez, o processo analítico centrou-se nas seguintes categorias: ações diagnósticas dos casos; ações de encaminhamento; de acompanhamento; e de prevenção desenvolvidas pelos profissionais no contexto investigado.

3.1 A Instituição

Na década de 90, a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil assumiu uma expressão política da luta pelos direitos infanto-juvenis fundamentados na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal Brasileira (Ministério da Justiça, 2002). Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, começam a surgir entidades e movimentos sociais organizados como os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente em diversas capitais do país para o cumprimento e a fiscalização das ações propostas pelo Estatuto.

O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Yves de Roussan – CEDECA, localizado em Salvador e fundado em 1991, teve como missão inicial o combate às diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. Na Bahia, o CEDECA surgiu em decorrência do aumento do número de assassinatos de crianças e adolescentes (Barbosa, Palmeira, Câmara & Ippolito, 2003).

Em 1994, a partir da divulgação da pesquisa qualitativa intitulada “Meninas de Salvador”, realizada pelo CEDECA em parceria com o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), a problemática da exploração sexual infanto-juvenil emerge, dando visibilidade à exposição de meninas em pontos turísticos da cidade, na orla marítima e nas proximidades da sede do CEDECA. A pesquisa denunciou uma rede de exploração sexual que se alimentava do fluxo turístico da cidade e do mercado do sexo, dando um novo sentido à exposição sexual das meninas de Salvador a que a população estava acostumada. Assim, ao lado do enfrentamento do homicídio de adolescentes e da impunidade desses crimes, o CEDECA-BA inicia o combate contra a exploração sexual e comercial. A ECPAT - Organização Internacional pelo fim da Exploração Sexual e Comercial de Crianças, Pornografia Infantil e Tráfico Para Fins Sexuais reconheceu, em 1995, o CEDECA como uma das instituições protagonistas no enfrentamento da violência sexual no Brasil (Barbosa, Palmeira, Câmara, Ippolito, 2003).

Para subsidiar ações de combate à violência e garantia dos direitos infantojuvenis, em 1997 o CEDECA passou a funcionar também como um sistema de referência, um centro de documentação, informação e comunicação. Um ano depois, em 1998, após ser escolhido como representante oficial do ECPAT no Brasil, o CEDECA-BA, visando atrair a mídia e mobilizar a sociedade para o enfrentamento dessa problemática, sugeriu a criação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infanto-Juvenil²⁷. Com a participação de outras instituições e de consultores nacionais, o CEDECA elaborou uma proposta que resultou na redação final do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, no ano 2000, que constitui uma diretriz nacional no

²⁷ O dia 18 de maio foi escolhido por se tratar do dia da morte da menina Araceli, um caso emblemático de violência extrema e impunidade. O crime, ocorrido em 1973, em Vitória do Espírito Santo, repercutiu em todo o país e sua apuração envolve corrupção, desaparecimento e morte de testemunhas, destruição e adulteração de provas e laudos falsos, o que transformou o caso Araceli num marco de combate à violência sexual infanto-juvenil e sua impunidade.

âmbito das políticas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes (Barbosa, Palmeira, Câmara & Ippolito, 2003).

O CEDECA é uma entidade não governamental de natureza jurídica que oferece atendimento jurídico, psicológico e social à população infanto-juvenil sexualmente vitimizada e seus familiares, bem como aos familiares de crianças e adolescentes assassinados. Também atua na prevenção e combate à exploração sexual infanto-juvenil. E para que funcione efetivamente, o Centro conta com o apoio financeiro de instituições como o Fundo das Nações Unidas Para a Infância – UNICEF, a Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE, Companheiros da América – USAID, Prefeitura Municipal de Salvador e Câmara dos Diretores Lojistas – CDL, que financiam projetos. Contudo, os recursos não são suficientes para realizar todas as atividades necessárias a uma atuação mais ampla, pois, o CEDECA precisa contratar profissionais das áreas jurídica, psicológica, de serviço social, entre outros, e prover o amparo financeiro para muitas famílias acompanharem os casos que entram na justiça ou, até mesmo, para freqüentar o Centro. Assim, a instituição está sempre às voltas com dificuldades financeiras, de pessoal e de espaço físico. A falta de pessoal se evidencia pelo grande número de atividades desenvolvidas por um só profissional.

A falta de uma base financeira sólida constitui um problema constante, sobretudo porque a população que recorre aos serviços do Centro é predominantemente de baixa renda, que busca, além de um amparo jurídico ou psicossocial, um amplo atendimento para suas necessidades de subsistência, algumas vezes seriamente abaladas após a violência contra um de seus membros. Ou seja, por trás da demanda por justiça e pela punição dos culpados, existem outras demandas. O não atendimento dessas expectativas conjugadas é motivo de reclamações e, para alguns pais, constitui prova de que estão, de fato, desamparados, o que, às vezes, é motivo de desistência de continuar freqüentando o Centro ²⁸.

Merece ser destacada a mobilização permanente do Centro para a obtenção de recursos financeiros, uma vez que nunca estão assegurados de maneira satisfatória, o que, em alguns momentos, chega a ameaçar a sua própria continuidade. Parcerias e convênios são as formas encontradas para a superação de tais dificuldades, e permitir ao órgão atingir os seus objetivos.

²⁸ Nessas circunstâncias de tensão, o CEDECA-BA é percebido negativamente, sendo visto da mesma forma que as demais agências públicas às quais as famílias recorreram.

O CEDECA é formado por dois conselhos, um administrativo e um fiscal, além de uma coordenação. Os conselhos são formados por entidades sociais como: Centro Projeto Axé, Ordem dos Advogados do Brasil, Federação de Associações de Bairros de Salvador, Associação Beneficente Unidos da Fazenda Grande, Universidade Católica do Salvador, Instituto Guanabara, Sociedade de Defesa dos Moradores do Gantois, Ferreira Santos e Adjacência.

A diretoria é composta por três membros, eleitos entre os representantes das entidades sociais, que ocupam o cargo durante dois anos. As funções dos conselhos, que não são remuneradas, são cuidar do orçamento do Centro e acompanhar a execução das atividades. Envolvem decisões sobre pessoal, remuneração e indicação do coordenador, que é o representante do CEDECA-BA.

O Centro tem duas linhas básicas de ação: o combate aos homicídios e à violência sexual de crianças e adolescentes em Salvador. Entre suas competências estão identificar situações e atos de violência que vitimem a criança; receber denúncias e realizar encaminhamento político ou técnico de acordo com cada caso; promover e apoiar campanhas contra a violação de crianças e adolescentes (Cedeca,1991). Compõe-se de quatro núcleos: Núcleo Jurídico, Núcleo de Mobilização, Núcleo de Estudos e Pesquisas e Núcleo de Atendimento Psicossocial.

O Núcleo Jurídico dispõe de advogados e estagiários, que trabalham em regime de plantão para atender ao público. Recebem as denúncias de crimes e, depois, realizam o acompanhamento legal necessário. Os técnicos desse núcleo fazem também o acompanhamento dos inquéritos e processos, participam de júris populares como assistentes de promotoria, representando os pais das vítimas, além de intermediarem nos casos no sistema judiciário, com o objetivo de agilizar a continuidade dos processos e a marcação dos julgamentos. Por considerar que a impunidade resulta também do medo e da desinformação da população sobre os seus direitos e os órgãos públicos a que se pode recorrer, o núcleo jurídico do CEDECA-BA criou um programa de capacitação e formação de agentes comunitários. O programa é voltado para preparar pessoas da comunidade, os “advogados descalços” (Cedeca,1995:4), para resolver problemas que envolvam a violência, orientando a comunidade sobre as ações que podem ser tomadas, legal e coletivamente, frente à violação de direitos.

O Núcleo de Mobilização é responsável pela comunicação do CEDECA-BA com a comunidade, pela organização de manifestações públicas de denúncias e pelo encaminhamento de pedidos específicos às autoridades legais. Produz um jornal trimestral intitulado “O Saci”, especializado na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Através desse veículo, divulga as atividades relacionadas aos diversos órgãos de defesa dos direitos humanos e notícias referentes a ilegalidades, sob forma de denúncias; informa também os resultados positivos alcançados judicialmente ou através de outros meios. Entretanto, “O Saci” é publicado apenas quando há recursos disponíveis. O Núcleo também cuida de publicações que abordam temáticas pertinentes ao CEDECA-BA, a exemplo de *Espelho e Dor* (1995), que denuncia a prostituição infanto-juvenil e a condição indigna de vida das crianças. Publicou também o *Desafio da Cidadania*, (1996), em continuação ao primeiro, que propõe um plano estratégico de proteção sócio-jurídica para o desmantelamento das redes de violência contra crianças e adolescentes.

As pesquisas de apoio permanente para as atividades do CEDECA-BA são realizadas pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas, que faz o levantamento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, organizando-os estatisticamente, com a atualização anual dos dados, disponível na Internet (www.cedeca.org.br).

O Núcleo Psicossocial é composto por uma assistente social e uma psicóloga. Sua atuação voltava-se para o atendimento psicoterápico das vítimas de abuso sexual e o atendimento dos pais de vítimas de abuso e homicídio. Este atendimento aos pais não tem objetivos terapêuticos e, sim, para esclarecimentos sobre o andamento dos processos, questão que desperta interesse dos pais, sempre ansiosos pela sua resolução. Mas esse Núcleo também organiza manifestações públicas de protesto contra a agressão de crianças e adolescentes, ou para dar visibilidade aos processos que tramitam na justiça e que, de alguma forma, podem ser prejudicados pela morosidade ou mecanismos ilegais. Atividades que foram incorporadas em 1999, atendendo a pedidos de muitos familiares para aliviar os impactos sofridos pelas dificuldades do cotidiano, deixaram de ser desenvolvidas com grande freqüência: o atendimento psicoterápico, em grupo, aos pais de vítimas de abuso sexual e de vítimas de homicídio. Isto se deve às constantes substituições de técnicos, devido ao desligamento pelo termino de financiamentos de curto prazo à instituição. A outra

atividade é a de apoio social, através de visitas ao domicílio das vítimas, com os objetivos de: a) ajudar os parentes a recorrerem à justiça, uma vez que esse recurso nem sempre é conhecido ou desejado; b) realizar um reconhecimento da situação socioeconômica dos grupos familiares; c) intervir em situações que ameacem a continuidade do processo terapêutico das vítimas (ausência de recursos, abandono do tratamento, exposição a novos abusos). Do mesmo modo, o setor de psicologia atua no fornecimento de laudos necessários à condução jurídica dos casos, quando solicitados pela Justiça.

A chegada dos usuários no CEDECA se dá através de encaminhamento dos Conselhos Tutelares, Ministério Público, delegacias comuns e especializadas, Juizado de Menores e escolas. Há também a busca espontânea, ou seja, o próprio usuário, ou seu representante, que busca o serviço por iniciativa própria. A instituição prioriza a proteção dos direitos e o atendimento à população infanto-juvenil, ou seja, meninos ou meninas com até dezoito anos incompletos e seus familiares. Como a população atendida é, em sua maioria, de baixa renda, encontra neste lugar serviços gratuitos que, de outra forma, não poderiam usufruir, tais como atendimento psicológico, atendimento e orientação jurídica e social, recebendo ainda o vale transporte para o deslocamento até a instituição.

Popularmente, o CEDECA é conhecido por suas campanhas, especialmente na mídia televisiva contra a exploração sexual de crianças e adolescente, e menos pelo seu trabalho pioneiro no combate ao homicídio de crianças e adolescentes e à impunidade desses crimes. O CEDECA localiza-se próximo à Igreja Conceição da Praia em Salvador, em uma casa cedida pela igreja. Sua localização é, de certo modo, privilegiada para sua atuação, pois está em uma zona turística de Salvador, onde há grande fluxo de turistas, venda e consumo de drogas e prostituição. O espaço físico é confortável, organizado e aconchegante, embora possua algumas áreas com umidade, pois se trata de um prédio antigo. Conta com uma recepção com sala de espera, uma sala de atendimento social, uma sala de psicoterapia, uma sala da coordenação, uma sala de atendimento jurídico e um banheiro. A equipe é composta por um coordenador, uma psicóloga, uma assistente social, e dois advogados.

No CEDECA, primeiro atendimento é feito pelo Serviço Social, que estabelece uma descrição completa do caso e, a depender da situação, procede a um encaminhamento das famílias para o setor jurídico, e das vítimas de abuso

sexual para tratamento psicoterapêutico. Os atendimentos psicológicos são semanais, tendo a duração estimada de 50 minutos. Há um contrato verbal firmado com o cliente e seu responsável, em que são estabelecidas as regras da instituição e dos atendimentos. Cabe destacar que é colocada, ao usuário, a importância do comparecimento aos atendimentos e a restrição do número de faltas permitidas. Durante os atendimentos, os familiares da criança aguardam na recepção.

No que se refere a crimes sexuais – que envolvem tanto os casos de agressores parentes das vítimas quanto os de fora do núcleo familiar – o Centro acompanha atualmente vinte casos. Além desses, acompanha 234 processos de abuso sexual nas duas varas especializadas da infância e juventude os quais, servem de material para avaliar como a justiça trata a questão da violência nesses casos.

3.2 As Representações

Compreender as representações dos agentes do CEDECA acerca da violência sexual requer compreender também como a infância e adolescência são abordadas por esta instituição, embora esta análise detalhada não seja foco específico deste estudo³¹.

Para tanto, as representações que balizam as ações do CEDECA precisam estar situadas em um panorama mais amplo das políticas e leis referentes à infância desenvolvidas pelo Estado Brasileiro, em que as condições da infância aplicam-se também àquelas que permeiam a adolescência. Assim segue um breve histórico dessas últimas considerando as mudanças operadas no tratamento das categorias infância e adolescência.

Os registros históricos nos lembram que durante quase todo o último século, até o advento da Lei no 8.069/1990 (ECA), vigorou a Doutrina do Direito do Menor e a Doutrina da Situação Irregular, as quais norteavam “a intervenção do Estado quando o menino e a menina estivessem em uma situação tida como

³¹ Conseqüentemente, tal entendimento orienta os padrões relacionais vivenciados com a “criança” e com o “adolescente”, nos espaços sociais.

irregular, isto é, fora dos padrões da sociedade vigente” (Nepomuceno, 2002, p. 140). A efetivação destas doutrinas, de caráter repressivo e punitivo, aplicava-se às crianças e aos adolescentes pobres e negros em sua maioria.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) abole-se o termo “menor” e passa-se a definir todas as crianças e adolescentes como sujeitos de direito, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar. Este pressuposto aponta a necessidade de receberem uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente.

A doutrina da Proteção Integral se baseou nos postulados da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Tal doutrina foi incorporada à Constituição Federal de 1988 e, posteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, e conforme analisa Nepomuceno (2002), apresenta três pontos fundamentais. Além do reconhecimento da condição cidadã, na qual se aplicam os mesmos direitos que os adultos e ainda, alguns outros, referentes às peculiaridades dessa fase de desenvolvimento, pontuam-se a necessária integralidade da atenção a ser dispensada às crianças e aos adolescentes, bem como a extensão da responsabilidade sobre a garantia dos seus direitos ao Estado e à sociedade como todo, não sendo esta apenas uma atribuição da família (Nepomuceno, 2002, p. 145).

Mas no Brasil, ainda procedem fragilidades neste campo, de modo que as crianças e adolescentes têm sua história marcada por várias formas de violências, como o abuso sexual. Conforme pontua Del Priore (2006), o desenvolvimento histórico da infância e da adolescência brasileiras detém especificidades muito particulares, a exemplo do atraso da difusão da vida privada e da escolarização, da injusta distribuição da riqueza e do escravismo secular, ainda escamoteado nas atuais relações de exploração do trabalho infanto-juvenil, sobretudo, nas zonas rurais e no nordeste do país.

De volta às representações, embora não tenham sido contempladas questões diretas sobre os significados da infância e da adolescência nas entrevistas, as falas referiram elementos que apontariam para estas concepções no sentido de reconhecê-las, crianças e adolescentes, como sujeitos de direito. Assim, foi evidenciada nos discursos dos agentes do Centro a consideração de

crianças e adolescentes como sujeitos plenos, e junto a isso sentimentos de cuidado e/ou de proteção.

Os discursos dos interlocutores desta pesquisa expressam repúdio às violações dos direitos das crianças e dos adolescentes, relacionadas ao abuso sexual, e o Estatuto foi tomado como referência superior à intervenção sobre a problemática. A grande recorrência ao Estatuto expressa a rápida incorporação do princípio doutrinário que inspirou o ECA (BRASIL, 1990), que é da Doutrina da Proteção Integral. Tal fato sugere que as concepções sustentadas pelo Estatuto, no caso, a visão das crianças e adolescentes como cidadãos ou cidadãs completos (Nepomuceno, 2002, p. 145), fizeram-se efetivar na prática, o que indica o grau de adesão aos paradigmas emergentes.

A fala dos técnicos do Centro revela pontos de valorização da infância e da adolescência, bem como do reconhecimento da sua condição cidadã, no sentido de direitos e deveres. E é evidenciada pelos mesmos a face da desvalorização e do distanciamento de tal condição nos recuos do Estado na falta de políticas públicas dirigidas às crianças e aos adolescentes e suas famílias, bem como na morosidade de implementação daquelas já existentes. O discurso dos agentes do CEDECA pontua, ainda, que o quadro de impunidade dos casos agrava o problema da violência sexual e dificulta as estratégias de enfrentamento.

No Centro as crianças e os adolescentes são vistos como sujeitos com quem se constrói relações ou referenciais de cuidado; ou para quem se viabiliza condições concretas de cidadania, em diversos sentidos e significados. O sentido do cuidado, aqui problematizado, refere-se ao fato das crianças e adolescentes sofrerem as conseqüências diretas dos eventos reconhecidos como atos violentos ou como violações dos seus amplos direitos. Neste ponto, cabe ressaltar que está se falando a partir das medidas específicas de proteção, imprescindíveis na orientação das condutas frente às violações dos direitos da criança e do adolescente.

Em contextos de violência sexual, o teor dos discursos dos agentes do CEDECA exprime o absoluto reconhecimento de fato e de direito da condição de vítima da criança e adolescente. Portanto, não considera a possibilidade desta ser autora do ato violento em questão. Mas os técnicos chegam a admitir que a criança e o adolescente vitimados podem apresentar potencial para tanto quando

alcançarem a vida adulta, ao defenderem que o agressor sexual possivelmente foi vítima na infância³².

Na concepção da violência sexual há um aspecto relevante a ser destacado: a dicotomia tradicionalmente estabelecida entre vítimas e agressores conduz a uma abordagem também dicotomizada sobre o contexto familiar onde ocorrem a violência sexual. Deste modo, os discursos tendem a segregar as ações, em circunstâncias de violência, priorizando as crianças e os adolescentes, em detrimento de uma atenção sistêmica à família. Percebe-se, então, que as crianças e os adolescentes estão sempre em foco nos discursos, e as famílias acabam ficando subsumidas, exceto, quando se trata de se destacar a responsabilidade sobre os atos³³. No CEDECA o atendimento psicossocial é direcionado somente à vítima, e encaminhado a algum familiar - por via de outras instituições que atendem adultos - se detectado pelo serviço de psicologia que este também sofreu uma violência em algum momento de sua vida, para que seu tratamento possa corroborar com o da criança ou adolescente vítima de violência sexual:

“Esse atendimento é para as crianças, mas no primeiro momento a gente faz o acolhimento da família, que já é um atendimento que é realmente de estar ouvindo esses pais, podendo acolher mesmo, não tem outra palavra, porque eles chegam muito abalados. (...) Eu sempre gosto de ouvir os dois pais, porque tem a questão da infância dos pais que eu preciso investigar, porque eles repetem as circunstâncias de abuso. Eu entendo que tem uma repetição junto com o filho, então como um trabalho de psicoterapia eu preciso entender o que eles estão no caso trazendo da própria infância em relação à criança. Acontece demais dos pais também terem sido abusados sexualmente e de alguma forma os filhos são colocados de novo nessa circunstância. Infelizmente na prática eu tenho visto que acontece mesmo, demais. Aí o que eu faço é estar encaminhando os pais pra outras instituições que podem atender adultos. Aí eu encaminho pro Viver que eu sei que lá atendem adultos que também passaram por

³² Tal pressuposto foi veiculado através de entrevista ao corpo técnico do CEDECA-BA ao ser questionado sobre a causa do abuso sexual, que se pauta na afirmação de que a criança abusada sexualmente pode vir a ser um abusador no futuro.

³³ A respeito das dificuldades de se incorporar a família ao cuidado, Nader (2005) ressalta que se faz importante atentar para as consequências de uma abordagem com tendências discriminatórias no olhar sobre as famílias, que pouco se consideram as diversidades étnico-culturais que as distinguem, sendo assim, historicamente, vistas como “desestruturadas”.

essa situação. Tem os CRAIS – os Centros de Referência e Assistência Social – que eu também já encaminhei. Enfim, tem algumas instituições que a gente sabe que pode dar apoio, principalmente para as mães. Mesmo que não tenha acontecido uma violência sexual grave, mas pode ter acontecido uma circunstância de violência dentro da família.”

PSICÓLOGA

As concepções baseadas nesta dicotomia despertam posturas diferenciadas e, em última instância, orientam ações apartadas às famílias em contextos violentos. A diferenciação se reflete na interpretação da violência sexual como resultado de negligência dos cuidadores das crianças e dos adolescentes, especificamente os pais, considerados como sujeitos que muitas vezes reproduzem situações de risco as quais já experienciaram e não foram capazes de lidar³⁴; e de cuidado dispensado exclusivamente às crianças e aos adolescentes vitimados. Ressaltam-se assim nos discursos as necessidades de intervenção, sustentada na crença da possibilidade de se quebrar ciclos de violência que recaem sobre estes sujeitos. Tais concepções, finalmente interpretadas nas suas conseqüências práticas, se configuram como uma das possíveis explicações para o teor das ações dirigidas, especialmente relacionadas ao atendimento psicossocial da vítima e ao encaminhamento jurídico dos casos:

“Nós orientamos fazer a denúncia. A gente se preocupa muito em preparar os pais para irem à delegacia. Nossa postura é de que é preciso combater essa violência porque o agressor ficando impune claro que ele vai continuar fazendo. Frisamos a questão da responsabilização dos adultos em denunciar os casos, que é um dever”.

ASSISTENTE SOCIAL

“Eu jogo duro, falo assim: “porque senão a gente vira cúmplice, se a gente sabe que uma pessoa tá fazendo isso e a gente não denuncia”! E na verdade ele

³⁴ Pfeiffer & Salvagni (2005) afirmam que o abuso sexual faz parte de um “conjunto de rupturas de relacionamentos em uma estrutura familiar doente, que vem do histórico de vida de cada membro dessa família, incluindo o agressor”.

vai continuar fazendo com outras crianças. Então a gente tem essa postura, né? Quanto à responsabilização do agressor a gente sempre acredita que ele deve ser denunciado e a gente tem que fazer o acompanhamento jurídico do caso até o fim”.

PSICOLOGA

As considerações tecidas até aqui buscaram situar as representações que os técnicos do CEDECA possuem acerca do abuso sexual contra a criança e o adolescente. Vejamos como se orientam as ações desses agentes no atendimento dos casos.

3.3 As Ações

Esta sessão trata da análise do conjunto de ações desenvolvidas pelos técnicos do CEDECA frente ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, desde o diagnóstico dos casos, perpassando as ações de encaminhamento, até o acompanhamento e as ações de prevenção.

Para o CEDECA, a identificação e o acompanhamento dos casos de abuso sexual se faz dentro de uma perspectiva articulada e intersetorial de ações, através de uma pequena equipe multidisciplinar que desempenha funções interdependentes visando articular as estratégias de enfrentamento à violência sexual oferecidas pela instituição.

3.3.1 Ações Diagnósticas

As ações de diagnóstico, uma vez considerada a complexidade que as envolve, são marcadas por aspectos que merecem atenção. As possibilidades diagnósticas identificadas neste trabalho estão relacionadas aos sentidos e significados atribuídos à intervenção nos casos de violência, intrinsecamente associada à questão de âmbito doméstico e afetivo, assim como ao universo jurídico, que compõem o universo da problemática do abuso sexual intradomiciliar.

A compreensão da violência interpessoal como um fenômeno associado ao domínio privado, em que se configura como um sinal de desestrutura na dinâmica familiar constitui-se como base para o diagnóstico de tratamento da vítima no atendimento psicossocial oferecido pelo CEDECA:

“Na entrevista com a mãe (ou adulto responsável) é importante acessar informações a respeito do seu papel em relação à criança vitimizada, histórico de situações de violência na família, como se lida com a sexualidade no contexto familiar, além de como são estabelecidas as relações entre os membros da família. Deve-se estar atento, principalmente na violência intrafamiliar, se a família está envolvida em crises, se existe a propensão para a continuidade da violência”.

Construindo uma História - Tecnologia Social de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2003, p.163).

O setor de atendimento psicossocial do CEDECA aponta que a disfuncionalidade é uma característica freqüente nas famílias em que ocorre esse tipo de violência. Para Cohen (2000), o abuso sexual intrafamiliar pode ser considerado como um sintoma de uma crise da estrutura familiar, que ultrapassa muitas vezes as fronteiras geracionais, tornando-se uma herança, pela qual uma pessoa revive suas dores por meio da cena que se repete. E é dessa maneira que o serviço de psicoterapia da ONG orienta suas ações de diagnóstico, ao considerar que em muitos casos de abuso sexual intrafamiliar a circunstância dessa violência é reproduzida por um dos genitores da vítima, quando este sofreu no passado abuso sexual, deixando a criança ou o adolescente expostos ao acontecimento da violência:

“Acontece demais dos pais também terem sido abusados sexualmente e de alguma forma os filhos são colocados de novo nessa circunstância. Em psicologia vários autores já escreveram sobre isso, e falam que é tipo uma necessidade inconsciente mesmo de repetir a situação pra que possa ser elaborada. É uma coisa

muito séria, muito triste até, mas é uma coisa que eu vinha lendo muito quando eu comecei aqui e que infelizmente na prática eu tenho visto que acontece mesmo, demais. (...) Como é um trabalho de psicoterapia eu preciso entender o que eles estão no caso trazendo da própria infância em relação à criança.”

PSICÓLOGA

Os agentes do serviço de atendimento psicossocial do CEDECA entendem que o abuso sexual intradomiciliar representa um apelo máximo³⁵ da criança ou adolescente ao que está passando ou sentindo de perturbador no contexto em que está sendo cuidado, merecendo, portanto, atenção e medidas de proteção para o restabelecimento do seu bem-estar:

“É como um pedido de socorro. Precisou acontecer algo mais grave pra que eles (os pais) se dessem conta de que eles precisam rever a dinâmica familiar, ou o contexto que a criança está sendo cuidada”.

PSICÓLOGA

Os valores dominantes no âmbito doméstico contrastam com os atos violentos identificados pelos técnicos deste serviço nos casos de abuso sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes. As características apontadas por Da Matta (1997), nas quais se configuram as contradições existentes entre os espaços da casa e da rua, isto é, do privado e do público na matriz cultural da sociedade brasileira, o espaço da casa, supostamente cordial, harmônico, preservado se contrapõe àquele da rua, arriscado, hostil, individualizante, ou como nas próprias palavras de Da Matta (1997, p. 55-6): “na casa as contradições devem ser banidas, sob pena de causarem um intolerável mal-estar. (...) Afinal de contas, a casa não admite contradições se essas contradições não podem ser imediatamente postas em ordem, isto é, em hierarquia ou gradação”. No espaço da casa, os eventos de violência consumados, sobretudo, contra estes sujeitos, os quais maculam a ética e a imagem domésticas, passam também a pertencer ao domínio público, o que fomenta o seu enfrentamento.

³⁵ Outras formas de apelo configuram-se como sintomas: mau desenvolvimento escolar, depressão, agressividade, insônia, entre outros; que podem não ser correlacionados a práticas de abuso pelos cuidadores.

Deste modo, as questões estruturais da família das vítimas são abordadas inicialmente no atendimento dos casos pelo CEDECA por concluir que o tratamento não deve focalizar apenas a experiência do abuso, as formas possíveis de manifestação sintomática, as razões subjacentes à sintomatologia, mas também, em certa medida, o funcionamento familiar e as possibilidades de intervenção existentes para minimizar o sofrimento advindo do trauma e prevenir a ocorrência de novas vitimizações ou até mesmo a manutenção da violência através da multigeracionalidade:

“No que diz respeito à problemática do abuso sexual, a família deve ser considerada um alvo de intervenção, pois sem o seu envolvimento não se estará contribuindo efetivamente para a superação dos efeitos desta violência. Uma vez que, da mesma forma que a criança ou o adolescente, a família também fica fragilizada e muitas vezes desestruturada diante de tal acontecimento, especialmente a mãe, nos casos do abuso intrafamiliar, já que este remete a questões como traição, desrespeito e imposição de uma escolha, entre ter que denunciar ou não o agressor.”

A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e o Contexto Familiar. In Construindo uma História - Tecnologia Social de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2003, p.181).

Uma das dificuldades diagnósticas, as quais se sustentam na própria complexidade que envolve a violência sexual, refere-se às sutilezas próprias da abordagem inicial dos técnicos em relação aos acompanhantes das vítimas, especialmente, às mães, e também em relação às próprias crianças e aos adolescentes. Em ambos os casos, as abordagens exigem condutas sensíveis, específicas e contextualizadas, de personalização das condutas frente às especificidades e demandas de cada caso em particular:

“Sendo o caso referente à violência sexual, será realizado o diagnóstico social, ou seja, o preenchimento de uma ficha onde constarão os dados da vítima e dos seus familiares, assim como uma

breve descrição do relato da violência sofrida, sendo esse o momento onde se dá início à construção dos primeiros vínculos da família com a instituição. Em decorrência disso, é imprescindível uma postura de acolhimento e compreensão por parte do assistente social”.

ASSISTENTE SOCIAL

Além das dificuldades relacionadas à abordagem inicial, as ações de diagnóstico dificilmente se sustentam nos achados físicos ou nos sinais corporais decorrentes dos eventos violentos, devido, sobretudo, à dificuldade de encontrá-los em situações nas quais não ocorreu penetração. Desta forma, os diagnósticos da violência sexual são focados nos sintomas subjetivos e/ou emocionais, mas não menos relevantes no processo diagnóstico e no tratamento das crianças e dos adolescentes.

3.3.2 Ações de Encaminhamento

Evidencia-se, no contexto de instituição de defesa da criança e do adolescente, a unidade relacionada à condução dos casos no sentido do encaminhamento e acompanhamento, a partir de uma perspectiva intersetorial no universo do Sistema de Garantia e Defesa de Direitos. O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes é feito em rede, na qual as instituições de referência integram seus serviços, a partir da articulação de competências de atendimento, proteção e responsabilização. A crença na efetividade das ações do universo jurídico contempla essa dinâmica.

As ações de encaminhamento no CEDECA-BA partem de uma análise individual de cada caso para o planejamento da intervenção, pelo fato de surgirem demandas bastante diversificadas ao serviço - embora existam procedimentos padrões na instituição. Em alguns casos a demanda é apenas de pessoas que buscam informações; outras que estão interessadas apenas em um respaldo jurídico e não reconhecem a necessidade do acompanhamento psicossocial; ou o inverso, ou seja, demanda apenas por auxílio-psicossocial sem que haja o interesse inicial de dar um encaminhamento jurídico à questão; e também

situações onde a demanda preliminar está voltada para a atenção à criança, mas que acaba se configurando numa demanda para toda a família.

Dentre os casos que chegam ao CEDECA-BA, os encaminhados pelas Varas Especializadas em sua maior parte configuram-se por crianças e adolescentes que sofreram a violência sexual há algum tempo. Esses casos têm a peculiaridade de já estar em andamento. Nessa situação a violência sexual já foi denunciada e os casos, quase que em sua totalidade, já possuem uma configuração definida: o agressor afastado do convívio com a vítima (quando se trata de violência intrafamiliar) e o processo de revelação concluído.

Ao contrário, os casos que chegam da DERCA - Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes - trazem como característica principal o impacto recente que a situação de violência causou na vida da criança ou adolescente e de sua família. Nesses casos, além do suporte psicossocial à vítima e sua família, é prestada a orientação jurídica.

O terceiro tipo de demanda e que é bastante frequente são de pessoas que procuram espontaneamente o CEDECA-BA. Nesses casos pode não existir a certeza da violência sexual, e sim apenas a suspeita, e quando já existe uma confirmação da situação de violência há um quadro de insegurança sobre as providências a serem tomadas:

“Esses casos requerem uma atuação bastante delicada, onde as informações devem ser transmitidas com muita clareza, mas também com extremo cuidado. Uma atitude precipitada pode levar a mãe ou responsável a ir embora a nunca mais retornar, anulando de vez qualquer possibilidade de ajuda à criança”.

Programa e Atendimento Psicossocial às Vítimas de Violências Sexuais: Práticas e Procedimentos. In Construindo uma História - Tecnologia Social de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2003, p.159).

As dificuldades de encaminhamento que se referem às famílias das vítimas também passam pela resistência à denúncia do agressor, por temor de uma retaliação por parte de toda família; à exposição de sua vida íntima; e à

possibilidade de separação do cônjuge, que além de envolver questões afetivas, atingem as de sobrevivência da família.

3.3.3 Ações de Acompanhamento

Em relação às ações de acompanhamento dos casos de abuso sexual intradomiciliar contra crianças e adolescentes e de suas famílias pelo serviço oferecido pelo CEDECA-BA, nota-se a articulação entre os diversos núcleos da instituição envolvida na defesa da criança e do adolescente. O CEDECA-BA, como integrante do Sistema de Garantia de Direitos presta serviço de proteção jurídico e atendimento psicossocial às vítimas e aos seus familiares, desenvolvendo ações de defesa e responsabilização. Os casos são acompanhados de maneira interdisciplinar, e com respeito às suas especificidades e particularidades.

Ao fazer uma petição ou alegação, o advogado se baseia não apenas nos aspectos jurídicos, mas também na dinâmica familiar, no comportamento da criança-vítima e na repercussão da situação de violência para este sujeito. O psicólogo trabalha as questões relativas aos aspectos psicológicos da violência e suas conseqüências psíquicas, valorizando a importância do processo jurídico e da responsabilização dos agressores. O papel do assistente social é articular as questões individuais e familiares no enfrentamento à violência sexual.

A luta contra a impunidade dos crimes contra crianças e adolescentes é um tônica no trabalho da ONG. As ações do CEDECA-BA para com a sociedade visam sensibilizá-la sobre a problemática da criança e do adolescente vítima de violência sexual, incentivando a população para que as denúncias sejam feitas, para viabilizar a notoriedade do problema a partir da notificação dos casos. A abordagem sobre a denúncia é polêmica, pois implica conseqüências na estrutura familiar:

“De alguma forma, a busca inicial de ajuda é carregada, muitas vezes, por um sentimento de culpa em relação ao abuso, principalmente quando o perpetrador era seu companheiro. Em muitos casos, isso faz com que a mulher, ao denunciar, passe a viver um processo de isolamento na família.”

ASSISTENTE SOCIAL

Para o Centro o programa de atendimento jurídico psicossocial é uma ferramenta fundamental no enfrentamento à violência sexual. Corresponde a uma

estratégia de suporte psicossocial necessário às vítimas de violência sexual e fortalece o espaço da denúncia - fundamental para a defesa delas e responsabilização do agressor, por fortalecer e instrumentalizar as vítimas e seus familiares para enfrentar o processo judicial:

“É necessário, até para que se cumpra a proteção integral trazida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, um efetivo acompanhamento pós violência às vítimas e suas famílias”.

ADVOGADA

No atendimento jurídico dos casos, a família é orientada a registrar uma ocorrência na Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes contra Crianças e Adolescentes – DERCA, para que o crime seja investigado, instaurando-se, assim, o Inquérito Policial. A partir deste momento, os advogados do Centro passam a acompanhar o inquérito, e fornecem suporte as vítimas e seus familiares nas audiências.

Como vimos, o CEDECA-BA considera primordial a responsabilização do agressor, inclusive, para frear os casos de abuso sexual, mas a morosidade da Justiça e a impunidade configuram-se como entraves ao combate à violação de direitos da criança e do adolescente, acarretando muitas vezes, em recusa ou desistência do acompanhamento por parte da família da vítima, provocadas pela crença de que nada acontecerá ao acusado:

“A existência da "cultura da impunidade" é decorrente muitas vezes da atitude conivente da sociedade ante a banalização da violência e a desvalorização da vida humana, notadamente em relação à população jovem, pobre e negra.”

COORDENADOR

Outra dificuldade pertinente às ações de enfrentamento refere-se ao quadro socioeconômico das famílias atendidas, pois reflete na redução da assiduidade das crianças e adolescentes aos atendimentos psicossociais pela falta de

condições financeiras para deslocar-se de suas casas, visto que, na maioria das vezes, moram em bairros distantes, e ao fato de que o Centro não dispõe de recursos financeiros de forma estável para prover sempre tal demanda.

3.3.4 Ações de Prevenção

Para o CEDECA-BA, a defesa dos direitos da criança e do adolescente também se constrói através da prevenção e da socialização das informações. Assim, a mobilização social é um instrumento que corresponde ao desenvolvimento de estratégias capazes de tornar visível a dimensão do problema e a as formas de evitá-lo através de campanhas sociais e de mídia, propiciando transformações no âmbito das políticas públicas e da visão social da questão:

“Na conquista do apoio popular, a relação com a mídia é de fundamental importância. Incluir o tema da infância e juventude na agenda política nacional requer a percepção de que a atividade midiática, além de possuir um caráter social intrínseco, detém significativas influências políticas e mobilizadoras. Estar na mídia é, muitas vezes, determinante para que a formulação e implantação de políticas públicas sejam cobradas pela opinião pública”

Sob o Signo da Mobilização. In Construindo uma História - Tecnologia Social de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (2003, p.85).

O senso de prevenção na política de enfrentamento elaborada pelo CEDECA-BA destaca-se nas próprias ações de encaminhamento e acompanhamento dos casos. As questões sobre denúncia e responsabilização dos agressores denotam um discurso de ato preventivo, o qual inicia um processo que visa a interromper as atitudes e comportamentos de violência sexual.

É importante destacar que as estratégias de prevenção mais resolutivas em relação a contextos violentos salientam a necessidade de se respeitar as diferenças de realidades da violência contra crianças e adolescentes, em função das sociedades, das culturas, das regiões, das comunidades, das famílias, o que

implica a implementação de medidas específicas para o fortalecimento dos fatores proteção (AZEVEDO E MAIA, 2006). Compreende-se que o CEDECA-BA encontra-se em posição privilegiada para a detecção de tais fatores, de maneira que, a partir de ações intersetoriais articuladas no universo do Sistema de Garantia e Defesa de Direitos, tem condições de proceder na redução da violência sexual e contra crianças e adolescentes, e na potencialização das medidas de proteção desses

No próximo capítulo discutiremos mais a fundo as implicações das ações de enfrentamento pertinentes às famílias das vítimas.

CAPÍTULO 4

O ENFRENTAMENTO NA RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E O CEDECA-BA

Pouco se conseguiu avançar no que se refere especificamente ao atendimento técnico-familiar, que seria fundamental para pensar a relação entre técnicos da instituição de apoio e familiares de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intradomiciliar. Por isso o interesse em pesquisar esta relação no campo institucional de apoio a essas vítimas.

O estudo dessa relação é pertinente no CEDECA-BA onde os técnicos eram vistos inserindo os familiares das vítimas em algumas formas de atendimento. Dessa maneira, a presença dos familiares na instituição não se restringia aos dias em que estes iam levar as vítimas para atendimento psicológico ou as visitas ao departamento jurídico para acompanhamento do processo de responsabilização do agressor, quando este é instaurado. Alguns deles já participaram de atividades coordenadas pelos técnicos, como reuniões de pais³⁶ e eventos para divulgar a prevenção e o enfrentamento a violência sexual, além de cursos de capacitação destes como mobilizadores sociais.

Atualmente em Salvador o atendimento técnico-familiar é uma prática já oferecida pelo governo estadual, mas no CEDECA-BA, organização não governamental, este serviço está se tornando cada vez mais raro, devido à dificuldade de financiamentos, o que abala profundamente a proposta de pensar a relação entre os técnicos e os familiares. Como seria possível estudar uma relação que parecia ser quase inexistente? Como pensar em uma relação que, já sendo considerada como secundário na situação atendimento psicológico a vítima, se tornava quase irrelevante diante da urgência de superação das seqüelas impressa pela violência sexual à vítima e da prioridade concedida à relação entre psicólogo e criança/adolescente.

A realidade apreendida, a partir das dificuldades encontradas pelo Centro, parece obscurecer a importância da relação entre famílias e técnicos. De certo modo, ela seria secundária de antemão, pois, no universo das medidas de enfrentamento à violência sexual, o que há de mais relevante é a vítima. Nesse

³⁶ Atividade suspensa por motivo de substituição da equipe de atendimento psicossocial, e conseqüente desmobilização dos pais.

sentido, embora seja estruturada a partir da vítima, a relação entre familiares e técnicos acaba não podendo ser priorizada, ao não se realizar regularmente, no atendimento oferecido pela instituição.

Mas ainda assim, o atendimento técnico-familiar é um indicativo relevante da prática institucional pela qual é concebido o tratamento ideal à vítima. Dessa feita, a relação das famílias com os técnicos ou, mais do que isso, com a instituição responsável pela execução das estratégias de enfrentamento da violência sexual sofrida, como o CEDECA-BA, é extremamente pertinente em um contexto tão complexo e difícil como a abordagem de um tema tabu como este em nossa sociedade.

Assim, diante da importância do apoio familiar para o sucesso do atendimento institucional à vítima, a proposta parece ser o impedimento do processo de revitimização por parte da própria família, contribuindo para o restabelecimento de um ambiente familiar favorável à recuperação da dignidade e elevação da auto-estima da criança ou adolescente violentado, bem como de seus familiares.

Nesse sentido, entre os objetivos do Centro é, enquanto entidade que desenvolve programas de atendimento psicossocial a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares para a recuperação da vítima.

Na linguagem cotidiana, o termo enfrentamento é utilizado com diferentes significados como encarar, lutar, resistir, agüentar, implicando sempre em uma reação a um problema, ou a uma situação desafiante. Já para a Psicologia Social, o enfrentamento refere-se à adaptação a uma situação difícil, ao surgimento de um problema ou a uma mudança no estilo de vida, que provoca emoções negativas e exige novos comportamentos do indivíduo. É concebido como o conjunto das estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas, que muda ao longo do tempo e de acordo com contextos específicos (Lazarus & Folkman, 1984, p.283). Assim, diferentes formas de avaliação das estratégias de enfrentamento são encontradas dada a plasticidade e complexidade do processo de enfrentamento que se estabelece a partir da combinação tanto de fatores pessoais quanto situacionais, possibilitando assim, múltiplas respostas em uma mesma situação, ou semelhantes respostas para situações diferentes (Tavares, 2002).

O enfrentamento supõe um nível de estresse e trata de ações que não são utilizadas cotidianamente, ou não eram até o surgimento de uma exigência que demanda novos comportamentos. As respostas cotidianas, habituais do indivíduo, muitas vezes não são suficientes para lidar com a situação estressora, ameaçadora, sendo, então, necessárias novas respostas. A avaliação cognitiva que o indivíduo faz de sua interação com o ambiente é considerada primordial no processo de enfrentamento, pois é esta avaliação que indica as formas possíveis de respostas do indivíduo, em que atuam fatores internos como significados, crenças e valores e fatores relacionados à demanda externa (Tavares, 2002).

Em situação de violência sexual contra crianças e adolescentes, o enfrentamento por parte dos familiares das vítimas constitui-se um esforço em manejar a nova realidade apresentada, buscando lidar com aspectos desafiadores trazidos como ameaça, perda e dano. A função desta estratégia é cessar a prática da violência e reestruturar as emoções e o convívio familiar. O enfrentamento é dirigido para uma fonte externa, a instituição de apoio CEDECA-BA, que inclui estratégias de negociação para a resolução do conflito na solicitação de ajuda.

4.1 A Transformação do Sofrimento

A compreensão da multiplicidade de fatores relacionados às ações utilizadas pelos familiares das vítimas atendidas no CEDECA-BA, para atenuar o impacto da revelação do abuso sexual intradomiciliar e lidarem com o problema, permite investigar as relações entre os contextos sociais e institucionais e os comportamentos delas decorrentes.

Vale ressaltar que a intensidade e a continuidade do envolvimento dos familiares com as questões relativas às suas próprias emoções e as da vítima, o posicionamento perante o abusador e as conseqüências estruturais na família influencia no grau de conhecimento do problema e na escolha das estratégias para o enfrentamento. O suporte recebido pelo CEDECA-BA, dessa maneira, interfere significativamente na forma como é enfrentado o sofrimento advindo da violência sexual.

As estratégias de enfrentamento utilizadas para lidar com o abuso sexual estão relacionadas às explicações sobre as causas dessa violência oferecidas pelo atendimento psicossocial do Centro, e orientam comportamentos, tais como:

decisão acerca da denúncia do caso; a configuração da estrutura familiar a partir da reflexão sobre a continuidade da relação conjugal; o trato com a vítima; e o trato com o agressor. Mas a escolha das estratégias mostrou também estar relacionada com a percepção anterior da família acerca desse tipo de violência, tanto que em muitos casos as primeiras medidas já tinham sido adotadas pelos familiares a partir do momento da revelação do abuso.

O abuso sexual intradomiciliar é um tipo de violência que afeta o desenvolvimento normal da criança, atinge as relações sociais dentro do sistema familiar e interfere na rotina da família. Dependendo de como significam as questões relativas à violência sexual, os familiares das vítimas podem ser propensos a ignorar ou a supervalorizar essa ocorrência e, a partir daí, construir formas de enfrentá-la e decidir a quem procurar nessa situação: a utilização de estratégias de confronto em relação ao seu próprio sofrimento buscando ajuda através de um serviço especializado, ou estratégias de fuga e evitação, por meio do silêncio.

Desta maneira, propôs-se, neste trabalho, articular estratégias de enfrentamento com significados, visto que o enfrentamento é um processo orientado e se focaliza no que a pessoa realmente pensa e faz diante de um evento específico. Levando-se em conta que ao ser contextual, o enfrentamento é influenciado pela avaliação pessoal de uma demanda atual em encontro com os recursos institucionais disponíveis, de modo que as particularidades pessoais e situacionais, juntas, modelam os esforços de enfrentamento.

Separar concretamente as consequências interpessoais e rupturas decorrentes da revelação da violência, e as estratégias adotadas para lidar com a situação de violência e seu impacto não é uma tarefa fácil e nem sempre é possível. A análise dos dados mostra que mudanças decorrentes da violência e estratégias de enfrentamento muitas vezes se confundem. Atitudes pessoais como ficar mais vigilante ao comportamento da criança ou adolescente, ou mudar de domicílio para afastá-la do agressor são consequências, mudanças relacionadas à ocorrência da violência, mas também constituem modos pelos quais o familiar tenta lidar com a ocorrência da vitimização da criança ou adolescente.

As estratégias de enfrentamento identificadas foram as que puderam envolver o familiar responsável ou a criança/adolescente, como foco das ações. Configuram-se em estratégias pessoais, mediação do sofrimento através de redes de apoio e estratégias institucionais caracterizadas pela competência

especializada do CEDECA-BA. A análise desses diferentes recursos de apoio é de grande relevância para o esclarecimento da problemática desta pesquisa, uma vez que permite compreender as interações da família com redes de relações e com as diferentes instituições sociais. Permite também explicitar o papel desempenhado pelos pais e responsáveis na resolução da experiência de ruptura e entender como os atores sociais envolvidos perceberam a eficácia de cada um dos apoios encontrados. Mas é evidente que o delineamento desses níveis de análise não implica uma exclusão recíproca de suas esferas de influência, pois eles mantêm entre si complexas relações. Os diferentes níveis ajudam a ordenar o nível lógico da análise e, de forma mais detalhada, a compreensão de como agem ou reagem os indivíduos em situação de violência.

As estratégias pessoais adotadas pelos entrevistados tiveram os seguintes objetivos:

a) proteger a criança do contato com o abusador com o intuito de evitar a revitimização da criança. Essa medida foi adotada de diferentes maneiras pelas pessoas entrevistadas, sendo uma entrevistada por meio da mudança de residência da vítima; quatro entrevistadas pelo remodelamento da estrutura familiar a partir do rompimento do vínculo matrimonial com o cônjuge abusador; seis entrevistadas pelo constante acompanhamento da criança ou adolescente no percurso da escola ou em outras atividades; nove entrevistadas pela restrição dos lugares onde a criança ou adolescente pode ir sozinha; três entrevistadas pela denúncia da violência.

Dos três entrevistados que denunciaram a violência, um desistiu do processo. O descrédito na punição do agressor é um fator que dificulta a denúncia da violência sexual. Muitas famílias temem que, ao ser denunciado, o agressor não seja privado de sua liberdade e possa se vingar de seus denunciantes. Mas a denúncia, para alguns, foi considerada uma estratégia de proteção e prevenção da revitimização, visto que pretendia impedir a continuidade da prática abusiva pelo fato de poder coagir o agressor a isto. Vera, que teve a filha abusada por um vizinho, relatou a expectativa que nutre após ter denunciado o abusador:

“Porque acho que depois dessa (referindo-se ao fato do agressor ter ficado alguns dias detido) ele não passa mais por lá! Espero que ele deixe ela em paz.”

Vera, 30 anos

b) silenciar sobre a violência na família e na comunidade onde mora entre oito dos entrevistados por diversos motivos: para a preservação da imagem da família, para a defesa contra a estigmatização e a discriminação social das vítimas, e por causa do medo advindos dos constrangimentos sociais com a culpabilização por terem falhado no papel de responsáveis pelo cuidado da criança ou adolescente;

c) cuidar efetivamente da criança ou adolescente para a superação das conseqüências da violência, por parte nove entrevistados, que se referiram ao cuidado da criança envolvendo dialogo e atenção. O trecho a seguir expressa um exemplo de cuidado e afeição:

“Assim, eu tô mais próxima dela, converso com ela todo dia.”

Maria Jose, 31 anos

d) orientar o comportamento da criança ou adolescente, estabelecendo o direcionamento sobre como deveriam se comportar. Essa estratégia foi adotada por todos os entrevistados, e visava evitar a revitimização da criança, através do controle de seus comportamentos e atitudes, que pudessem ser interpretadas como sexualmente provocativas, sendo utilizada por uma entrevistada:

“Notei que ela estava muito intima do primo, então eu interfeiri. Disse a ela que não podia ser assim, que ela devia se preservar mais.”

Antônia, 55 anos

e) atenuar ou reparar o dano causado pela experiência de vitimização através da busca de auxílio especializado, característica inerente a todos os entrevistados.

O objetivo principal da busca de auxílio especializado no Centro foi o tratamento terapêutico da vitima realizado pela equipe técnica. Para os entrevistados, o tratamento focalizava não somente as conseqüências da violência identificadas na vitimização, mas também uma intervenção para evitar que as crianças ou adolescentes pudessem ser acometidas por problemas futuros. Duas mães relataram temer que suas filhas tivessem problemas em relacionamentos

com futuros parceiros, como no relato de uma delas, Raimunda, mãe de uma menina abusada pelo vizinho:

“Eu vim porque eu não queria que minha filha ficasse traumatizada e não consiga ter um casamento feliz”.

Raimunda, 47 anos

A busca de tratamento especializado acarretou outros benefícios além da intervenção terapêutica junto à criança. O exemplo do caso de Josefa, cujo filho foi abusado pelo vizinho, destaca que o atendimento psicológico da criança a beneficiou:

“Eu não falo sobre isso com as pessoas porque eu tenho vergonha. E aqui é diferente, eu me sinto mais à vontade pra falar, sempre que dá, converso com a psicóloga e isso me deixa mais tranqüila.”

Josefa, 30 anos

O relato de Josefa demonstra que, embora ela não tenha buscado atendimento psicológico para si, o suporte e a orientação recebidos no atendimento institucional do seu filho lhe oferecem conforto e segurança. Sheila, mãe de uma menina abusada pelo avo, também descreveu o auxílio que encontrou quando manifestou o desejo de denunciar o agressor:

“Eu não sabia como fazer, e a experiência daqui me deixou mais confiante. Porque é complicado, envolve a minha família, e eu ia ter que falar desse assunto com gente estranha.”

Sheila, 32 anos

A mediação do sofrimento dos entrevistados se deu também através das redes de apoio, quer sejam institucionais como a religião e a Justiça, ou interrelacionais como a formada por vizinhos, parentes e amigos. As estratégias de enfrentamento neste contexto se caracterizaram pela tentativa de minimizar ou extinguir os efeitos danosos da revelação da violência sobre as mães ou outros familiares responsáveis.

A religião é importante no processo de superação das rupturas decorrentes de tais experiências. Geertz (1989) chama a atenção para o fato de a religião

funcionar como um sistema de símbolos que orienta os sujeitos no mundo, dando consistência a um ordenamento da vida, sobretudo quando esse ordenamento se vê ameaçado de ruir, devido às experiências de ruptura tais como: doenças, acidentes e morte.

Mas as estratégias de busca de auxílio espiritual, como revelaram os dados analisados, envolveram a crença em um ser espiritual superior que caracterizaria uma fonte de esperança, conforto e segurança, onde o que mais importa não é a passagem pelos rituais religiosos comuns e sim um consolo que vem diretamente de Deus. Uma entrevistada destacou a religiosidade como forma de enfrentamento, atuando como auxiliar na transformação do seu sofrimento:

“Orar me acalma. Eu peço a Deus pra dar tudo certo, que a gente volte a viver com alegria.”

Ana, 29 anos

Observou-se que, entre as duas participantes que buscaram auxílio religioso, apenas uma também buscou auxílio técnico do Centro. Este dado chama a atenção para a necessidade de maiores investigações neste âmbito, entretanto, os dados do presente trabalho não foram considerados suficientes para fornecer suporte a qualquer análise a esse respeito. Um ponto relevante a ser considerado é que se trata de um tipo de violência que na maioria dos casos estudados aqui não chegou ao conhecimento das instituições religiosas. Segundo os relatos de quatro entrevistadas, a agressão foi ocultada por medo de que sofressem discriminação na igreja:

“Eu oro pra Deus me ajudar, porque eu confio nele. Por isso eu não preciso que ninguém saiba.”

Joana, 48 anos

Outro recurso de nível institucional nas redes de apoio encontradas pelos familiares das vítimas de abuso sexual é o sistema jurídico-policial. Mas ao longo do desenrolar dos processos judiciais, transparece ser ineficiente diante do não atendimento das expectativas depositadas. As percepções sobre os processos judiciais retratam para sete dos entrevistados desconfiança quanto à sua

eficiência. Trata-se de uma suspeita de que a Justiça e seus aparatos são incapazes de promover uma solução dos dilemas decorrentes da violência. Tal atitude é construída ao longo dos muitos contatos com a Justiça, desde as audiências nas delegacias à realização das perícias legais, à condução do processo e ao julgamento e conclusão do caso. Frustrações de expectativas de diversos tipos se acumulam na constituição da prova contra os acusados, na sua identificação, nas etapas processuais, na colaboração de testemunhas quase sempre inexistentes e, finalmente, na destruição do processo, como relata Antonia, tia de uma adolescente abusada pelo padrasto:

“A Justiça é muito lenta. Meu marido está muito aborrecido. E enquanto isso ele (o agressor) está solto, nos importunando.”

Antônia, 55 anos

As estratégias de enfrentamento ligadas a esta instância referem-se à procura pela polícia que inicia o processo de investigação, iniciando-se todo o processo de um longo e complexo percurso até que os casos possam ser julgados, para haver uma eventual condenação. É nesse período de espera que a confiança na Justiça se perde. Vale ser ressaltado que todos os processos submetidos pelos entrevistados ainda estavam em andamento na época da pesquisa.

Quanto à rede de apoio de ordem interrelacional, a família ampla e a vizinhança são consideradas neste sentido quando a família da vítima não optou pelo silêncio. Os contatos personalizados e afetivos dessas relações são baseados nas lealdades mútuas ou nas ações de solidariedade produzidas ao longo da convivência, pois parentes e vizinhos são vistos como um apoio para a sobrevivência. Sarti (1994, 1996 e 2000), fixando-se na análise das relações interpessoais, assinala a importância do grau de companheirismo e de troca de favores. Mas em se tratando de violência sexual, as redes de relações interpessoais podem suscitar conflitos, pelo o medo de que a honra dos filhos seja comprometida, ou de que os pais sejam responsabilizados pelo que ocorreu faz com que, na maioria das vezes, a família ampla e a vizinhança não sejam informadas. Nas entrevistas feitas, quando a agressão sexual se tornou conhecida da vizinhança e dos familiares, pelos mesmos motivos acima apontados, não

puderam servir como fonte de apoio, o que causou conflitos interpessoais. Surge, então, o sentimento de solidão:

“Eu não quis contar a ninguém mais, porque as pessoas que souberam já tinham me julgado de um jeito que eu não esperava.”

Luzia, 39 anos

Essa rede de recursos é complexa, e revela que a diversidade de medidas acionadas para enfrentar as rupturas provocadas pelo abuso sexual intrafamiliar tem como ponto comum o universo das interações familiares. Para Sarti (1999) a família continua detentora da função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas, e se define pelos significantes que criam os elos de sentido nas relações. A sua interação com as instituições da sociedade lhe permite lançar mão de diversas estratégias para lidar com dilemas vividos (Both, 1976). Mas deve-se levar em consideração que nenhum dos apoios analisados parece ser decisivo, em si mesmo, para a superação das conseqüências da violência sofrida. As narrativas dos sujeitos suscitam a constatação de que o enfrentamento se dá a partir da utilização de todos os recursos disponíveis na medida em que se relacionam com as suas significações acerca do problema.

As estratégias institucionais de enfrentamento constituem-se por uma demanda por novos recursos exigidos pela nova situação caracterizada pelas mudanças no cotidiano familiar produzidas a partir da violência, que abalam valores e levam a rupturas. A superação das conseqüências advinda dessa nova realidade imposta depende de algumas estratégias, como foi visto anteriormente, mas a que é o foco deste trabalho refere-se à estrutura de apoio fornecida pela instituição CEDECA-BA que oferece à família da vítima serviços especializados como atendimento psicossocial e acompanhamento jurídico, funcionando como fator de proteção. Quando condições de mediação do problema como estas são oferecidas, os indivíduos conseguem reprocessar as rupturas, buscando reagir através de novas práticas, tais como: entender o problema, transformar o sofrimento redefinindo a conduta familiar, e demandar justiça.

Os relatos obtidos nesta pesquisa indicam que para estes familiares as estratégias de enfrentamento oferecidas pelo Centro influem, de maneira decisiva, na retomada do cotidiano familiar e no atendimento das expectativas quanto ao

tratamento terapêutico das vítimas, já que como pertencentes a uma classe popular carecem de amparo institucional como a da esfera jurídico-policial, como acima analisado.

Vale ressaltar que um aspecto crucial para o entendimento de como os impactos das agressões são enfrentados diz respeito às possibilidades de se recorrer a mecanismos de ajuda. Neste estudo, os recursos obtidos pela busca de amparo especializado são identificados como dispositivos acionados com o objetivo de enfrentar as rupturas e as mudanças decorrentes da violência sexual dentro da família. Através das narrativas coletadas, foi possível identificar que as possibilidades de superação se constituem a partir dos significados atribuídos às situações de mudança e se constituem em si mesmas meios de reelaboração dos processos de vida. A busca de tratamento para as vítimas foi a principal estratégia utilizada, principalmente pelo fato de que os familiares consideraram a infância e a adolescência um período de maior fragilidade e necessidade de proteção, e a violência sexual como lesiva, capaz de causar danos.

Sendo concebido como um evento grave e danoso contra crianças que são indefesas e frágeis, mães e outros familiares responsáveis entrevistados buscaram auxílio na busca de cuidado especializado do CEDECA-BA, além da adoção de medidas exercidas por estes mesmos, de cuidado e proteção das vítimas, para minimizar os danos sofridos. A denúncia como estratégia de enfrentamento, quando não adotada antes mesma da procura pelo Centro, configurou-se como orientação do serviço da instituição. Enquanto a busca de tratamento técnico e a melhora nos cuidados dispensados à criança visavam o restabelecimento da criança e sua proteção, a denúncia objetivava o afastamento do agressor e, conseqüentemente, também a proteção da criança.

Outra questão importante é a busca de auxílio ser maior para a vítima do que para os familiares, em geral mães das crianças ou adolescentes. Isso remete ao significado de infância e adolescência que coloca a criança e o adolescente como seres em condição peculiar de desenvolvimento. Assim sendo, isso ajuda a compreender porque, em muitos casos, apesar de relatarem mais danos para si elas buscam mais ajuda para a filha ou filho vitimado.

4.2 A Avaliação das Estratégias

Quatorze dos entrevistados avaliaram a busca de ajuda especializada do CEDECA-BA como uma atitude que obteve resultados satisfatórios, pelo menos em algum momento do serviço, para as crianças e adolescentes atendidos, e em conseqüência para eles mesmos:

“Foi bom! Minha filha ta mais calma, eu to mais chegada a ela pra falar, pra conversar com ela. Eu converso com a assistente social e com a psicóloga e fico sabendo do cuidado que tenho que ter com ela.”

Judith, 42 anos

“Me ajudou, porque a advogada sentou comigo, explicou tudo direitinho. E minha filha ta sendo atendida aqui, e isso ta sendo muito bom pra ela.”

Crispim, 81 anos

Apesar das estratégias de enfrentamento do abuso sexual oferecidas pelo CEDECA-BA, bem como as atitudes de cuidado e orientação ao comportamento da criança ou adolescente na percepção dos familiares das vitimas entrevistados serem consideradas positivas, uma ressalva importante foi apresentada. Quatro entrevistados salientaram a substituição constante de técnicos do Centro como prejudicial ao tratamento psicossocial da vitima e responsável pela desmobilização dos pais na participação das atividades de apoio fomentadas pela ONG, como relata uma mãe que tem duas filhas atendidas pelo serviço do CEDECA há cinco anos:

“A união que os pais tinham enfraqueceu. Muita gente não vem mais. A gente sente que não tem mais tanto suporte, tanto apoio. Porque aqui é assim, quando a gente pensa em se acostumar com o pessoal que trabalha aqui, eles vão indo embora. É advogado, até coordenador. Por isso tudo não vejo a hora das minhas filhas terem alta. Isso aqui já foi muito bom pra gente!”

Benedita, 38 anos

Para doze das mães entrevistadas, a busca pelo serviço da instituição, inicialmente, objetivava o tratamento psicoterapêutico para a vítima, mas resultava também em fonte de orientação e conforto para si. Uma das entrevistadas, mãe de um garoto violentado por um funcionário da escola onde estudava, expressou o não cumprimento dessa expectativa:

“Eu me sinto só, porque tô sozinha dentro de casa com ele, e até agora não senti o resultado do apoio que tô tendo aqui, eu creio e espero que apareça o resultado do atendimento.”

Joana, 48 anos

Na adoção das estratégias institucionais do CEDECA-BA, especialmente o tratamento da vítima, os familiares buscaram os recursos que lhes estão disponíveis e são acessíveis. Contudo, diante das dificuldades como faltar ao trabalho para levar a criança ou adolescente para atendimento psicológico ou disponibilizar tempo para se deslocar até a sede da instituição, já que a maior parte das famílias atendidas mora em bairros distantes, o risco de abandono do tratamento é iminente. Ana, mãe de uma garota violentada pelo vizinho, relatou que pediu a psicóloga para dar alta à criança pela dificuldade em conduzi-la semanalmente a criança ao Centro, já que considera estar em condições de administrar o seu cuidado:

“Eu conversei com a psicóloga que pelo acompanhamento que minha filha tava tendo ela tá bem melhor, ai ela vai parar um pouco por causa da mudança de trabalho do meu marido, porque fica ruim já que não tem quem traga ela, por enquanto, até eu me organizar. Tá ruim porque eu trabalho em Itapuã, mas eu disse a ela, e ela até percebe que minha filha tá bem melhor mesmo. Ela até falou que gostou de ouvir isso de mim, e eu disse que tava falando a verdade, não pra agradar a ninguém. Como ela tava, teve antes, e tá agora, até na escola superou as dificuldades, o rapaz (o agressor) também saiu de lá.”

Ana, 29 anos

Durante todo o percurso da investigação foi possível identificar o esforço realizado pelas famílias para lidar com a violência e superá-la. Os estudos apontam que a capacidade da família para enfrentar as adversidades depende também do suporte emocional recebido externamente, da aprendizagem de novas e diferentes formas de interação e da valorização e atuação dos fatores de proteção que estão presentes (De Antoni, Baroni, & Koller, 2006).

As diversas iniciativas de reestruturação da ordem familiar e a busca por uma solução no âmbito do sistema judiciário compreendem as formas buscadas para superar a situação. Os sujeitos-objeto desta pesquisa mostraram-se ativos nesta busca, dispostos de motivação e força para lidar com a nova situação. Dessa maneira, a presente pesquisa permite mostrar que, na ação das classes pobres em relação à violência sexual que afeta as famílias, as formas de reação atreladas ao amparo institucional de competência especializada são viáveis e satisfatórias na transformação do sofrimento causado pelos dilemas trazidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se estabelecer uma discussão acerca do enfrentamento ao abuso sexual intradomiciliar por parte dos familiares da vítimas, e como este se delinea a partir da relação que estabelece entre a família e a instituição de apoio CEDECA-BA através dos seus técnicos. Os dados coletados apontam que a experiência do sofrimento vivida pelos pais e familiares de vítimas a partir da revelação do abuso se configura como ponto de partida para a procura destes por ajuda institucional. O abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado pelos entrevistados como uma prática danosa, já que a vítima é imatura e indefesa. É considerado também como um evento de extrema gravidade, principalmente quando envolve contato físico entre as genitálias da vítima e do agressor. A noção de gravidade constitui-se pelo estado emocional da vítima e pela natureza da relação vítima-agressor, o que faz o abuso sexual intrafamiliar ser tão sofrido, pois revela a traição da confiança pelo agressor.

Dessa maneira, as estratégias institucionais de enfrentamento constituem-se por uma demanda por novos recursos exigidos pela nova situação caracterizada pelas mudanças no cotidiano familiar produzidas a partir da violência, que abalam valores e levam a rupturas. Essa mediação do problema favorece a retomada do cotidiano familiar a partir do entendimento do problema, da transformação do sofrimento e da demanda por justiça.

Verificou-se que as estratégias de enfrentamento oferecidas pela instituição CEDECA-BA tem como função cessar a prática da violência e reestruturar as emoções e o convívio familiar, através de orientação de condutas acerca da denúncia, do trato com a vítima e do trato com o agressor. Os recursos obtidos pela busca de amparo especializado tem como objetivo de enfrentar as rupturas e as mudanças decorrentes da violência sexual dentro da

família, e se constituem em si mesmas meios de reelaboração dos processos de vida.

Diante da complexidade do problema, e sendo um tema tabu em nossa sociedade, observou-se que estratégias pessoais também foram adotadas no enfrentamento pelos familiares e visaram: 1) evitar a revitimização da criança, que compreende mudança de residência da vítima, aumento do cuidado sobre a vítima, e denúncia da violência, protegendo a criança do contato com o abusador; e controle de seus comportamentos e atitudes interpretadas como sexualmente provocativas. 2) preservar da imagem da família, defendendo a vítima de estigmatização e discriminação, e evitando a culpabilização dos familiares pela ocorrência do abuso, através do silêncio. 3) promover a superação dos traumas da violência por parte da vítima, por meio do diálogo e atenção a vítima, e pela busca de auxílio especializado.

Foi possível identificar através das entrevistas que a busca por auxílio especializado visa primordialmente o tratamento terapêutico para a vítima, mas também beneficia os familiares, pois oferece conforto e segurança na mediação do sofrimento, e orientação e acompanhamento aos processos judiciais instaurados. A proteção da criança é o principal objetivo na relação da família com o Centro, e configura-se pela busca de tratamento técnico para a criança ou adolescente visando o seu restabelecimento, e pela denúncia, instrumento considerado importante para o afastamento do agressor.

Os dados também evidenciaram as dificuldades dessa relação para o cumprimento das expectativas de ajuda dos familiares das vítimas, tais como a substituição constante de técnicos pela dificuldade financeira enfrentada pelo Centro, que interfere no curso do tratamento psicossocial da vítima e desmotiva a participação dos familiares nas atividades de apoio oferecidas pelo serviço psicossocial. Mas os resultados foram considerados satisfatórios em pelo menos algum momento do uso do serviço especializado da instituição.

Enfim, acreditamos ter conseguido iluminar com este trabalho a importância de se desenvolver pesquisas na tentativa de produzir novos conhecimentos que possam aumentar a compreensão do fenômeno e contribuir para sua prevenção, considerando que o abuso sexual intrafamiliar desenrola-se numa trama complexa, envolvida por sigilos, ameaças, e sentimentos ambíguos e intensos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida Filho, N. A. *Ciência da Saúde*. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- Amazarray, M. R., & Koller, S. H. (1998). Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 11(3), 559-578.
- Anadón, M.; Machado, PB. *Reflexões teórico-metodológicas sobre as representações sociais*. Salvador: Editora UNEB, 2003, 88p.
- Araujo, M. F. (2002, julho/dezembro). Violência e abuso sexual na família. *Psicol. estud.*, 7(2), 3-11.
- Azevedo, M. A. (2005). *A ponta do iceberg - Brasil 1996 à 2005: Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recuperado em 12 jun. 2005: <http://www.usp.br/ip/laboratorios/lacri/iceberg.htm>.
- Azevedo, M.C E Maia, A.C. *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi Editores, 2006.
- Azevedo, M.A. e Guerra, V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. Cortez editora, 2000.
- Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. *Pele de asno não é só história: um estudo sobre vitimização sexual de crianças e adolescentes em família*. São Paulo: Roca, 1988.
- Barbosa, H., Palmeira, M. J. M., Câmara, O., & Ippolito, R. (2003). Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil nas Metrôpoles do Nordeste. In. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Yves de Roussan. *Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes / Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia*. Salvador: CEDECA–BA.
- Benetti, S.P.C (2002). Maus tratos da criança: Abordagem preventiva. In C. H. Hutz (Ed.). *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: Aspectos teóricos e estratégias de intervenção*. (pp. 131-150). São Paulo. Casa do Psicólogo.
- Both, E. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: ED, Livraria Francisco Alves, 1976.

BRASIL – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil*, Brasília, 2002.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 2002.

Brito, R. C. & Koller, S. H. (1999). Redes de apoio social e afetivo e desenvolvimento. In. A. M. A. Carvalho (Org.), *O mundo social da criança: natureza e cultura em ação*. (pp. 115-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Bruner, J. (1997a). *Atos de significação*. (Trad. S. Costa). Porto Alegre: Artes Médicas. (obra original publicada 1990)

Bustamante, V. N. *Cuidado infantil e construção social da pessoa: uma etnografia em um bairro popular de Salvador*. 2009. 298f. Tese. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Caminha R. (1999) *A violência e seus danos a crianças e adolescentes*. In AMENCAR (Ed.), *Violência doméstica* (pp.43-60). Brasília. UNICEF.

CEDECA. *Estatuto*. Salvador: mimeo,1991.

Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes. (1997). *Fundamentos e políticas contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes: Relatório de Estudo*. Brasília: CECRIA.

Cohen, C. (2000). O incesto. In M. A. Azevedo & V. N. A. Guerra. (Ed.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp 211-225). 3ª edição. São Paulo. Cortez.

Faleiros, E. (2003). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: os descaminhos da denúncia*. Brasília: Presidência da República: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Faleiros, E. T. S., & Campos, J. O. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília: Unicef.

Ferrari, D. C. A., & Vecina, T. C. C. (2002). *O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática*. São Paulo: Ágora.

Fonseca, C. (1987). Aliados e Rivais na Família: o conflito entre consangüíneos e afins em uma vila portoalegrense. RBCS vol. 2 (nº 4), junho, 88-104.

Furniss, T. (2002). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. (Trad. M. A. V Veronese) Porto Alegre: Artes Médicas. (obra originalmente publicada 1991).

Gelles, R. *Contemporary families: A sociological view*. California: ED, SAGE Publications, 1995.

Gottman, J. M. (1991). Chaos and Regulated Changes in Families: A Metaphor for the Study of transitions. In Cowan, P. A. & Hetherington, M. (org.) Family Transitions. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, New Jersey.

Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A. & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Psic. Teor. e Pesq.*, 21(3), 341-348.

Hita, M.G., Duccini, L. (2008). Exclusão social, desafiliação e inclusão social no estudo de redes sociais de famílias pobres soteropolitanas. In María del Carmen Zabala Argüelles (comp.). *Pobreza, exclusión social y discriminación étnico-racial en América Latina y el Caribe*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso.

IBGE. (2007, março). Pesquisa Mensal de Emprego: PME confirma Desigualdades Raciais. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Recuperado em 06 jan. 2007: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=161&id_pagina=1

Kristensen, C. H., Flores, R. Z. & Gomes, W. B. (2001). Revelar ou não revelar: uma abordagem fenomenológica do abuso sexual com crianças. In M. A. T, Bruns & A. Furtado (Orgs.). *Psicologia e Pesquisa Fenomenológica: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Omega.

Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). Coping and adaptation. In W. D. Gentry, *The handbook of behavioral medicine*. (pp. 282–325). New York: Guilford.

Machado, L.Z. *Famílias e individualismo: tendências contemporâneas no Brasil*. Brasília: Serie antropologia 291, 2001.

Martins, P. (2002). Maus-tratos a crianças: o perfil de um problema. Coleção infans. Portugal: Universidade do Ninho.

Michaud, Y. *A violência*. São Paulo: ED, Ática, 1989

Minayo, M. C. S. & Sanches, O. (1993, julho/setembro). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9(3), 239-262.

Minayo, M. C. S. (1994). A Violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, 7-18.

Narvaz, M. G. (2005). *Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

Nepomuceno, V. O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização. In: SILVA, L.M.P. (org.). *Violência doméstica contra crianças e adolescentes*. Recife: EDUPE, 2002.

Minayo, M.C.S. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

Morales, A. E. & Schramm, F. R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 7, nº 2, São Paulo.

Oliveira, M. L. & Prado, R. (2003). A violência sexual contra crianças e adolescentes e o contexto familiar. In: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia – Yves de Roussan. *Construindo uma história: tecnologia social de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes / Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia*. (pp.181-194). Salvador: CEDECA–BA.

Pacheco, A. L. P. B. (2005). Mulheres pobres e chefes de família. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Prado, M. do. C. C. de A. (Coord.). *O mosaico da violência*. 1.ed. São Paulo: Vetor, 2004.

Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C. & Reis, J. N. (2004, janeiro/abril). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Cad. Saúde Pública*, 20(2), 456-464.

Rocha, T. (2004). Da violência à denúncia: a violência sexual e os recursos médico-assistenciais. In G. Pizá & G. F. Barbosa. *A violência do incesto*. (pp.92-104). São Paulo: Imprensa oficial.

Rouyer, M. (1997). As crianças vítimas, conseqüências a curto e médio prazo. In M. Gabel (org.). *Crianças vítimas de violência sexual*. São Paulo: Summus.

Russel, D. E. H. (1984). The prevalence and seriousness of incestuous abuse: Step-fathers vs. biological fathers. *Child Abuse & Neglect*, 8, 15-22.

Saffioti, H. (2005). Abuso sexual pai-filha. *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Recuperado em nov. 2005: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/saffioti.rtf>.

Salem, T. *Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Rio de Janeiro: ED, Vozes, 1980.

Sarti, C. *Família e jovens: o horizonte das ações*. Revista Brasileira de Educação. 1999.

Sarti, C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

Silva, G. de S. *Filhos e violência: como a família lida com rupturas em situações de perda*. 2000. 149f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Schraiber, L. B., D'Oliveira, A. F. P. L. & Couto, M. T. (2006, agosto). Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Rev. Saúde Pública*, 40, 112-120.

Souza, I. M. de A. *Uma discussão sobre redes sociais e doença mental*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Salvador: FFCH/UFBA, 1995.

Tapparelli, G. *Os donos do pedaço. Delinqüência juvenil num bairro popular da cidade de Salvador*. Tese de Mestrado em Sociologia. Salvador: FFCH/UFBA, 1996.

Tavares, J. S. C. (2002). O processo de enfrentamento do câncer em famílias de mulheres com câncer de mama. Dissertação de Mestrado, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Situação mundial da infância. Brasília: UNICEF, 2000. Disponível em: <<http://www.unicef.org>>. Acesso em: set. 2007.

Woortman, K. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro/ CNPq, 1987.

Vigarello, G. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

Yozwiak, J. A. Goldin, J. M. & Marsil, D. F. (2004). The Impact of Type of Outof-court Disclosure in a child sexual assault Trial. *Child maltreatment*, vol. 9, n.3, august 2004, 325-334. Sage publications.

Zaluar, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Zaluar, A.; Noronha, J. C.; Albuquerque, C. violência: pobreza ou fraqueza institucional? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p.213-217, 1994.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Projeto de pesquisa:

O abuso sexual na família: um estudo sobre o enfrentamento a partir de Intervenção Institucional

Erika Saldanha de Paula

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

- A) Você, pai ou responsável legal por criança ou adolescente vítima de violência sexual atendido pelo CEDECA-BA está sendo convidado a participar deste estudo.
- B) A sua participação na pesquisa terá a forma de entrevista ou entrevistas com a pesquisadora.
- C) As entrevistas serão realizadas na sede do CEDECA-BA, ou em seu domicílio, em horários e dias convenientes para você.
- D) Estão garantidas todas as informações que você queira, antes, durante e depois do estudo. A pesquisadora compromete-se a entregar uma cópia dos relatórios ou publicações resultantes dele para o CEDECA-BA e, caso tenha interesse, para você participante deste estudo.
- E) A sua participação neste estudo é voluntária. Você tem a liberdade de se recusar a participar do estudo ou, se aceitar participar, retirar seu consentimento a qualquer momento.
- F) A sua confidencialidade e/ou a dos seus(s) filhos(s) está garantida. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome ou do seus(s) filhos(s), e sim um pseudônimo. Caso você preferir, será usado seu nome verdadeiro, mas somente se assim for solicitado por você.

Eu, _____
_____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo ao qual fui convidado a participar. A explicação que recebi esclarece o objetivo do projeto. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Salvador, _____ de _____ de 2008

Voluntário (a)

Pesquisadora

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao voluntário e outra ao pesquisador.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM FAMILIARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Idade
2. Infância (onde nasceu, com quem morava, trabalho dos pais, por quem e como foi criado, responsabilidades, castigos).
3. Trajetória de estudo
4. Gravidez, filhos e uniões (relação e término com os parceiros, dificuldades, redes de apoio no cuidado dos filhos, criação dos filhos, castigo, sexualidade).
5. Trajetória Laboral (relação trabalho/estudo, trabalho/criação dos filhos, desemprego).
6. Trajetória religiosa (contato e frequência, mudanças e razões, redes, tipo de participação, relação com familiares, amizades).
7. Local de moradia (vizinhos, parentes próximos)
8. Evento- problema:
 - a. Época em que aconteceu (quem morava na casa, ocupação dos pais, quem ajudava na criação dos filhos)
 - b. Sexo e idade da vítima

- c. Sexo e idade do agressor
- d. Como desconfiou
- e. Como ficou sabendo
- f. Como aconteceu
- g. Porque acha que aconteceu (teve culpado?)
- h. Primeira reação (e de toda a família também)
- i. O que foi feito (primeiros cuidados e medidas)
- j. Denúncia
- k. Suporte religioso
- l. Chegada ao Cedeca
 - 1.1 Como ficou sabendo da existência do Cedeca?
 - 1.2 O que levou a procurar o Cedeca?
 - 1.3 Que orientações teve (cuidado da vítima, explicação, trato com agressor)?
 - 1.4 Quais as medidas tomadas pela instituição (estratégias: atendimento vitima, jurídico, mobilizações e redes)?
 - 1.5 O que acha que teria feito sem o apoio da instituição?
 - 1.6 Esta satisfeito com o andamento da situação (vitima e agressor)?
- m. Percepção, trajetória e mudança na forma de lidar
 - m.1 O que pensava sobre abuso antes de acontecer com a vitima? (conceito, gravidade, estratégias de enfrentamento)
 - m.2 O que o abuso provocou na família? (relações, comportamentos, rompimentos)
 - m.3 Como foi passar por isso?
 - m.4 Como ficou a relação com o seu filho? Mudou algo? (projetos, cuidado)
- n. Grupo Girassol
 - n.1 Você conhece
 - n.2 Frequentou (quando/ por quanto tempo; por que não)
 - n.3 O que achou/ de que forma ajudou
 - n.4 Que temas/atividades eram oferecidos
 - n.5 Dificuldades encontradas

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM TECNICOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Idade
2. Formação
3. Tempo de trabalho na instituição
4. Funções que desenvolve (tipo de atendimento, tipo de material que produz)
5. Como a infância e adolescência são abordadas por esta instituição
6. Quais as ações desenvolvidas para os casos
 - 6.1 Diagnóstico
 - 6.2 Encaminhamento
 - 6.3 Acompanhamento
 - 6.4 Prevenção
7. Grupo Girassol (dificuldades, demandas)
8. Atendimento aos familiares (orientações, atividades/eventos, visitas domiciliares)
9. Explicação sobre causas da violência sofrida
10. Estratégias de enfrentamento
11. Orientações às famílias sobre tratamento para com o agressor/vítima
12. Denúncia